

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

BERNARDO MICHERIF CARNEIRO

**“O que é um analista?”:  
o analista, entre a psicanálise e a instituição**

Belo Horizonte

2011

BERNARDO MICHERIF CARNEIRO

**“O que é um analista?”:  
o analista, entre a psicanálise e a instituição**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.**

**Área de Concentração: Estudos Psicanalíticos**

**Orientadora: Profa. Dra. Márcia Maria Rosa Vieira**

Belo Horizonte

2011

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

### FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

150 Carneiro, Bernardo Micherif  
C289o “O que é um analista?” [manuscrito] : o analista entre a psicanálise e a  
2011 instituição / Bernardo Micherif Carneiro. – 2011.

121 f.

Orientadora: Márcia Maria Rosa Vieira

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Freud, Sigmund, 1856-1939 . 2. Psicologia – Teses. 3. Psicanálise - Teses.  
. I. Vieira, Márcia Maria Rosa Vieira. II. Universidade Federal de Minas Gerais.  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título

Nome: Carneiro, Bernardo Micherif

Título: “O que é um analista?”: o analista, entre a psicanálise e a instituição

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais,  
para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovado em: 18 de fevereiro de 2011

Banca Examinadora

Profa. Dra. Márcia Maria Rosa Vieira (orientadora)

Instituição: UFMG

Assinatura \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Ana Lúcia Lutterbach Holck

Instituição: Escola Brasileira de Psicanálise (EBP)

Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Oswaldo França Neto

Instituição: UFMG

Assinatura \_\_\_\_\_

A Nane, para não ler, pois o saber é insuficiente para uma mulher,  
à qual o único escrito que cabe dedicar é uma carta de amor.  
Para ela que faz cada palavra deste escrito parecer ridícula,  
único modo deste suscitar alguma utilidade ao leitor.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço somente aos que me induziram a um trabalho que não havia como não ser decidido, mesmo que eu não o pretendesse.

Agradeço aos familiares que, mesmo sem saberem do que se trata, se interessam, por saberem que importa. À minha esposa, que se tornou causa para eu seguir sozinho, como não poderia deixar de ser, não sem algumas companhias.

À Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas Gerais (EBP-MG), lugar onde encontrei a psicanálise, e para onde me volto quando constato que me afastei desta.

Aos companheiros de Fica Vivo! que me incitaram a uma ação que ultrapassou o que eu já havia apreendido até então, provocando as primeiras inquietações indispensáveis sem as quais essa pesquisa seria supérflua.

Aos colegas das medidas socioeducativas, especialmente aos da semiliberdade, diante dos quais me imbuí da responsabilidade, entre outros, de fundar um campo de trabalho onde pudesse ser mais um.

À Camila, Elaine, Luciana e Ludmilla, integrantes do cartel do qual extrai como produto o projeto que me conduziu para esta pesquisa, o que faz com que esta seja apropriada para ser redirecionada à EBP-MG, mesmo que a título de “ganho secundário da pesquisa universitária”, com o valor de chiste que isto poderia alcançar.

Ao Oswaldo, por ter se interessado espontaneamente pelo que esta pesquisa transmitiu em sua intenção inicial.

Agradeço à Márcia Rosa, pela disponibilidade e o rigor com que assumiu a tarefa de ser a leitora que reconduziria esta escrita ao seu fim.

À Maria José e Ludmilla, pela seriedade com que se dedicaram ao debate da qualificação, que antecedeu e suscitou o início desta escrita.

À Ana Lúcia pela elegância e precisão com que me conduziu no debate da defesa, fazendo com que recolher os efeitos do trabalho já feito fosse o passo inevitável para sua reabertura.

E, claro, ao Jésus, pela presença desconcertante.

... chegará um tempo em que se perceberá que ser psicanalista pode ser um lugar em uma sociedade. Ele será ocupado, espero, tenho certeza, não obstante no presente só o seja por psicanalistas entocados em suas lojinhas de truques. Claro, talvez a psicanálise seja uma moda, uma moda a princípio científica a respeito das coisas referentes ao sujeito. Será, porém, cada vez mais útil preservá-la em meio ao movimento sempre mais acelerado do nosso mundo.

**Jacques Lacan**

## RESUMO

Carneiro, B. (2011). “O que é um analista?”: o analista, entre a psicanálise e a instituição. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

O crescimento ascendente do número de analistas nas instituições públicas nos dias de hoje nos impõe um questionamento: como pode existir um analista onde a psicanálise, a princípio, não está em questão? Para responder a essa pergunta, se torna imperioso que retornemos a duas obras que delimitam o campo psicanalítico para realizar uma crítica textual da posição de seus autores no debate sobre o estatuto do analista. Percorreremos escritos de Freud e Lacan para depreender deles uma abordagem política, clínica e epistêmica da discussão sobre a formação do analista. Freud, na medida em que empreende o movimento de expansão da psicanálise no mundo, se depara com a deterioração de sua prática como resultado, o que abre a questão sobre o que é um analista. Para controlar a habilitação do analista no campo que havia fundado, cria a Associação Internacional de Psicanálise – IPA. Contudo, se esta medida se justificava a favor da expansão do movimento psicanalítico, este acabou por assumir uma posição de extraterritorialidade na sociedade. Para elucidar esse contexto político e recuperar os princípios da prática da psicanálise, Lacan propõe um retorno a Freud, o que se revela um retorno ao desejo de Freud que estava em jogo na origem do movimento psicanalítico. Para realizar tal tarefa, Lacan se empenha em uma crítica dos rumos dados pela IPA ao legado freudiano. Ele propõe uma abertura da teoria e da prática da psicanálise ao debate público, o que faz retornar o impasse da deterioração de seus princípios e a inevitável questão sobre o que é um analista. A contraposição de Lacan à IPA culmina na sua excomunhão, o que o leva a fundar sua Escola. Lacan propõe a Escola como uma instituição que reabre a questão “o que é um analista?” no campo que lhe concerne, para, com isso, recolocá-lo na via da tarefa que lhe compete na sociedade. Entretanto, a Escola replica, em seu interior, o movimento de seus membros para retornar ao controle ortodoxo da habilitação dos analistas. Isso leva Lacan a dissolver a Escola, propondo que seus alunos realizem sua contra-experiência.

Palavras-chave: Desejo de Freud. IPA. Instituição. Formação do analista. Escola.



## ABSTRACT

Carneiro, B. (2011). "What is an analyst?": the analyst, between psychoanalysis and the institution. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

The upward growth of the number of analysts in public institutions today imposes a question: how can there be an analyst where psychoanalysis, the principle is not in question? To answer this question, it becomes imperative that we return to two works that define the psychoanalytic field to perform a textual criticism of the position of its authors in the debate on the status of the analyst. We will follow the writings of Freud and Lacan to deduce from them an approach political, clinical and epistemological of the discussion about the formation of the analyst. Freud, as it undertakes the expansion movement of psychoanalysis in the world, is faced with the deterioration of his practice as a result, which opens the question of what is an analyst. To control the qualification of the analyst in the field which he had founded, establish the International Psychoanalytical Association – IPA. However, if this measure was justified to support the expansion of the psychoanalytic movement, which eventually assume a position of extraterritoriality in society. To elucidate this political context and restore the principles of the practice of psychoanalysis, Lacan proposes a return to Freud, which reveals a return to Freud's desire that was at stake at the origin of the psychoanalytic movement. To accomplish this task, Lacan engages in a critique of the direction given by IPA to the Freudian legacy. He proposes opening theory and practice of psychoanalysis to the public debate, which does return the impasse of the deterioration of its principles and the inevitable question about what is an analyst. The opposition from Lacan to IPA culminates in his excommunication, which leads him to found his School. Lacan proposes the School as an institution that reopens the question "what is an analyst?" in the field that concerns you, so with that, put it back on the path of the task that he competes in society. However, the School contends, in its interior, the movement of its members to return to the control orthodox of the authority of analysts. This leads Lacan to dissolve the School, suggesting that their students complete her counter-experience.

Keywords: Freud's desire. IPA. Institution. Analyst formation. School.

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> .....	11
<b>Introdução</b> .....	16
<b>1. Freud e a expansão da psicanálise</b> .....	21
1.1. O DESEJO DE FREUD .....	23
1.2. A EXPANSÃO DA PSICANÁLISE NAS INSTITUIÇÕES .....	27
1.3. AS REGRAS TÉCNICAS .....	30
1.4. A PROFISSÃO DE PSICANALISTA .....	32
<b>2. Lacan, a formação do psicanalista e a terapêutica</b> .....	36
2.1. A IGREJA PSICANALÍTICA .....	36
2.1.1. <i>A ortodoxia</i> .....	36
2.1.2. <i>A extraterritorialidade</i> .....	39
2.2. OS FUNDAMENTOS DA PSICANÁLISE .....	42
2.2.1. <i>A sátira lacaniana</i> .....	42
2.2.2. <i>O retorno a Freud</i> .....	44
2.3. A FORMAÇÃO DO PSICANALISTA .....	45
2.4. A PSICANÁLISE E A TERAPÊUTICA .....	49
2.4.1. <i>A psicanálise nas instituições</i> .....	49
2.4.2. <i>Psicanálise aplicada e psicanálise pura</i> .....	54
2.4.3. <i>O analista e a psicanálise</i> .....	57
<b>3. Lacan, o analista e o trabalhador</b> .....	59
3.1. A ESCOLA DE LACAN .....	59
3.1.1. <i>O não-analista</i> .....	64
3.1.2. <i>A transferência de trabalho</i> .....	68
3.1.3. <i>Autorizar-se de si mesmo</i> .....	70
3.2. O PASSE .....	72
3.2.1. <i>Um acontecimento clínico</i> .....	72

3.2.2. <i>Uma aposta institucional</i> .....	73
3.2.3. <i>A habilitação do psicanalista</i> .....	79
3.3. O ANALISTA E A CAUSA ANALÍTICA .....	86
3.3.1. <i>Psicanálise em extensão e psicanálise em intensão</i> .....	86
3.3.2. <i>O matema do analista</i> .....	89
3.3.3. <i>O enclave psicanalítico</i> .....	91
3.4. O ANALISTA NAS INSTITUIÇÕES .....	97
3.4.1. <i>Mais-um ao trabalho</i> .....	97
3.4.2. <i>O ato analítico nas instituições</i> .....	102
3.5. A DISSOLUÇÃO .....	105
<b>Conclusão</b> .....	112
<b>Referências</b> .....	116

## Apresentação

Em 2003, Jacques-Alain Miller (2004) afirmou que o fenômeno *psi* se consolidou como “um fenômeno de civilização” (p. 20), que não cessa de se expandir. Se a questão para Freud e Lacan se colocou, de início, em relação a como ampliar o campo de ação da psicanálise na sociedade e estabelecer sua conexão com outras áreas, a situação atual da prática dos analistas nas instituições se apresenta como um desdobramento desta premissa. Hoje em dia, os psicanalistas assumiram seus postos nas instituições públicas: educação, saúde, assistência social, segurança pública, justiça, etc.

Em Minas Gerais, a ação dos psicanalistas avança cada vez mais para as frentes de trabalho do campo social, não só ocupando funções clínicas ou técnicas, mas, em escala ascendente, gerenciando a formulação, implantação e execução de políticas públicas. É desta experiência que surgem as questões que trouxeram a esta pesquisa. Particularmente, em duas experiências vividas no âmbito da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais.

A primeira delas ocorreu de 2004 a 2007, em uma política de prevenção à criminalidade, o Programa Controle de Homicídios – Fica Vivo!. Esse trabalho se deu na coordenação de um Núcleo de Referência do Programa, em um aglomerado de Belo Horizonte. Nesta função, cabia orientar o trabalho de oficinairos que ensinavam modalidades variadas aos jovens para, a partir do espaço aberto por aqueles, intervir nos conflitos entre as gangues. Além disso, o trabalho exigia uma articulação constante com a Polícia Militar e as ações de repressão planejadas pelo chamado Grupo de Intervenção Estratégica.

A segunda experiência vem acontecendo desde 2007, em duas funções gerenciais distintas ao longo deste período, ambas afetas à coordenação de uma política de medida socioeducativa de semiliberdade, uma medida judicial aplicada a adolescentes autores de ato infracional e executada pelo Governo do Estado de Minas Gerais em regime de co-gestão. Este trabalho vem sendo pautado pelo desafio de formular e implantar um enquadre prático para uma política pública até então inexistente e, por conseguinte, conduzir um campo de trabalho sob uma perspectiva nova para sete unidades de execução da medida em Belo Horizonte.

Esses trabalhos realizados nas instituições fizeram surgir algumas indagações: O que faz um analista em uma prática em que não há clínica, *a priori*, e a ação se dá em um contexto institucional? Qual pode ser a tarefa a qual um analista deva se prestar? Pode ele se constituir como analista em tal função? Qual lugar a psicanálise ocupa em tal prática?

As instituições colocam um analista frente a demandas que o levam a uma variedade de tarefas, muito além do que a prática *standard* da análise previa como função. Mas como, depois de avançarem para as instituições, garantir que os analistas continuem exercendo uma prática que possa ser denominada psicanálise? As modalidades de aplicação da psicanálise podem se tornar uma ameaça à existência de um analista?

Este impasse impõe como condição para a persistência da psicanálise nas instituições que resgatemos suas bases e realinhemos seus princípios à inevitável diversidade de práticas em que se insere. Não basta traçar perspectivas da expansão da psicanálise nas instituições. Antes, faz-se imprescindível cernir os limites de sua ação.

Na medida em que os analistas avançam para campos que não lhes são próprios, se impõe a eles uma inquirição sobre sua ação, que subentende a questão: “o que é um analista?” Para que não se contentem em reagir às pressões do poder público, é preciso que os analistas se precipitem na urgência de responder às pressões internas ao seu próprio discurso. Se eles não se antecipam em demarcar os princípios de sua doutrina, se deparam com a urgência em fazê-lo ao serem inquiridos pelos órgãos sociais.

Em 1926, Freud (1926/1996) já anunciava esta pressão que se exercia:

Diz-se que as autoridades, por instigação da profissão médica, desejam proibir inteiramente a prática da análise por leigos.... Se a proibição fosse efetivada, nós nos encontraríamos numa posição na qual grande número de pessoas ficaria impedido de executar uma atividade que podemos com segurança nos sentir convictos de que podem efetuar muito bem, ao passo que a mesma atividade está franqueada a outras pessoas para as quais não há qualquer garantia semelhante. (p. 225)

Levantando a suspeita de charlatanismo, as autoridades, durante toda a história da psicanálise, indagam a inexistência de um diploma oficial para a habilitação de analistas. Acreditam ser imprescindível fazer estatísticas do número de analistas necessários para determinada sociedade, calcular níveis de oferta e demanda, etc. O controle da inscrição de psicanalistas no mercado responde a uma lógica de rentabilidade, o que impõe uma exigência de garantia social da prática do analista.

Projeta-se no futuro um ordenamento da profissão de psicanalista pelo Estado, determinando seus deveres, procedimentos, etc. Miller (2000, p. 199) ironiza, dizendo que o analista poderia prestar juramento, o qual se comprometeria em não trair. Além disso, firmaria com seu paciente um contrato mercantil nos seguintes termos:

*Fulano receberá a beltrano três vezes por semana, não aumentará seus honorários mais que o custo da construção, por exemplo; e em um período compreendido entre cinco e dez anos o colocará em condições de recuperar seu investimento erigindo-se ele mesmo como analista com a*

*benção do precedente. Depois, em letras muito pequenas se esclareceria: “O analista não se responsabiliza...”*<sup>1</sup> (p. 199)

Neste campo aberto à impostura, surgem, no século atual, instituições que, falando em nome da psicanálise, propõem cursos de formação para analistas via internet. Há também os que formulam seu programa de formação de analistas fundamentado em uma doutrina religiosa. Entre a tradição da Igreja e o futurismo virtual, o analista está encurralado em uma tendência a se refugiar da sociedade.

Em 2003, essa discussão se atualiza no campo político. O Deputado francês Sr. Bernard Accoyer faz passar, na Assembléia Nacional da França, uma emenda de regulamentação da psicanálise e das psicoterapias, na qual estava implicado que a habilitação de seus praticantes estava condicionada à avaliação de suas qualificações por um júri específico e o exercício de sua profissão submetida inevitavelmente ao crivo da prática médica.

Em 2004, parlamentares, acadêmicos, profissionais de instituições públicas e representantes de várias instituições psicanalíticas de todo o Brasil se reuniram na Assembléia Legislativa de Minas Gerais para o Colóquio “A utilidade social da psicanálise: a regulamentação em questão”.

Essa mobilização aconteceu devido a reiteradas tentativas do Poder Legislativo brasileiro em aprovar leis de regulamentação da psicanálise ou de submetê-la ao ato médico. Vale lembrar que, depois de seis anos, a lei do ato médico foi aprovada recentemente na Câmara dos Deputados e permanece em discussão a sua aprovação ou não no Senado<sup>2</sup>.

Este debate põe em jogo o que Miller (2004) denominou “nó estratégico” (p. 28). O Deputado francês Accoyer alega que uma prática que pode ser conduzida sem o menor controle implica “um vazio jurídico” (Miller, 2004, p. 6), frente ao qual qualquer um pode se autorizar em seu nome.

Miller demonstra que a regulamentação da psicanálise não aplacaria o vazio jurídico que a constitui. Ele prevê que, com sua aprovação, muitos dos praticantes, que se tornariam ilegais de repente, ou passariam à clandestinidade, ou restabeleceriam esse vazio jurídico com outra nomeação. Miller (2004) dá a sugestão: “Psico-abracadabras, diplomados pela faculdade de Pirlimpimpim” (p. 21).

---

<sup>1</sup> “*Fulano recibirá a mengano tres veces por semana, no aumentará sus honorários más que el costo de la construcción, por ejemplo; y en un período comprendido entre cinco y diez años lo pondrá en condiciones de recuperar su inversión erigiéndose él mismo como analista com la bendición del precedente. Después, em letras muy pequeñas se aclararía: ‘El analista no se responsabiliza...’*”.

<sup>2</sup> Projeto de lei 7.703-A aprovado em 22 de outubro de 2009 na Câmara dos Deputados que prevê que todo diagnóstico nosológico e subsequente prescrição terapêutica se tornariam atividades privativas do médico. Desse modo, todos os profissionais de saúde estariam submetidos ao ato médico, já que o encaminhamento para eles dependeria de uma avaliação anterior de um profissional da medicina.

Mas o que se impõe como uma pressão institucional frente à qual a psicanálise não pode recuar em responder são questões relativas à garantia, ao controle, ao limite, o que introduz ao tema da presente pesquisa: Qual o limite da ação de um analista? Até onde ele pode ir com um ato que não está regulado? O que garante sua prática? É possível controlar este ato? O corporativismo entre os analistas seria uma solução para esse problema? Lacan (1965/2003) nos adverte:

Perseguir nos álibis o desconhecimento que aí se protege com documentos falsos exige o encontro do que há de mais válido numa experiência pessoal com aqueles que a intimam a se confessar, tomando-a por um bem comum. As próprias autoridades científicas são, aí, reféns de um pacto de carência que faz com que já não seja de fora que se pode esperar uma exigência de controle que estaria na ordem do dia em todos os lugares. (pp. 245-246)

Frente a este desafio, é preciso que os analistas assumam as consequências da ação psicanalítica nas instituições e do inevitável confronto que ela gera no campo político, clínico e conceitual. Freud (1926/1996) nos impulsiona a assumir esse debate dizendo que “as coisas que realmente importam – as possibilidades na psicanálise de desenvolvimento *interno* – jamais poderão ser afetadas por regulamentos e proibições” (p. 240).

Com a proposta colocada por nossa investigação, retornamos então ao impasse que Freud nos abriu: ao mesmo tempo em que é fundamental o crescimento do número de analistas para ampliar o alcance da psicanálise em outros campos, torna-se preciso evitar que esta difusão deteriore os princípios que fundamentam tal prática. Reduzir nosso debate à definição de um projeto de expansão da ação psicanalítica nas instituições nos lançaria ao risco de perder o que lhe serve de bússola.

O aumento espantoso da presença da psicanálise nas instituições nos últimos anos é de se admirar. Expandiu sua abrangência e, em cada conquista de um novo campo, fincou, com entusiasmo, sua bandeira, na qual está escrito: “psicanálise aplicada”. Só se falou disso durante todo esse tempo quando se fez referência à presença dos analistas lacanianos nas instituições. E os analistas se vêem, muitas vezes, reconhecidos, aplaudidos pelas autoridades pelos bons serviços prestados à sociedade.

Tudo vai bem! Os laços da psicanálise com os poderes se fortalecem, o empreendedorismo do analista e o seu esforço em apresentar resultados certificam sua competência. Até que Miller (2008-2009), em seu curso *Coisas de fineza em psicanálise*, se deteve como um ponto fixo, e fez notar o movimento do qual se tratava.

Ele afirma a necessidade de um retorno a Lacan, considerando que nos distanciamos dele. E qualifica o movimento atual de expansão da psicanálise, dizendo: “Extraordinário fenômeno de psicologia de massa! Da massa psicanalítica!” (12/11/08). Miller se depara com

o impasse da posição do analista, situado no limite entre garantir a sobrevivência da psicanálise na sociedade e tentar preservar a sua causa. E retomar o percurso de Freud e Lacan é uma forma de se tentar encontrar qual a decisão que já foi tomada quanto a isso.

Há uma política da psicanálise, e ela não se restringe a uma perspectiva histórica de seu movimento, seus personagens e instituições. Os acontecimentos históricos do movimento psicanalítico parasitam o texto de Freud e de Lacan e, se abordamos tais fatos, é para extrair deles os princípios de uma política que esteja à altura do por vir da civilização. O que sustenta a estrutura do discurso analítico na sucessão de seus acontecimentos históricos?

Para impulsionar essa discussão, urgente é primar pela articulação entre três esferas distintas. A política das instituições sociais, nas quais os analistas se inserem, a política da instituição psicanalítica e a política do tratamento. Seria possível instituir uma política institucional da psicanálise que funcione conforme a lógica do tratamento psicanalítico? Para isso, faz-se necessário colocar em pauta, no interior do grupo analítico, a formação do analista a partir do debate sobre o final de análise.

Como o analista se lançaria à prática em políticas sociais sem se assegurar, na instituição psicanalítica, de um conceito de sua ação? Bastaria esta última se constituir como um movimento de contra-sociedade? É preciso examinar em que medida as instituições psicanalíticas respondem a uma necessidade de estrutura na posição dos analistas perante a sociedade. As instituições psicanalíticas são apenas um fato histórico? De que forma respondem à relação do analista com seu exercício profissional? E com sua formação teórica? E com sua experiência de análise?

A relação do analista com a sociedade e com a psicanálise se estabelece a partir do modo como ele se serve da questão “o que é um analista?”. É a partir de uma crítica assídua da posição do analista que se justificou a criação das instituições psicanalíticas, o que coloca como central a exigência de que elas tracem sua proposta para a formação do analista. Inevitavelmente, depreende-se deste contexto: como a instituição psicanalítica responde à pergunta sobre o estatuto do analista?

Para reanimar o impacto do percurso de Freud e Lacan, é primordial dar a seus discursos as consequências que eles devem ter no âmbito da instituição psicanalítica, por um lado, e da sociedade, por outro. Esta indicação nos serve de base para que nossa investigação pretenda depurar o debate sobre “o que é um analista?” da obra de ambos os autores, fazendo dele a condição para se fundamentar a difusão da ação dos analistas nas instituições.



## Introdução

Formalizar o estatuto do analista a partir do debate sobre a relação da psicanálise com campos que lhe são externos exige que partamos do interior de sua doutrina para depurar sua lógica e seus contornos. Neste rumo, a presente pesquisa tem como finalidade extrair de Freud e Lacan proposições consistentes o suficiente para suportarem serem transpostas para fora do campo que lhe é próprio sem perderem seu fundamento.

Para delimitar uma concepção teórica e o modo de abordagem de nosso objeto de estudo, lançaremos mão de algumas proposições de Jean-Claude Milner (1996), em *A obra clara*. De início, nos basearemos no que este autor define como “obra”: um “princípio de unicidade que permite introduzir no múltiplo da cultura um desconto e diferenciações... uma forma que organiza a cultura” (pp. 11-12).

No campo psicanalítico, é incontestável que o que Freud produziu é uma obra e que é impossível abordar o percurso da psicanálise sem partir dele. Mas Milner propõe que, na psicanálise, Lacan constitui a única obra exterior a Freud (p. 16). Ao dar um passo além de Freud, Lacan constitui uma obra única, suscetível de ser interpretada por si mesma.

Por um lado, a obra de Freud privilegia sua forma escrita, a qual serviu de base para o primeiro capítulo desta pesquisa. Contudo, por outro lado, a obra de Lacan se apresenta sob duas modalidades: seus textos escritos e seus seminários transcritos. Porém, Milner propõe que o conjunto da obra de Lacan está contido em seus textos escritos (p. 20).

Milner diferencia os seminários dos escritos. Os seminários seriam o ensino exotérico de Lacan, ou seja, se dirige para os que estão fora de seu campo, tentando induzi-los ao interior por meio de uma técnica discursiva.

Já os escritos seriam seu ensino esotérico, pois se dirige aos iniciados, aos que concluíram seu movimento de entrada, o que permite prescindir da erudição ou da retórica. Lacan (1966/2003) observa: “não julgamos dever compilar nossos *Escritos* para um público mais vasto do que aquele a que eles se endereçaram: a saber, os psicanalistas – até agora” (p. 229).

Se Lacan decidiu publicar os *Escritos* não o fez por se direcionar ao público em geral, mas pelo que ele alega: “eu ainda não teria publicado esta coletânea de meus *Escritos*, se o que neles se emite... não tivesse acabado correndo sozinho para fora do campo onde se pode controlá-lo” (p. 230).

Além disso, não há nada da formulação doutrinária de Lacan que seja mencionado nos seminários e que não esteja nos escritos. Segundo Milner (1996, p. 24), o que se encontra no primeiro, e pode não estar contido no segundo, deriva da conversa erudita, não da formulação de saber. Ele conclui que Lacan confiou primordialmente na escrita para transmitir sua doutrina, e chega a afirmar que “ler Lacan é ler o que está escrito” (p. 25), tendo-se o direito de escolher por utilizar ou não seus seminários.

Neste sentido, Lacan (1968a/2003) nos lança um desafio para sustentar o lugar da psicanálise no mundo: “Quando a psicanálise houver deitado as armas diante dos impasses crescentes de nossa civilização (mal-estar que Freud pressentia) é que serão retomadas – por quem? – as indicações de meus *Escritos*” (p. 349).

Assumindo esta tarefa, o segundo e o terceiro capítulos dessa pesquisa tomaram como base de sua estruturação os escritos de Lacan, enfatizando a perspectiva esotérica de um tema que se dirige inevitavelmente ao público iniciado. Somente se justificou a utilização dos seminários em dois casos particulares em que eles remetem a formulações de Lacan sobre o percurso institucional da psicanálise que não constam em seus escritos.

Primeiro, as duas aulas iniciais do seminário *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, nas quais Lacan aborda o que ele designou como sua excomunhão da Associação Internacional de Psicanálise (IPA). Em segundo lugar, uma aula realizada em 11 de março de 1980 e intitulada “D’Écolage”<sup>3</sup>, na qual Lacan trata da dissolução da Escola Freudiana de Paris e da criação da Escola da Causa Freudiana.

Os capítulos desta pesquisa foram estruturados em torno de três termos extraídos das obras de Freud e Lacan e que definem respectivamente três formas de abordagem de nosso objeto de estudo.

O primeiro capítulo retira do texto “A história do movimento psicanalítico” o termo “expansão”, que levanta uma questão política na obra de Freud. Impulsionado pela necessidade de garantir a sobrevivência de sua descoberta, Freud empreende seu percurso às voltas com a expansão de sua doutrina na sociedade, por um lado, e a preservação da tradição de seu legado no interior da instituição psicanalítica, por outro. Neste trajeto, enfrenta o impasse do risco permanente da deterioração da prática da psicanálise devido à indefinição do estatuto do analista.

O segundo capítulo centra no texto “Situação da Psicanálise e formação do psicanalista em 1956” a crítica dos rumos dados pela IPA à “situação” do psicanalista depois de Freud, a

---

<sup>3</sup> Nesta aula de seu seminário, Lacan joga com a homofonia, em francês, entre o neologismo des-escolarização [*d’écologie*], descolagem [*décollage*] e decolagem [*décollage*].

partir da qual Lacan problematiza a prática clínica. Realizando um projeto de retorno a Freud, Lacan se propõe a abrir a psicanálise à crítica de seus fundamentos, combatendo a extraterritorialidade na qual os ipeístas haviam se enclausurado. Neste sentido, ele propõe que os analistas reassumam a prática da psicanálise no campo público e o debate de sua formação perante o movimento intelectual da época.

O terceiro capítulo extrai do texto “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o Psicanalista da Escola” o termo “extensão”, que pressupõe uma articulação epistêmica entre a expansão da presença dos analistas na sociedade e a definição de seu estatuto no interior da Escola. O termo extensão está condicionado a sua articulação com a intensão em jogo na ação do analista. Neste sentido, Lacan formaliza a instituição psicanalítica que fundou a partir de uma concepção de fim de análise, o que nos permite articular o campo psicanalítico e o campo das instituições públicas a partir da relação entre o ato do analista e o trabalho do analisante.

Expansão, situação e extensão. A passagem de um termo ao outro se define pela forma como é abordado um quarto termo, que os une e os distingue simultaneamente: a “formação” do analista. A formação do analista é um tema que percorre toda a pesquisa. Este termo amarra as três abordagens citadas – política, clínica e epistêmica –, que se alinham em sequência e implicam formulações que suscitam as questões do seu subsequente.

Delimitada a abordagem de nosso objeto de estudo, para cernir nossa concepção teórica uma questão se impõe: por que há um enorme campo de pesquisa em que evocar o nome de Freud ou Lacan atribui nobreza ao debate?

Destacar o texto de Freud e de Lacan não implica em uma “vitória de pensadores” (Lacan, 1967a/2006, p. 109). A referência às fontes primárias é crucial no plano da pesquisa, mas não garante a resolução de um problema levantado, desde que este seja uma legítima questão de pesquisa. Lacan ressalta: “É pura loucura querer abordar o problema em nome das fontes” (p. 108).

Em uma perspectiva contrária ao dogmatismo, esta pesquisa se propõe a uma crítica fundamentada no saber textual e não no saber referencial, conforme assinala Lacan (1967/2003, pp. 575-576). Em uma abordagem referencial, trataríamos de repisar a estrutura lógica do pensamento de Freud e Lacan conforme a articulação de seus conceitos.

Por sua vez, a crítica textual franqueia a eternidade contemplativa das fontes e, de modo experimental, se ocupa de assinalar as repetições que transcorrem os textos de Freud e Lacan, recompondo a estrutura que se extrai deste balizamento.

Determinar a estrutura da obra a partir do retorno dos elementos implica em privilegiar os pontos de descontinuidade no saber textual. A crítica textual extrai das obras de Freud e

Lacan rupturas a partir das quais o percurso retroage e pode, com isso, não se reduzir unicamente ao rigor de sua lógica, mas explicitar os pontos nodais que surgem da descontinuidade da estrutura. Lacan (1967a/2006) ratifica: “o que me interessa não é reduzir Freud às suas fontes. Mostrarei, ao contrário, a função que ele teve como fissura” (p. 108).

Esta pesquisa não pretende uma recomposição da sequência histórica dos textos, mas privilegia os efeitos que um momento posterior do posicionamento político de Freud ou de Lacan produz sobre seus antecedentes. A crítica textual dos rumos da psicanálise não visa “nada além da integral dos equívocos que sua história deixou persistirem nela” (Lacan, 1973/2003, p. 492).

A partir deste enfoque, pretendemos colocar à prova o modo como ambos os autores, distintamente, enfrentam a questão sobre a formação do analista, resgatando o impacto de suas posições no percurso do movimento psicanalítico. Para isso, é preciso abordá-los à distância, visualizando as linhas de contorno de seus escritos e deixando a cargo de seus autores a responsabilidade por seu dizer.

A sequência dos escritos de Freud e Lacan não se fixa no sistema de pensamento que articulam, mas buscam como “propósito primordial, senão único, o franqueamento das teses pela elucidação dos princípios” (Lacan, 1956a/1998, p. 240). Não se pautam no acúmulo de experiência, mas no passo a ser dado adiante.

Ao passo que Lacan (1971/2003) qualifica a cultura como “um esgoto” (p. 15), ele só pode inserir sua obra no movimento de sua época a preço de fazer de sua letra lixo<sup>4</sup>. Na medida em que a crítica textual aborda o escrito como uma “acomodação de restos” (p. 16), ela visa extrair disto a utilidade que o texto pode ter como dejetos de uma cultura.

Desse modo, a presente pesquisa se distingue de um ensino que se sustenta na via da erudição teórica. Na psicanálise, o trabalho de transmissão não visa à preservação da tradição do pensamento, nem o esforço especulativo, mas a “conexão do saber com a satisfação”<sup>5</sup> (Miller, 2000, p. 76). Mas não se trata de uma satisfação que adormece o pensamento, mas que se estabelece por um forçamento. A pesquisa só tem validade quando nos coloca “em relação com o que nos força a pensar” (Miller, 2008-2009, 19/11/08).

Isso garante que uma pesquisa não seja apenas uma convenção acadêmica, mas responda a um fator de perturbação da rotina teórica. Ao invés de falar do que se sabe ou não se sabe, “o que se trata é do que ele tem de saber” (Lacan, 1968a/2003, p. 254).

---

<sup>4</sup> Lacan joga com as palavras, em francês, letra/carta [*letter*] e lixo [*litter*], produzindo o neologismo liteiralixo [*litière*].

<sup>5</sup> “conexión del saber con la satisfacción”

Para distinguir duas modalidades de pesquisa, Lacan (1964/1997) se refere a uma frase de Pablo Picasso: “*Eu não procuro, acho*” (p. 14). A pesquisa que procura se fundamenta no que já foi achado, no que é suposto estar envolto pelo esquecimento. Ela pressupõe o reconhecimento da tradição do saber referencial, a partir do qual se pode etiquetar um problema de pesquisa com argumentos retóricos. Só é possível fazer emergir um verdadeiro achado, algo imprevisto desde o início, quando a pesquisa visa às fissuras do textual, a partir do que o saber que urge pode se antecipar ao pesquisador que o formula.

Neste rumo, Lacan (1966b/1998) se propôs a realizar um ensino que escapasse à contemplação do referencial teórico, “e com o estilo que seu endereçamento impõe, levar o leitor a uma consequência em que ele precise colocar algo de si” (p. 11). Miller (2003) enfatiza: “Em qualquer teoria há um repouso sobre o adquirido, enquanto que o ensino – pelo menos o de Lacan – se instala na falha que, na psicanálise, disjunta prática e teoria” (p. 23).

Lacan (1970a/2003, pp. 277-278) impõe o franqueamento de seu discurso como uma perspectiva que todo psicanalista deve ter no horizonte. Mas para conseguir ultrapassar algo, é necessário, antes, saber se servir dele. Antes que se pretenda essa ultrapassagem, é de um retorno a Freud e Lacan que se trata, para delimitar e limitar o expansionismo da psicanálise.

Para tal tarefa, esta pesquisa se estrutura a partir da leitura de Miller, tendo como ponto de partida o seu curso *El banquete de los analistas*. Partimos de Miller para traçar um percurso que restringe seu campo de abordagem pela escolha de dois leitores: Lacan como “ao menos um” que se propôs a retornar a Freud, e Miller como “ao menos um” que sabe ler Lacan.

É isso que Lacan (1974/2003) indica ao se referir a Miller: “Aquele que me interroga também sabe me ler”<sup>6</sup> (p. 508). A leitura de Miller nos serviu de guia para desvendar as fendas que estruturam as obras psicanalíticas que o antecederam, atualizando seu uso e certificando seu rigor. Seu estilo de trabalho nos iluminou o caminho, elucidando que a linha que define a passagem da obra freudiana à lacaniana se constitui retroativamente.

Se Miller, por sua vez, constitui uma obra, deixamos aberta a questão, nos servindo da prudência de Milner (1996) que, referindo-se à obra de Lacan, assinala: “Nada tenho a pronunciar sobre a questão empírica de saber se haverá outras obras... Resta somente estabelecer o que, em Lacan, constitui obra” (p. 16).

---

<sup>6</sup> Lacan joga com a homofonia, em francês, entre “me ler” [*me lire*] e Miller.

## 1. Freud e a expansão da psicanálise

“Sejamos exatos, o solitário deu o exemplo” (Lacan, 1977/2003, p. 567). É assim que Lacan se refere a Freud no último texto de seus *Outros escritos*<sup>7</sup>, retornando, no final de seu ensino, ao que se colocou em jogo no momento inaugural da psicanálise. O próprio Freud (1925a/1996) identifica sua posição inicial em relação à psicanálise não fazendo referência à posição do analista, mas sim à do judeu, a quem ele atribui “aptidão a aceitar uma situação de oposição solitária” (p. 247).

Em seu texto “A história do movimento psicanalítico”, Freud (1914/1996, p. 23) retoma todo o seu percurso, até então, na descoberta da psicanálise e em sua expansão na sociedade. Reconhece que só se deu conta do quanto havia descoberto algo inovador ao constatar o repúdio que suas ideias causaram em seu círculo.

Constata que, com seu empreendimento, passou a pertencer ao “grupo daqueles que ‘perturbam o sono do mundo’” (p. 31). No entanto, considera a solidão com a qual se deparou um destino inevitável, o que o faz persistir confiante em seu julgamento e acompanhado do que ele chama de “coragem moral” (p. 31).

Todavia, apesar de se afirmar só, Freud nunca se propôs a ser o único. A descoberta da psicanálise não poderia ser sustentada e perpetuada por um só. Por isso, Freud fez da psicanálise não somente uma teoria e uma prática, mas instituiu-a como um movimento, o qual foi impulsionado pelo que poderíamos denominar uma vontade de expansão de Freud. É seguindo este rumo que ele afirma: “A partir do ano de 1902, certo número de jovens médicos reuniu-se em torno de mim com a intenção expressa de aprender, praticar e difundir o conhecimento da psicanálise” (p. 35).

Freud não recebe seus primeiros discípulos com o intuito de analisá-los, mas para impulsioná-los a participar do movimento de expansão da psicanálise. Mas o movimento psicanalítico já demonstra em seu início que se funda sobre a transferência que a relação com o saber na psicanálise pode gerar.

Freud localiza que, a partir de 1907, se iniciaram as trocas de ideias e consequentes visitas entre os adeptos da psicanálise em diferentes países. Esse intercâmbio cada vez mais frequente culminou em uma reunião, a convite de Carl G. Jung, realizada em Salzburg, na primavera de 1908, que se tornou o primeiro Congresso Psicanalítico (p. 36). Começava a se

---

<sup>7</sup> LACAN, J. (2003). Prefácio à edição inglesa do Seminário 11 (1976). In: *Outros Escritos* (pp. 567-569). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

consolidar o movimento internacional de expansão da psicanálise. Mobilizado por isso, Freud insiste em convocar novos adeptos à prática do tratamento recém criado. Mas, apesar de seu entusiasmo com a difusão de sua descoberta, ele logo afirma: “A sociedade não terá pressa em conferir-nos autoridade” (1910a/1996, p. 153).

Ele interpreta a resistência da sociedade à psicanálise dizendo que esta abala os ideais sociais, e que os analistas devem ser capazes de esperar sem pressa pelo reconhecimento. Enquanto esse não vinha, estavam fadados, ao entrar em um campo alheio, a ter que lutar “com os donos do campo” (Freud, 1914/1996, p. 46).

Seguindo essa perspectiva, Freud (1914/ 1996) se apropria de uma afirmação do professor de psiquiatria Alfred Hoche que, em um ataque à psicanálise a qualificou de “epidemia psíquica”<sup>8</sup> (p. 37). Freud compara a expansão da psicanálise a uma infecção da sociedade e, neste sentido, a psicanálise se equivaleria a um sintoma social.

Ele chega até mesmo a dizer que, se por um lado ele pudesse ser tratado como um descobridor, por outro, ele mesmo poderia ser tomado como uma “paralisia geral progressiva” (p. 52). Antes mesmo de a psicanálise ser um sintoma social, o próprio Freud se considera como tal.

Segundo Miller (1997b, p. 409), o consentimento de Freud com este rebaixamento da psicanálise é interpretado por Lacan como um chiste. Ou seja, quando se esperava que Freud anunciasse a psicanálise como um tratamento, ele a apresenta como uma enfermidade. Contudo, apresentar a psicanálise como uma epidemia continua sendo insuficiente para esclarecer seu papel na sociedade.

Diante desse movimento freudiano, Miller (2000) coloca uma pergunta: “por que esta vontade de expansão que parece converter a psicanálise em um tipo de evangelho para difundir?”<sup>9</sup> (p. 283). Freud traçou o percurso do movimento psicanalítico atravessado por essa vontade. Contudo, o que ele acreditava poder garantir a sobrevivência da psicanálise no mundo era o que, paradoxalmente, iria levá-lo a colocá-la em risco.

---

<sup>8</sup> Trata-se de um trabalho intitulado “Uma Epidemia Psíquica entre os Médicos”, proferido pelo professor Hoche em um congresso médico em Baden-Baden.

<sup>9</sup> “¿por qué esta voluntad de expansión que parece convertir el psicoanálisis en una suerte de evangelio para difundir?”

## 1.1. O DESEJO DE FREUD

As reuniões de quarta-feira à noite na casa de Freud agrupavam os médicos em um debate que tomava ares de conspiração e já fazia com que o movimento psicanalítico fosse ganhando contornos de uma instituição fora do corpo social reconhecido. Esse movimento se expandiu a tal ponto que Freud decidiu formalizá-lo.

Em março de 1910, no segundo Congresso de Psicanálise realizado, Freud efetiva seu projeto e propõe a Escola de Zurique como o primeiro centro de uma instituição que reunia, de início, três grupos de países diferentes<sup>10</sup>. Além disso, sugeriu que de Zurique fosse definido um chefe que cuidasse do futuro desse movimento. Apesar da oposição de seus discípulos às suas propostas, Freud (1914/1996) persistiu na ideia, mesmo afirmando que o que fez “não foi, na verdade, muito prudente” (p. 51).

Assim surge, em 1910, a *International Psycho-Analytical Association* (Associação Internacional de Psicanálise) – IPA. Freud (1910b/1996) não deixa de se mostrar embaraçado, tentando se justificar quanto ao seu propósito: o “monopólio” (p. 238), por esta instituição, do ensino da psicanálise e da habilitação da prática do analista.

Após consolidar o movimento de expansão da psicanálise, Freud (1910b/1996) se deparou com a prática do que ele chamou “psicanálise silvestre”. Qualifica com esse nome todo tratamento que se atribua o exercício da psicanálise para, no entanto, operar desvios sobre ela. Frente a isso, justifica a criação da IPA pela preservação da “causa da psicanálise” (p. 238) e propõe que tudo o que não pertencesse a ela não poderia ser chamado de psicanálise<sup>11</sup>.

Esse funcionamento estabelece o princípio totalitário da IPA: “*Se é psicanalista, pertence à IPA; e se pertence à IPA, é psicanalista*”<sup>12</sup> (Miller, 1999, p. 15). Em sua proposta, a Associação ensinaria a prática da psicanálise e, com isso, prepararia seus membros para exercê-la, lhes concedendo “uma espécie de garantia” (Freud, 1914/1996, p. 52).

Em vista do exposto, a política institucional mostra, desde a origem, não ser um simples apêndice na história da psicanálise, mas sim um fator que estrutura seu percurso. Miller (2000) enfatiza: “Façam uma história da psicanálise e se verão forçados a passar

<sup>10</sup> Trata-se dos três grupos a seguir, com seus respectivos presidentes: Berlim (Alemanha) – Karl Abraham; Zurique (Suíça) – Carl Gustav Jung; Viena (Áustria) – Alfred Adler.

<sup>11</sup> Freud afirma esse repúdio em dois momentos distintos. Primeiro em seu texto “Psicanálise ‘silvestre’” (1910b/1996, p. 238), e mais tarde em “A história do movimento psicanalítico” (1914/1996, p. 52).

<sup>12</sup> “Si se es psicoanalista, se pertenece a la IPA; y si se pertenece a la IPA, se es psicoanalista”.



permanentemente pela história dos grupos, subgrupos e frações; pelas oposições, as exclusões”<sup>13</sup> (p. 259).

No centro do grupo analítico se coloca desde sempre a questão fundamental da psicanálise: “o que é um analista?”. A aparição desta questão no centro do movimento de expansão da psicanálise fez com que Freud respondesse criando uma instituição onde estabelece: Ninguém entra aqui se não for psicanalista!

No momento em que Freud funda a IPA, ele acredita poder transferir o saber sobre o que é um analista a uma instância coletiva. Isso é o que Lacan qualificou de ortodoxia, “resultado da coletivização da opinião verdadeira” (Miller, 2003, p. 10). Se a psicanálise confrontou Freud ao singular inerente à solidão do analista, este buscou refúgio no particular da comunidade analítica.

Assim, em seu meio institucional, a psicanálise fica sujeita ao campo das identificações entre os analistas e “manifesta-se, ela mesma, como uma paixão no ato que a constitui” (Lacan, 1992/2003, p. 182). Porém, ao iniciar o movimento psicanalítico, Freud (1914/1996, p. 35) já constatava o fracasso do funcionamento do grupo, afirmando que, ao invés de ter propiciado solidariedade entre seus discípulos, os mesmos se investiam em disputas pela propriedade sobre a psicanálise.

Freud responde a isso ao afirmar os objetivos de sua Associação (IPA). Partindo do rechaço imposto pela sociedade médica à psicanálise, ele propõe que a IPA cumpra a função de “cultivar o apoio mútuo entre os seus membros” (p. 53). Lacan (1974/2003) ironiza, denominando a IPA de “uma sociedade de assistência mútua contra o discurso analítico. A SAMCDA” (p. 518).

Essa parece ter sido a escolha de Freud para direcionar o movimento psicanalítico: entre a psicanálise e os analistas, ele escolheu a segunda opção, fazendo com que “o grupo psicanalítico prevalecesse sobre o discurso” (Lacan, 1982b/2003, p. 320). Ou seja, conseqüentemente, Freud funda a IPA sobre as bases do prevalecimento do poder associativo do grupo em detrimento dos fundamentos da prática da psicanálise.

Dentro da Associação, sobressaem-se mais as manobras institucionais do que o interesse pela clínica psicanalítica. Com isso, ele desincumbiu seus discípulos de qualquer compromisso com a psicanálise. Miller (2000) assinala:

os psicanalistas contra a psicanálise. Dessa forma é possível afirmar sem provocação que a história da psicanálise se inscreve sob este título.... Os psicanalistas devem muito à psicanálise (seu estatuto, seu meio de sustento, por exemplo), e evidentemente é possível que tenham um

---

<sup>13</sup> “Hagan una historia del psicoanálisis y se verán forzados a pasar permanentemente por la historia de los grupos, subgrupos y fracciones; por las oposiciones, las exclusiones”.

compromisso com ela, do qual em geral acreditam livrar-se mediante um compromisso com Freud.<sup>14</sup> (pp. 11-12)

Neste sentido, Lacan (1992/2003) qualifica a IPA como a réplica “de uma Igreja sem fé, de um exército sem pátria” (p. 182). Ao fazer da Internacional um mecanismo de contenção da prática psicanalítica, Freud acaba “perdendo seu discurso ao querer salvá-lo” (Lacan, 1973/2003, p. 463). O dispositivo que havia criado para combater a deterioração da prática analítica acabou por entregá-la aos interesses dos guardiões do seu legado.

Essa situação culmina na decisão de Freud por duas deserções do grupo analítico. Afirma com veemência sua recusa a todas as inovações que Adler e Jung haviam realizado na teoria e na prática da psicanálise<sup>15</sup>, reiterando a perspectiva que deu origem à IPA: “Isso não é psicanálise!” Acusa ambos de terem aviltado as verdades da psicanálise em troca do reconhecimento público. A deserção de Adler aconteceu em 1911 e a de Jung veio em 1913.

Miller (2003, p. 11) explica que Freud condenou a conduta de Adler e Jung como uma heresia, o que justificou que ele lhes imputasse uma resposta pela via da ortodoxia. Dessa forma, Freud defendeu “a unidade e o universalismo da fé” (p. 13) na psicanálise, tentando garantir a continuidade da “tradição apostólica” (p. 13) de sua Associação.

Por isso, Freud (1914/1996) inicia seu texto “A história do movimento psicanalítico” enfatizando: “a psicanálise é uma criação minha” (p. 18) – e completa: “ninguém pode saber melhor do que eu o que é a psicanálise” (p. 18). Para restaurar a ortodoxia, Freud recorreu à sua posição de pai da psicanálise.

Se o receio de Freud de que a prática da psicanálise fosse deteriorada fez com que ele criasse uma Associação, ele se depara com os desvios dessa prática no seio da própria instituição na qual ele pretendia realizar esse controle. Contudo, Lacan (1957/1998) nos surpreende com uma pergunta sobre a criação da IPA por Freud: “teria ele apenas errado seu alvo?” (p. 458). Com o decorrer de seu ensino, Lacan responde essa pergunta com eloquência, sem eximir Freud do que lhe cabia e reiterando a asserção: Freud quis a IPA tal como ela é<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> “...los psicoanalistas contra el psicoanálisis. Asimismo es posible afirmar sin provocación que la historia del psicoanálisis se inscribe bajo este título... Los psicoanalistas les deben mucho al psicoanálisis (su estatuto, su médio de sustento, por ejemplo) y, evidentemente es posible que tengan um compromisso com él, del que en geral creen librarse mediante um compromisso com Freud”.

<sup>15</sup> Ambos refutam a teoria do inconsciente e o papel central que Freud dá a libido sexual no psiquismo. Adler reduz a libido à tendência do ego. Com isso, ele resume a sexualidade em Freud a uma intenção de poder que ele nomeia “protesto masculino”. Mas Jung vai mais longe, refutando totalmente a libido de seu sistema de pensamento. Ele tenta eliminar o conteúdo reprovável da conduta humana e dos complexos familiares convertendo-o em conteúdo simbólico e pretendendo resolvê-lo com ensinamentos morais. Ver FREUD, S. (1996). A história do movimento psicanalítico (1914). In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 14, pp. 58-74). Rio de Janeiro: Imago.

<sup>16</sup> Lacan faz referência a essa ideia em vários momentos de seu ensino. Nos seus *Escritos*, já introduz a questão no texto “A psicanálise e seu ensino” (1957, pp. 458-459). Em seus *Outros Escritos*, desenvolve a discussão nos

Lacan deixa claro que Freud não foi traído, mas, ao contrário, na IPA, estamos diante do que há de verdadeiramente autêntico no desejo de Freud. A vontade de expansão de Freud aponta para o desejo que ela oculta. Ele recorreu à ortodoxia e ao enquadre institucional rígido que decorre dela, levando Lacan (1968a/2003) a afirmar: “Está claro, pois, que Freud correu o risco de uma certa [*sic*] parada. Talvez mais: que viu nela a única proteção possível para evitar a extinção da experiência” (p. 250).

Freud sustenta, por meio do formalismo institucional, a tentativa de proteger a psicanálise dos psicanalistas, para que seus discípulos pudessem continuar sustentados na letra da obra freudiana, mesmo que ao preço do desconhecimento de sua prática. Ou seja, no interior da Associação, a resposta à questão “o que é um analista?”, sob a qual se assenta a verdade da prática da psicanálise, “provoca seu próprio desconhecimento, ou até produz sua negação sistemática” (Lacan, 1968a/2003, p. 249).

Seguindo essa perspectiva do desejo oculto na vontade de expansão de Freud, Lacan nos permite outra interpretação da escolha de Freud ao fundar o grupo analítico: quando parecia escolher, no grupo analítico, os analistas em detrimento à psicanálise, Freud, na verdade, escolhia entre a prática e a expansão de sua descoberta. É o que afirma Miller (1997d):

[Freud] teve de escolher entre o que queria, isto é, a verdade da experiência analítica, e a difusão da psicanálise. Escolheu a difusão mundial em vez da verdade. Como escreveu a um de seus fiéis, “prefiro ter um movimento internacional, porque podemos ser forçados a nos exilar”. (p. 19)

Freud obtura a questão sobre o analista submetendo-a a um enquadre institucional rígido. Protege sua doutrina para garantir sua expansão, ao preço do desconhecimento de seu fundamento. Ele privilegia a preservação formal de sua obra em detrimento da querela sobre o estatuto do analista, visando, assim, a sobrevivência de sua descoberta para além de sua presença em vida no meio analítico. Assim, estrutura o funcionamento de sua Associação ao avesso da lógica da experiência psicanalítica.

Para garantir a perpetuação da psicanálise, apesar dos analistas, Freud opera o seu recalçamento no seio da instituição analítica. Miller (2002-2003) interroga: “em que condição a própria psicanálise pode ser também capaz de dobrar as massas a seu império? E talvez [Freud] tenha se dito que seria necessário começar pelo recalque dela” (21/05/03). Para dobrar o grupo analítico ao seu império, ele empreende o desconhecimento de sua verdade. Isso é o que introduz a descoberta freudiana na via de uma tradição, como algo necessário de ser preservado, já que desconhecido.

---

textos “A psicanálise verdadeira, e a falsa” (1992, p. 182), “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola” (1968, p. 249), “O aturdido” (1973, p. 463), “Televisão” (1974, p. 520), e também em sua “Carta de dissolução” (1982b, p. 320).

Entretanto, Miller (1997c) adverte que a tentativa de Freud de “salvar as insígnias do poder” (p. 436) na psicanálise não implica que seu desejo seja um desejo de poder. A prova disso é que Freud abriu o caminho para que o analista existisse, mas não se arriscou a nomear analistas. Freud compartilhou anéis<sup>17</sup> com seus escolhidos, mas “dar anéis aos iniciados não é nomear” (Lacan, 1977/2003, p. 568).

O desejo de Freud, apesar do preço caro a ser pago, se mostra coerente com o percurso do movimento psicanalítico até então, e implica em uma estratégia que visa o futuro da psicanálise no mundo. Com a escolha pela preservação formal de sua doutrina, Freud (1914/1996) deixa para a história sua expectativa de que sua obra pudesse constituir “material de trabalho para uma geração de pesquisadores” (p. 47). Prevê que isso só se realizaria quando as resistências dos psicanalistas à psicanálise fossem ultrapassadas.

Traçando esse horizonte para além de sua época, Freud se arrisca a uma projeção: “décadas depois, alguém infalivelmente chegaria aos mesmos resultados – para os quais não era ainda chegada a hora –, conseguiria que eles fossem reconhecidos e me honraria como um precursor cujo fracasso fora inevitável” (p. 31).

Freud mostra que, apesar de sua aposta no apoio mútuo entre os analistas, ele permanecia como Róbson Crusoe em sua ilha deserta. E afirma: “Quando lanço um olhar retrospectivo àqueles anos solitários, longe das pressões e confusões de hoje, parece-me uma gloriosa época de heroísmo” (p. 31).

## 1.2. A EXPANSÃO DA PSICANÁLISE NAS INSTITUIÇÕES

Em seu texto “Sobre a psicoterapia”, Freud (1905/1996, p. 244) constatava que, apesar de sua teoria ter sido universalmente conhecida, a prática da psicanálise ainda lutava por seu reconhecimento. Isso mostra que, naquela época, ele já se deparava com uma disjunção entre a teoria e a prática psicanalítica, na medida em que uma avançava em sua expansão independente dos campos desbravados pela outra.

---

<sup>17</sup> Em 25 de maio de 1913, na primeira reunião do Comitê da IPA, Freud presenteou cada um de seus cinco colaboradores com uma pedra grega, com a qual cada um fez um anel semelhante ao que Freud já usava. Em 1920, Freud deu o mesmo presente a um novo membro da IPA, completando um grupo de sete anéis. Ver nota 5 de Milner, J-C. (1996). Considerações sobre uma obra. In *A obra clara: Lacan, a ciência, a filosofia* (p. 26). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Neste percurso, após consolidar sua Associação, ele passa a traçar o projeto de expansão da prática psicanalítica no campo social. O pós-guerra e todos os fenômenos sociais e clínicos que emergiram com o final da Primeira Guerra Mundial, em 1918, apontam para ele um cenário promissor para ampliar a difusão da psicanálise.

No Quinto Congresso Psicanalítico Internacional, realizado em setembro de 1918 em Budapeste, Freud (1919a/1996) profere seu texto “Linhas de progresso na terapia psicanalítica”, no qual constata o alcance limitado da terapêutica da psicanálise sobre o campo social. Contudo, ele prevê o despertar da sociedade para a ameaça que os fenômenos psíquicos representam.

Ele passa a traçar, então, instituições de atendimento psicanalítico que pudessem responder a esta tarefa. Com isso, prenuncia com otimismo a possibilidade de que os analistas ocupassem seus lugares nas instituições e ampliassem a utilidade social da psicanálise.

Este mesmo Congresso põe em pauta a aplicação da psicanálise às neuroses de guerra<sup>18</sup>. Freud (1919b/1996) constata o interesse despertado pela prática da psicanálise em médicos do exército e “representantes oficiais dos mais altos escalões de potências centro-européias” (p. 223). Ele demonstra seu entusiasmo com a promessa surgida de se criarem Centros Psicanalíticos de tratamento e estudos sobre as neuroses de guerra.

Entretanto, com o fim da Primeira Guerra Mundial e a queda de algumas potências europeias, as organizações estatais tomaram frente de outras preocupações. O que restou foi o interesse despertado pela psicanálise em médicos que se depararam com as dificuldades no tratamento das neuroses de guerra.

Todavia, frente à necessidade de introduzir a técnica da psicanálise em novos campos, Freud (1919a/1996) conclui que “as várias formas de doenças tratadas por nós não podem ser manipuladas mediante a mesma técnica” (p. 179). Com isso, ele observa:

Defrontar-nos-emos, então, com a tarefa de adaptar a nossa técnica às novas condições.... precisaremos buscar as formas mais simples e mais facilmente inteligíveis de expressar as nossas doutrinas teóricas.... Muitas vezes, talvez, só poderemos conseguir alguma coisa combinando a assistência mental com certo apoio material... É muito provável, também, que a aplicação em larga escala da nossa terapia nos force a fundir o ouro puro da análise livre com o cobre da sugestão direta (p. 181)

Freud se propõe a adaptar a técnica da psicanálise às condições em que ela se inserisse. Contudo, alguns anos mais tarde, em “Prefácio a Juventude desorientada, de Aichhorn”,

---

<sup>18</sup> Tratam-se dos artigos lidos por Sándor Ferenczi, Karl Abraham e Ernst Simmel em um simpósio do Congresso de Budapeste denominado “A psicanálise das neuroses de guerra”, conforme Nota do editor inglês em FREUD, S. (1996). Introdução a *A psicanálise e as neuroses de guerra* (1919b). In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 17, p. 221). Rio de Janeiro: Imago.

questiona a difusão de sua doutrina, defendendo a distinção entre a educação e a psicanálise e argumentando que a última poderia ser um instrumento auxiliar à primeira, mas não poderia substituí-la em sua prática (1925b/1996, p. 308).

Com isso, Freud isola a psicanálise de outros campos, deixando claro que não pretendia sua assimilação na sociedade, mas o reconhecimento público de sua utilidade. O movimento de expansão implicava a esperança de Freud de que a psicanálise pudesse vencer as resistências da sociedade à sua terapêutica.

Porém, ele demonstra que se a psicanálise pretendia introduzir sua clínica em âmbito social precisaria fazê-lo resguardando sua diferença em relação a outras práticas. Na Conferência “Explicações, aplicações e orientações”, Freud (1933/1996, p. 150) não titubeia em fazer uma ressalva: se alguém se propõe a misturar a psicanálise a outros métodos, sem tomá-la por inteiro, não se pode dizer que ali haja um analista.

Contudo, diante do dever que a sociedade impõe à psicanálise de que essa consiga corrigir seus cidadãos, Freud (1926/1996) se questiona: “Será demasiado fantástico esperar que a psicanálise, apesar de suas finalidades, possa estar destinada à tarefa de preparar a humanidade para tal corretivo?” (p. 239).

Imbuído do dever de expandir a prática da psicanálise, após ter triunfado na expansão de sua teoria, Freud se coloca entre a psicanálise e a sociedade. Ele, então, se propõe a recrutar um “Exército da Salvação” (p. 239), composto por variados profissionais que se dispusessem a receber uma formação psicanalítica para responder às tarefas que nossa civilização nos impõe. Freud indica que seu projeto de expansão não implicava em invadir outros campos, mas em angariar novos adeptos para o exercício da psicanálise, habilitar profissionais para sua prática em âmbito social.

Mas o que está implicado no sonho de Freud de fazer da psicanálise uma instituição ou de induzir novos adeptos à sua prática? Freud faz da psicanálise objeto de um ato de fé, um evangelho a ser difundido, ou em seus próprios termos, se propõe a realizar “um trabalho pastoral analítico” (p. 246). Todavia, essa vontade de penetrar onde a psicanálise havia sido rejeitada faz do analista “o guardião da sociedade” (Miller, 2002-2003, 05/03/03), o que não permite que este se garanta situado em campo analítico.

Conforme demonstra Freud (1933/1996, pp. 143-144), quando os analistas tentam expandir a psicanálise, como amadores, em campos que lhes são desconhecidos, terão dois resultados possíveis: ou lidar com a rejeição dos peritos ou prosseguir como colonizadores tentando angariar adeptos. Entre a psicanálise e a sociedade, Freud faz da primeira um instrumento de catequização de profissionais atuantes na segunda.

Todavia, após efetivar a expansão da teoria psicanalítica, consolidar sua Associação e, em seguida, projetar a expansão da prática psicanalítica nas instituições, Freud (1925c/1996) conclui, fazendo referência à psicanálise:

Devo acrescentar mais algumas palavras à história da psicanálise durante a última década. Não pode haver mais dúvida alguma de que ela continuará; comprovou sua capacidade de sobreviver e de desenvolver-se tanto como um ramo do conhecimento quanto como um método terapêutico.... De um núcleo de interesses comuns a todos os membros da Associação, seus trabalhos se irradiaram em muitas direções diferentes. (p. 77)

Indicando uma sensação de dever cumprido, Freud parece concluir aqui o que o motivou a iniciar o movimento psicanalítico: garantir a sobrevivência de sua descoberta, como teoria e como prática, expandindo-a em busca do reconhecimento público e de um lugar na comunidade científica.

Contudo, este percurso se fez à custa da obturação de um questionamento que lhe é inevitavelmente central: o que é um analista? Como garantir que a prática em questão possa ser denominada de psicanálise? Com a criação da instituição psicanalítica, Freud acreditou responder a esse problema interpondo-o a preservação da tradição da doutrina psicanalítica.

### 1.3. AS REGRAS TÉCNICAS

Em “Sobre a psicoterapia”, Freud (1905/1996, p. 248) se espanta com o fato de que alguns médicos que mal sabiam o que era a psicanálise se serviam deste termo para nomear indiscriminadamente uma forma qualquer de operar um tratamento psíquico em um paciente, sem nenhum conhecimento prévio da técnica psicanalítica. Isso é o que Freud (1910b/1996) designou, seis anos mais tarde, como “psicanálise silvestre”.

Todavia, na ausência de algum predicado que definisse o analista, ele pretende algo “para substituir o indefinível ‘tato médico’” (p. 238). Para tentar sanar certa mistificação da pessoa do analista, ele tenta estabelecer algumas regras técnicas para o exercício de sua função, com o objetivo de advertir o analista para poupá-lo esforços desnecessários.

Com isso, Freud percorre todo o trajeto de sua obra imputando uma lista de atributos ao analista, dentre eles: “caráter íntegro”, “moral” e superação de sua “concupiscência e puritanismo” (1905/1996, p. 253); “tato e consideração” (1910b/1996, p. 234); “imparcialidade” (1926/1996, p. 201), “autodisciplina”, “conhecimento”, “agudeza em ouvir”, ausência de “preconceitos” (1926/1996, p. 212), “habilidade, paciência, calma e abnegação

própria” (1926/1996, p. 219); “um grau considerável de normalidade e correção mental” e “algum tipo de superioridade” (1937/1996, p. 265).

Porém, se as regras técnicas constituíram instrumento fundamental para consolidar princípios da prática da psicanálise, quanto à definição do papel do analista elas não alcançaram tal estatuto. As qualidades que Freud atribuiu ao analista serviram apenas como indicações para refrearem o ímpeto de uma pessoa inabilitada para exercer a psicanálise, mas não conquistaram uma dignidade conceitual.

Se Freud (1910a/1996), em 1910, esperava que suas regras técnicas levassem a prática a um “grau de precisão e certeza de sucesso que se não de encontrar em todo campo especializado da medicina” (p. 151), logo em 1912, em seu texto “Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise”, quando se propõe a definir regras técnicas para a ação do analista, inicia dizendo:

esta técnica é a única apropriada à minha individualidade; não me arrisco a negar que um médico constituído de modo inteiramente diferente possa ver-se levado a adotar atitude diferente em relação a seus pacientes e à tarefa que se lhe apresenta. (1912/1996, p. 125)

Freud se mostra desapegado de qualquer pretensão de que a condução do tratamento psicanalítico fosse reduzida a padrões de conduta. Ele designa as regras técnicas para o exercício da função do analista como recomendações, já que as considera apreciações pessoais que o analista faz a partir da ideia que tem da finalidade de determinado tratamento, e das quais só se serviria quando julgasse necessário, sem nenhuma imposição prévia. Nenhuma regra técnica teria validade fora de uma aceitação por princípio de seu fundamento.

No mesmo texto, Freud sugere uma técnica que denomina “atenção uniformemente suspensa” (p. 125), que consiste em sempre escutar como se estivesse atendendo o caso pela primeira vez. Ele apresenta aí o que ele pretende que seja a via da formação do analista, ou, nos termos de Lacan (1955/1998), as “vias de uma douta ignorância<sup>19</sup>” (p. 364).

A douta ignorância implica que o analista opere com o forjamento de um não-saber metódico, ou seja, que se permita esquecer o que aprendeu até então para que não se imponha operar de um lugar já determinado. Por isso Lacan aponta o “que o psicanalista deve saber: ignorar o que ele sabe” (p. 351). Propor que ignore o que sabe é dizer a ele que seu estatuto não se define pela experiência que acumula.

Contudo, ao fazer das regras técnicas para a ação do analista apenas recomendações, Freud (1926/1996) deixa claro que o analista permanece como algo indefinido em seu percurso. Por mais que ele estabeleça alguns atributos que qualificam um psicanalista, afirma

---

<sup>19</sup> Lacan extrai este termo da obra *De docta ignorantia*, de 1440, do filósofo alemão Nicolau de Cusa.



que há algo que resta fora desta lógica predicativa, o que ele classifica como “alguma coisa comparável à ‘equação pessoal’ nas observações astronômicas” (p. 212).

Isso é o que coloca obstáculo à vontade de expansão de Freud, e o que o faz, ao final de sua obra<sup>20</sup>, definir a psicanálise, junto à educação e ao governo, como uma profissão impossível, que estaria fadada a “chegar a resultados insatisfatórios” (1937/1996, p. 265). Entretanto, considerar a profissão do analista como impossível implica que ele tenha que dar provas disso conforme a lógica do tratamento analítico.

#### 1.4. A PROFISSÃO DE PSICANALISTA

Quando Freud (1926/1996) põe em discussão a formação do psicanalista, apesar de privilegiar o conteúdo prático desta formação, problematiza que, se a psicanálise se definisse por sua terapêutica, não deixaria de ser mais do que “um ramo especializado da medicina” (p. 244).

Para se desvencilhar do atrelamento ao campo médico, ele opera um deslocamento: ao invés de “distinguir entre análise médica e aplicada” (p. 247), ele introduz uma distinção lógica “entre a análise científica e suas aplicações igualmente nos setores médico e não-médico” (p. 247). Dessa forma, a medicina seria um campo de aplicação da terapêutica da psicanálise e não o campo onde a psicanálise buscaria seu fundamento.

Contudo, abordar a psicanálise por sua terapêutica não permitiu a Freud responder a pergunta sobre o que qualifica o analista para a sua prática. Por isso, em “A questão da análise leiga”, ele coloca no centro do debate a questão da formação do psicanalista, distinguindo-a do que concerne ao tratamento psicanalítico.

Freud faz uma defesa dos psicanalistas não-médicos, sustentando que o analista não define seu estatuto por meio de um diploma, mas por uma formação especial voltada para a prática psicanalítica. Projeta um esquema de formação, o qual sugere que deva “abranger elementos das ciências mentais, da psicologia, da história e dos estudos da evolução” (p. 242).

Entretanto, de forma pragmática, ressalva que este currículo somente deveria prever um conteúdo que tivesse utilidade para a prática, e descarta qualquer assunto que só sirva para a formação intelectual. Por isso, recupera uma fala de Mefistófeles: “‘É em vão que se vagueia

---

<sup>20</sup> FREUD, S. (1996). Análise terminável e interminável (1937). In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 23, pp. 223-270). Rio de Janeiro: Imago.

de ciência em ciência: cada um aprende somente aquilo que pode aprender.’ – Goethe, Fausto, parte I, cena 4” (Freud, 1925c/1996, p. 17).

Mas, se a instrução teórica fracassa na tarefa de habilitar ao desempenho da prática da psicanálise, como alguém poderia se tornar um analista? Freud (1912/1996) já havia elaborado uma resposta para essa questão nos primeiros anos de sua descoberta: “Pela análise dos próprios sonhos”<sup>21</sup> (p. 130).

Freud condiciona a prática da psicanálise a uma experiência prévia de análise. Ele aposta que isso tornaria alguém apto a exercer a profissão. Diz que não só o ego do paciente interfere no tratamento, mas também a “individualidade do analista” (1937/1996, p. 264). E conclui que ninguém avança no tratamento de pacientes além do que avançou em sua própria análise.

Freud sustenta que se um leigo se submeteu à análise ele estaria autorizado a utilizar a psicanálise em sua atuação em outros campos. Considera que passar pela experiência do inconsciente pode habilitar alguém ao exercício desta técnica. Ele diz: “Esta técnica não pode no entanto [*sic*] ser adquirida nos livros... ela tem de ser apreendida com aqueles que já são experimentados nela” (1910b/1996, p. 238).

Isso é o que Freud denominará psicanálise didática, o fato de que se procure um analista com o intuito de se tornar analista também. O analista didata é aquele “com quem se imagina estar quase seguro de chegar a seus fins e poder fazer carreira”<sup>22</sup> (Miller, 1999, p. 75). O didata é condecorado como um maestro do uso da psicanálise na rotina de sua prática.

Com isso, Freud (1933/1996) institui uma distinção na demanda de análise. Ou seja, ou recebemos um “paciente que vem para tratamento” (p. 153), ou um “candidato que vem para formação” (p. 153). Como Freud havia instituído que só havia psicanalistas de fato em sua Associação, a constatação é lógica: para formar-se como analista, seria preciso fazer análise com algum didata da IPA.

Em idade avançada, Freud (1937/1996, p. 240) chega a afirmar que passou a se dedicar quase exclusivamente a análises didáticas, permanecendo com alguns poucos pacientes. Com isso, a função de ensino da análise ganha ênfase para Freud, em detrimento de sua importância como tratamento. Não estava em foco o tratamento dos sintomas, mas a preocupação em preparar o analista para o exercício da profissão.

<sup>21</sup> Freud reitera em vários momentos de sua obra o condicionamento da formação do analista à experiência de análise a que este se submete. Em “As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica” (1910a/1996, pp. 150-151), ele já introduz essa articulação, mas ainda tendo como referência a auto-análise. Após abandonar essa ideia, ele persiste no condicionamento da formação à experiência de análise, por exemplo, nos textos “Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise” (1912/1996, p. 130), “Prefácio a *Juventude desorientada*, de Aichhorn” (1925b/1996, pp. 307-308), “A questão da análise leiga” (1926/1996, p. 235) e também “Análise terminável e interminável” (1937/1996, p. 265).

<sup>22</sup> “con quien se imagina estar casi seguro de llegar a sus fines y poder hacer carrera”.

Miller (2000) recupera, em um relato do livro de um ex-analisante de Freud<sup>23</sup>, um momento em que, segundo o paciente, o próprio Freud responde a ele o que pensa de si mesmo como analista:

francamente, não tenho grande interesse nos problemas terapêuticos [*é um Freud já avançado na idade, em 1927*]. Na atualidade, sou muito impaciente. Tenho muitas coisas que me desqualificam como grande analista [*é verdadeiramente genial!*]. Uma delas é que sou muito o “pai”. Segundo, estou muito ocupado todo o tempo com problemas teóricos, de modo que quando tenho a oportunidade trabalho com eles, ao invés de dar atenção aos problemas terapêuticos<sup>24</sup> (p. 114)

O desinteresse no tratamento psicanalítico conduz Freud a sobrepor sua posição de pai da psicanálise à sua posição de analista. É nessa via que ele parece priorizar a psicanálise didática em detrimento da terapêutica, na medida em que controlar a habilitação dos psicanalistas seria um meio para tentar garantir o monopólio da psicanálise no grupo analítico, visando sua sobrevivência e sua expansão na sociedade. O desejo de Freud se mostra eminentemente atrelado ao seu lugar de pai da psicanálise.

A didática conforma o estatuto do analista a um saber estabelecido de antemão. Ela vela a questão sobre o que é um analista, tornando-se um mecanismo de autorização ou proibição do exercício da profissão psicanalítica, o que garantiria o princípio totalitário sobre o qual a IPA fundou suas bases.

Ser o pai da psicanálise implica em privilegiar a preservação e expansão de seu legado em detrimento de cultivar o debate sobre o estatuto do analista. O desejo de Freud de operar a partir do lugar de pai da psicanálise é o que Lacan (1964/1997) chamou de “pecado original da análise” (p. 19), ou seja, “o fato de que algo, em Freud, não foi jamais analisado” (p. 19).

Dessa forma, a posição de pai da psicanálise e a função de analista se colocam em clara oposição e a didática dá mostras de extrair sua finalidade deste desejo não analisado sob o qual Freud fundou o movimento psicanalítico.

Contudo, um problema se coloca no caminho da didática: se para formar-se como analista o candidato deve se submeter a uma análise didática, o que determina, então, o fim dessa formação? Este impasse se explicita no texto “Análise terminável e interminável”, no qual Freud (1937/1996) esclarece que não se pode exigir que o analista esteja “invariavelmente à altura do padrão de normalidade psíquica para o qual desejam educar seus pacientes” (p. 264).

<sup>23</sup> Trata-se do livro *Mi análisis con Freud*, de Abram Kardiner. Miller (200, p. 114) salienta que Kardiner não era psicanalista e, portanto, os conflitos internos do meio psicanalítico provavelmente não afetaram seu relato.

<sup>24</sup> ...francamente no tengo gran interés em problemas terapêuticos [es um Freud ya entrado em años, en 1927]. En la actualidad soy muy impaciente. Tengo muchas cosas que me descalifican como gran analista [¡es verdaderamente genial!]. Una de ellas es que soy mucho el “padre”. Segundo, estoy muy ocupado todo el tiempo con problemas teóricos, de modo que cuando tengo la oportunidad trabajo con ellos, en lugar de poner atención a los problemas terapêuticos.

Ele afirma que o que qualifica o analisado para tornar-se analista é que o que ele iniciou em sua análise não cesse com seu fim (p. 265), ou seja, que ele continue a interpretar seu inconsciente depois da análise. Com isso, a posição de analisante não termina com o fim de uma análise.

Freud chega, então, a sugerir que “todo analista deveria periodicamente – com intervalos de aproximadamente cinco anos – submeter-se mais uma vez à análise” (p. 266), o que permite que ele conclua “que não seria apenas a análise terapêutica dos pacientes, mas sua própria análise que se transformaria de tarefa terminável em interminável” (p. 266).

Desse modo, ao final de sua obra, Freud formula respostas insuficientes para o problema do final de análise, o que faz permanecer um mistério em torno da questão sobre o que é um analista. Lacan (1983) aponta que essa “é a falha de Freud, a de haver deixado os analistas sem recursos, e portanto [*sic*] sem outra necessidade que a de sindicalizar-se” (p. 108).

O estatuto do analista permaneceu como um segredo guardado entre seus discípulos, um monopólio a ser manipulado dentro do grupo analítico. Afinal, “como a sociedade analítica sabe desde o princípio o que é um analista, não têm que averiguá-lo”<sup>25</sup> (Miller, 2000, p. 254).

Neste cenário, a querela do final de análise permanece em aberto. Apesar disso, Lacan (1961/1998) acredita que Freud ainda tinha algo a dizer sobre o assunto: “Freud começando a escrever nos ia dando, na última aurora de uma obra com as dimensões do ser, a solução da análise “infinita”, quando sua morte ali veio apor a palavra Nada” (pp. 648-649). Talvez esse seja o verdadeiro legado de Freud: que alguém ultrapassasse essa questão.

---

<sup>25</sup> “como la sociedad analítica sabe desde el principio lo que es un analista, no tiene que averiguarlo”.

## 2. Lacan, a formação do psicanalista e a terapêutica

### 2.1. A IGREJA PSICANALÍTICA

#### 2.1.1. A ortodoxia

Após a morte de Freud, a psicanálise passou por uma degradação impulsionada por seus discípulos. O impacto de tais desvios sobre o campo aberto por Freud só são vislumbrados quando se lança a atenção sobre os rumos que a Associação Internacional deu ao movimento psicanalítico. Afinal, “sem os meios dos quais a instituição dispõe, não poderíamos saber até onde isso vai” (Lacan, 1966/2007, p. 11).

As regras técnicas foram promovidas a um formalismo cerimonial que tornou a prática da psicanálise uma fonte de desconhecimento permanente. Conforme Lacan (1956a/1998) aponta “o desconhecimento da origem dos termos gera o problema de atribuí-los” (p. 245). Uma prática reduzida à opacidade do ritualismo técnico gera para o analista a impossibilidade de atribuir qualquer concepção teórica à sua ação.

Os psicanalistas desconsideraram toda a história e a teorização precedente da psicanálise para defini-la a partir de critérios que desconhecem os motivos de sua ação. Lacan (1955/1998) qualifica esse movimento de “mistificação”, na medida em que torna “oculto para o sujeito a origem dos efeitos de sua própria ação” (p. 329). A fixidez do formalismo que rege a prática da psicanálise se mantém ao preço do analista tentar “encarnar um objeto absolutamente invariável” (Miller, 2003, p. 17).

O que foi definido pela IPA como psicanálise didática se submete a regras que dão mostras de um puritanismo extremo. Para se tornar analista, o candidato só poderia escolher um didata que constasse na lista de analistas de uma dada sociedade psicanalítica. Seu analista estabeleceria seu programa de formação, definindo as horas de análise a que o candidato teria de se submeter, os cursos que deveria frequentar, o momento oportuno que poderia praticar a psicanálise, condicionado à rotina determinada em sua supervisão.

Desse modo, para garantir seu status de analista, se propõe que o candidato só possa praticar a psicanálise ou se atribuir o título de analista sob autorização de seu próprio analista

e da sociedade de psicanálise à qual este pertence. O candidato fica, assim, sob tutela da sociedade psicanalítica e o formalismo do ritual serve ao estabelecimento de uma relação de força. Assim se define a ortodoxia da IPA.

Miller (2003) observa que “não é a fixidez da doutrina que define uma ortodoxia mas [*sic*] sim o argumento de autoridade” (p. 30). A ortodoxia não se sustenta pela doutrina, mas pela hierarquia com a qual ela garante a ignorância sobre o que habilita um analista, “o que é claramente ainda uma perspectiva eclesiástica” (Lacan, 1966/2007, p. 12). Ou seja, os analistas passam a se portar como cristãos que se agrupam em uma instituição que funciona como uma Igreja e se formam em uma doutrina da qual desconhecem o que a fundamenta.

Neste esquema de funcionamento eclesiástico da didática, a consequência é que o analista se torna o resultado de outro analista, ou seja, a formação do candidato se conclui quando este se identifica ao didata que o forma. Nesta proposta de filiação psicanalítica, a formação se reduz a uma produção de cópias do modelo original.

Assim, o aprendizado da psicanálise que se inicia na análise do candidato, se prolonga, quando ele é autorizado a praticar, sob supervisão. A duração *standartizada* da experiência se torna um elemento essencial. Valoriza-se o acúmulo de uma experiência contínua, primeiro como analisante, depois, identificado ao seu analista, no exercício da prática.

Depois de ter adquirido alguns anos de experiência e de ter se colocado na prática conforme o previsto, seus superiores o promovem na hierarquia da sociedade psicanalítica. Assim se conclui o esquema de uma ascensão que Lacan (1968a/2003) qualificou como “cooptação de doutos” (p. 250).

O estabelecimento profissional do analista se dá por um recrutamento pelo qual ele conquista seu estatuto pelo esquecimento do que o funda. Seguindo os trilhos do desejo de Freud calcado no culto à tradição, os didatas assumem o monopólio da psicanálise. A partir do consentimento dos colegas, recrutam os novos analistas utilizando critérios que não se referem à ação do analista, mas a padrões de conduta.

O funcionamento hierárquico que define o recrutamento dos analistas estabelece uma dinâmica de concorrência pelo título a ser outorgado. Os candidatos, guiados pelos seus interesses em serem cooptados na hierarquia, passam a dar mostras de suas capacidades. Na falta de fundamento para sua ação, os analistas elevam uma idolatria à sua escuta, sua clínica ou sua supervisão, pelas quais acreditam poder definir seu estatuto. É a isso que Lacan (1970a/2003) ergue sua crítica, afirmando:

toda resposta de classe implica a igualdade suposta, a equivalência mútua – toda resposta polida, bem entendido. Assim, é inútil que alguém, por se acreditar figura de ponta, nos ensurdeça

com os direitos adquiridos de sua “escuta”, com as virtudes de sua “supervisão” e com seu gosto pela clínica, ou que assuma o ar entendido daquele que detém algo mais do que qualquer um de sua classe. (pp. 265-266)

Dar mostras de sua capacidade para se afirmar perante o grupo analítico implica que o analista se defina não a partir de sua ação, mas conforme, nas relações de classe, tenha respondido de forma a superar o nível hierárquico no qual estava estabelecido, superar seus supostos iguais. Isso é o que define “a estrutura ali articulada dos patamares de entronização” (Lacan, 1968b/2003, p. 348). Este funcionamento corrompe o debate sobre o que é um analista, o que leva Lacan (1970a/2003) a observar:

Por desejável que seja dispor de uma superfície (que bem se faria em abalar do interior), ela só tem alcance de intimidar, não de ordenar. O impróprio não é que alguém se atribua a superioridade, ou até o sublime da escuta, nem que o grupo se garanta com base em suas margens terapêuticas, mas que a ênfase e a prudência façam as vezes da organização. Como esperar fazer reconhecer um estatuto legal numa experiência pela qual nem se sabe responder? (p. 266)

Uma organização que define o que é um analista a partir do reconhecimento de seus pares permite que, no grupo analítico, a ênfase dos analistas satisfaça no lugar de uma prática pela qual eles não precisam responder. Identificados ao que lhes foi outorgado, os analistas se desincumbem de qualquer manifestação no grupo, na tentativa de preservar intacto o que foi conquistado. E quando chamados a se pronunciar, “se consideram livres de comportar-se muito mal no grupo”<sup>26</sup> (Miller, 2000, p. 152).

A sociedade psicanalítica, com o funcionamento hierárquico, faz com que, ao alcançar o reconhecimento dos superiores e se juntar aos titulados, o analista não precise se colocar a trabalho no meio institucional, mas apenas sustentar “a posição de estátua que constitui a regra quando se responde a qualquer apelo à opinião num convento analítico” (Lacan, 1970a/2003, p. 272).

A dinâmica institucional da IPA dá mostras de seguir um caminho que se opõe à estrutura da experiência freudiana, o que não significa estar em contraposição ao que se transmitiu pelo desejo de Freud. Na medida em que refutamos a questão sobre o analista, nos deparamos com uma disjunção entre a psicanálise e seu funcionamento institucional.

---

<sup>26</sup> “se consideran libres de comportarse muy mal en el grupo”.

### 2.1.2. A extraterritorialidade

A configuração da instituição psicanalítica nos moldes de uma Igreja traz consequências para a presença do analista na sociedade. Se a escolha de Freud implicava em priorizar a expansão de sua descoberta, após sua morte, os psicanalistas passaram a se restringir nas disputas pela propriedade da psicanálise no interior de seu campo, mesmo que para isso tivessem que rebaixar a teoria e a prática freudiana, das quais muitas vezes se negavam em conhecer o fundamento.

O paradoxo do desejo de Freud se revela na postura assumida por seus discípulos: o que Freud visava com a vontade de expansão é justamente o contrário do que se produziu. Quando se trata da presença dos psicanalistas na sociedade, os ipéistas se vangloriavam de não se interessarem pelos assuntos políticos.

Os analistas resistem a toda forma de instituição social sob o pretexto de que tal enquadre seria avesso à prática da psicanálise. Colocam-se como estrangeiros no espaço da sociedade, se recusando a ocupar-se dos assuntos públicos. Portam-se como se fossem “anjos caídos do céu por acaso” (Miller, 2002-2003, 05/02/03), como se nenhum tema social fosse conveniente ao analista. Abdicam a um lugar na sociedade por considerarem que deveriam se incumbir de ocupações mais nobres. A prática da psicanálise passa a se sustentar na “agorafobia do analista: é uma profissão na qual não é indispensável sair de sua casa”<sup>27</sup> (Miller, 2000, p. 42).

Caso apresentem-se, o fazem sob a figura de um intelectual militante de uma sociedade que não existe. A posição de resistência do analista o leva, dessa forma, a uma prática de denúncia das instituições sociais. Todavia, é certo que ao denunciar um discurso, o reforçamos “por normatizá-lo, ou seja, aperfeiçoá-lo” (Lacan, 1974/2003, p. 517). Sob o pretexto de não se deixar dobrar a nenhuma forma de idealismo, os analistas fazem da psicanálise a bandeira de um movimento de contraposição à sociedade.

O liberalismo institucional dos analistas mostra, assim, a lógica que o concerne. Rebelar-se contra o movimento do mundo implica em estabelecer-se em termos de contra-identificação, ou, como afirma Miller (2002-2003), “a própria rebelião só consegue se formular dizendo: ‘Somos todos outra coisa diferente daquilo que somos’” (19/03/03). Afirmar que, dentro de uma dada instituição, “somos todos psicanalistas” quer dizer que somos todos avessos às instituições sociais que replicamos em nosso meio.

---

<sup>27</sup> “agorafobia del analista: es en efecto una profesión en la que no es indispensable salir de su casa”.



A resistência dos analistas ao modelo social surge como a mola propulsora do formalismo ortodoxo que se fortaleceu dentro das sociedades psicanalíticas, após a morte de Freud. Ao se constituir como um movimento de contra-sociedade, as instituições psicanalíticas recorreram ao mesmo funcionamento. Ao ignorar a dinâmica do mundo, os analistas reproduziram seu fundamento no seio de sua Associação.

A ascensão deste formalismo das regras instituídas faz incidir sobre o estatuto do analista um desconhecimento. Neste cenário, para proteger sua rotina institucional contra o mal-estar da civilização, os analistas recorrem ao que Lacan qualificou como extraterritorialidade. Frente à necessidade de responder por sua ação perante outros campos, os analistas produzem seu próprio isolamento, refugiando-se em seu contexto institucional.

O campo psicanalítico toma ares de conspiração, na medida em que a pergunta sobre o que é um analista se constitui como um segredo que precisa ser guardado no “entre nós” dos didatas. Contudo, como já constatamos, Freud havia operado o recalçamento da psicanálise entre os analistas. Por desconhecerem o que a fundamenta, precisam fazer dela um segredo. Assim, se do lado de fora da sociedade analítica supõe-se que entre eles os analistas partilham essa verdade, quando se olha do lado de dentro, constata-se que, entre eles, também estão perdidos quanto ao que definiria o lugar a ocuparem. Lacan (1955/1998) conclui:

No silêncio que é privilégio das verdades indiscutíveis, os psicanalistas encontram o refúgio que os torna impermeáveis a quaisquer outros critérios, salvo os de uma dinâmica, uma tópica e uma economia que eles são incapazes de fazer valer do lado de fora. (p. 327)

E se do lado de fora não conseguem dar provas de seu estatuto, do lado de dentro os analistas “são somas de solidão”<sup>28</sup> (Miller, 2000, p. 189). Frente a isso, a hierarquia ortodoxa oferece como solução que eles se identifiquem uns aos outros, que se refugiem em um exercício do poder.

Quando as bases de sua verdade se corroem por dentro, os analistas passam a defender o efeito de segregação intelectual de sua extraterritorialidade como algo precioso. Aí está o paradoxo do desejo de Freud: no momento em que ele recalçou a verdade de sua experiência, preocupado com a expansão de seu movimento, acabou por gerar a atrofia deste último como consequência da incomunicabilidade da primeira.

Os analistas, entretanto, alegam estar refugiados em seu campo pela intolerância do mundo à sua doutrina. Ou seja, na medida em que acreditam ter como tarefa ir contra o que movimenta a sociedade, encontram-se reprovados “em seu gueto”<sup>29</sup> (Miller, 2000, p. 36).

---

<sup>28</sup> “son sumas de soledad”.

<sup>29</sup> “en su gueto”.

Neste sentido, o grupo analítico se torna o “espaço reservado à inadaptação social dos analisados”<sup>30</sup> (Miller, 2000, p. 35).

Essa posição nos lança à seguinte premissa: a psicanálise ou a sociedade. Onde a sociedade se impõe, não pode haver nenhuma prática que seja qualificada de psicanálise. Contudo, é inevitável constatar que nada prevalece sobre a sociedade, do que se depreende que, entre a psicanálise e a sociedade, o triunfo da sociedade é certo. Contrapor a psicanálise à sociedade só leva a instalá-la em uma “posição de fortaleza sitiada” (Miller, 2001, p. 13), o que “indica que ela já está em vias de ser tomada do interior” (Miller, 2001, p. 13).

Todavia, desta crítica empreendida por Lacan sobre a extraterritorialidade psicanalítica, Miller (2002-2003) depreende a seguinte questão: “em qual medida e qual sentido é preciso dar à subtração da psicanálise na sociedade? Qual sentido dar à posição de extimidade do analista?” (05/03/03).

A postura de resistência assumida pelos analistas dá mostras de sua insuficiência para formalizar o lugar do analista na sociedade. Afinal, quando o analista assume a função de denunciar a miséria do mundo, não o faz sem “entrar no discurso que a condiciona, nem que seja a título de protesto” (Lacan, 1974/2003, p. 516). Quando acreditam protestar, Lacan aponta que o que fazem, na verdade, é colaborar.

Dessa forma, Lacan (1955/1998) propõe que tratemos a extraterritorialidade “a maneira de um tumor, pela exteriorização” (p. 331). Para formalizar o estatuto do analista na comunidade analítica, Lacan começa por dar o passo de introduzir a experiência da psicanálise em uma investigação de seus fundamentos. É o que ele extrai de uma fala de um analista da IPA: “Não há campo em que alguém *se exponha* mais totalmente do que ao falar da análise” (1956c/1998, p. 485).

---

<sup>30</sup> “espacio reservado a la inadapacion social de los analizados”.

## 2.2. OS FUNDAMENTOS DA PSICANÁLISE

### 2.2.1. A sátira lacaniana

Na medida em que as sociedades psicanalíticas do modelo ipeísta se estruturaram por um esquema totalitário, qualquer discordância dentro do grupo tende a se tornar uma dissidência, a gerar uma cisão. É com isso que Lacan se deparou em 1953, quando foi pivô de um conflito na Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP). Após muitas concessões à política institucional da SPP, Lacan consente em acompanhar outros membros desta sociedade na decisão de efetuar uma cisão e criar a Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP).

Contudo, essa não foi uma decisão que Lacan tenha tomado, mas apenas um movimento inevitável que acompanhou. Mas, para ele, essa cisão não significava um abandono da IPA. Lacan não se propunha a transpor o desejo de Freud, mas antes acreditava que a instituição da qual passou a fazer parte poderia se afiliar ao movimento internacional.

Até 1963<sup>31</sup>, seu ensino foi marcado por essa instabilidade institucional que colocava em questão sua habilitação como didata. Porém, mesmo pleiteando o reconhecimento da IPA, Lacan não hesitou em imputar suas críticas ao funcionamento institucional vigente. Apesar deste período de seu ensino ser desprovido de textos políticos, é marcado por uma espécie de manifesto contra o modelo institucional da IPA: “Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956”<sup>32</sup>.

No início deste texto, Lacan (1956c/1998) anuncia suas pretensões analisando seu título:

o que nos ocorreu abordar com esses termos são a situação verdadeira e a formação válida. Aqui, é da situação real e da formação dada que gostaríamos de dar conta, e para um público maior. Que afluência unânime não se obteria ao colapsar psicanálise e formação para anunciar o estatuto da situação do psicanalista! (p. 461)

Esta crítica à tradição ipeísta representou o empenho de Lacan em desobstruir a via da formação que poderia levar a reabrir a questão sobre o que é um analista. Contudo, mesmo que ele visasse “a situação verdadeira e a formação válida”, não o consegue alcançar neste texto. Por isso, se ateu em uma investida que, mais tarde, qualificou como uma sátira do que aqui chamou “da situação real e da formação dada”.

<sup>31</sup> Ano da excomunhão de Lacan do quadro de didatas da IPA. Cf. pp. 58-63 da presente pesquisa.

<sup>32</sup> Doravante notado como “Situação da psicanálise...”.

Para estruturar essa sátira, propõe-se a definir o estatuto do analista recuperando, em sua formação, o verdadeiro sentido da prática psicanalítica. Seu interesse não estava em denunciar os artifícios do ritual técnico, mas explicitar o desconhecimento sobre o qual este se fundava. Neste sentido, Miller (2001) acrescenta: “não há nenhuma disposição regulamentar, institucional, que possa resistir lá onde a orientação faz falta... O que nós precisamos é de uma orientação de estrutura para traçar nosso caminho” (p. 13).

Com isso, Lacan (1956a/1998) funda seu ensino assentado sobre um “propósito primordial, senão único, o franqueamento das teses pela elucidação dos princípios” (p. 240). Restabelecer uma orientação de estrutura implica em elucidar os princípios da prática psicanalítica para reconduzi-la a seus objetivos legítimos.

Entretanto, esse esforço de reforma do entendimento por meio da crítica das sociedades psicanalíticas deixava claro que a intenção de Lacan de retornar à instituição de Freud permanecia viva. Lacan se alicerçava na pretensão de recolocar a noção dos princípios na instituição à qual se opunha.

Porém, é seguindo este caminho que ele assevera: “não há outra resistência à análise senão a do próprio analista” (1961/1998, p. 601). Ele recupera o apontamento de Freud de que a resistência dos analistas seria o principal obstáculo a se transpor para avançar no campo psicanalítico.

Contudo, mesmo que tenha considerado sua crítica institucional um marco político de seu ensino, Lacan hesitou em publicá-la, adiando a explicitação de sua posição quanto ao funcionamento da IPA<sup>33</sup>. Sua reserva acaba mostrando o entendimento que subentende, o qual Lacan (1970a/2003), mais tarde, interpreta: “eu sabia que uma sátira não muda nada” (p. 284). Quando polemiza a ritualização da prática psicanalítica, não se satisfaz em fazer de seus apontamentos um mérito, por não acreditar que pudesse “fazer de seu alívio a lei de seu discurso”<sup>34</sup> (Miller, 2000, p. 55).

Lacan repudia a ideia de traçar os princípios de uma política da psicanálise a partir do rechaço ao modelo ipeísta. Para ele, não bastaria reivindicar um liberalismo institucional da psicanálise. Por isso, neste momento em questão, seu projeto permanece inacabado, aguardando uma formalização do estatuto do analista que se desvencilhasse do caráter cerimonial ao qual havia sido reduzido.

---

<sup>33</sup> Lacan reitera essa confissão em, pelo menos, dois momentos de seu ensino. Nos seus *Outros Escritos*, Lacan faz menção a este fato primeiramente na “Primeira versão da ‘Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola’” (1967, p. 572), e depois em “A psicanálise. Razão de um fracasso” (1968, p. 348).

<sup>34</sup> “hacer de su alivio la ley de su discurso”.

### 2.2.2. O retorno a Freud

Se a cisão de Lacan com a Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP) não correspondeu a um ato de ruptura com a Associação Internacional, essa ruptura se deu, naquele momento, em outro lugar. Ao não abandonar o modelo institucional freudiano, Lacan dá mostras de estar enredado no desejo de Freud.

Contudo, logo após a cisão com a SPP, faz do pronunciamento de seu texto “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”, no Congresso de Roma, o ato inaugural de um ensino que se propunha a combater os desvios aos quais a psicanálise havia sido submetida dentro do grupo analítico.

Para iniciar tal caminho, Lacan (1957/1998) parte de uma constatação perturbadora: o desconhecimento ao qual Freud havia submetido os fundamentos da psicanálise fez com que este conseguisse “o que queria: uma conservação puramente formal de sua mensagem” (p. 459). Foi sob o fundo desse desconhecimento que a ortodoxia se ergueu, sustentada no argumento de que somente aqueles que estivessem habilitados pela tradição institucional teriam legitimidade para interpretar a letra da doutrina freudiana. Lacan ratifica, dizendo:

Não há, com efeito, uma só balela proferida na mixórdia insípida que é a literatura analítica que não tome o cuidado de se apoiar numa referência ao texto de Freud, de tal sorte que, em muitos casos, se o autor não fosse também um afiliado da instituição, não se encontraria outra marca da qualificação analítica de seu trabalho. (p. 459)

Os analistas se sustentam na persistência inquietante da escritura freudiana para buscarem a garantia de sua habilitação como analista não na sua relação com a psicanálise, mas em um compromisso formal com a obra de Freud. A organização psicanalítica mostra, assim, que ergue suas bases no culto ao pai morto da psicanálise, ao invés de privilegiar ali o vivo da experiência analítica.

Porém, foi preciso a morte de Freud para sua profecia se cumprir: que alguém se propusesse a operar um retorno da verdade recalçada de sua descoberta e permitisse que o rigor estrutural de sua obra fosse enfim reconhecido<sup>35</sup>. Para assumir tal desafio, Lacan voltou ao desejo de Freud para lhe conferir autenticidade, constatando em que medida o que se consolidava naquela data no meio analítico se depreendia deste desejo.

Mas Lacan estaria condenado a refundar o campo psicanalítico? Não foi a isso que ele se propôs. Ele funda seu ensino para reafirmar que não há psicanálise que se mantenha fora da

---

<sup>35</sup> Cf. p. 26 da presente pesquisa.

referência à enunciação freudiana. Para restituir à psicanálise a verdade de sua experiência, Lacan (1956b/1998) enuncia seu ensino como “o projeto de um retorno a Freud” (p. 404). E acrescenta: “O sentido de um retorno a Freud é o retorno ao sentido de Freud” (p. 406). Lacan se propõe a esclarecer a prática da psicanálise reordenando o uso dos conceitos freudianos.

Ele inaugura o retorno a Freud como uma reviravolta no movimento psicanalítico. Com isso, pretende, assim como Freud, “demonstrar o que a psicanálise não é” (p. 404), sustentando as bases de seu projeto em uma antítese. Ou seja, em resposta ao império ortodoxo da IPA, Lacan tenta constituir seu ensino como uma exceção em relação à qual o que está fora dela seria desviante.

Ele adota o retorno a Freud como uma reintrodução na via ortodoxa, assim como observa Miller (2003): “dadas às circunstâncias em que entrou na psicanálise, ele teve que adotar a própria linguagem da ortodoxia para combatê-la, teve que se expressar em termos de desvio e de heresia” (p. 28).

No entanto, o percurso do ensino de Lacan vai aos poucos demonstrando que essa fidelidade à escritura freudiana seguia acompanhada da “permanência do desejo de não se deixar capturar por Freud” (Miller, 1997, p. 403). É neste sentido que Lacan irá entender seu ensino como a retomada do projeto freudiano pelo avesso.

Ele não se propunha simplesmente a reproduzir o texto de Freud, mas operar sobre ele. Abordar a obra freudiana pelo avesso implica em retomá-la a partir de questões das quais Freud tentou se desvencilhar e com as quais se deparou ao final. O projeto de um retorno a Freud, em Lacan, quer dizer, entre outras coisas, colocar no centro a questão sobre o analista e sua relação com o desejo de Freud.

### 2.3. A FORMAÇÃO DO PSICANALISTA

Os conflitos que culminaram na cisão ocorrida em 1953 na Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP), desde o início, giraram em torno da questão da formação do analista. Lacan se opôs à condução dada ao Instituto criado para tal fim na SPP. Ele acusa os que haviam assumido a incumbência de definir os rumos deste Instituto de fazê-lo por meio de uma regulação autoritária da formação, o que contribuiu para a degradação do legado de Freud.

Entretanto, a redução da transmissão da psicanálise ao formalismo de sua doutrina, a expensas da experiência psicanalítica, parece seguir o desejo com que Freud delineou o

campo que fundou. Lacan (1956a/1998) enfatiza essa ideia, afirmando: “as formas iniciáticas e poderosamente organizadas em que Freud viu a garantia da transmissão de sua doutrina justificam-se na posição de uma disciplina que só pode sobreviver ao se manter no nível de uma experiência integral” (pp. 239-240).

Neste rumo, a formação empreendida pelo Instituto criado em 1953 implicava que a resposta sobre o que é um analista estava sob tutela de uma Associação, estabelecendo a formação do analista sem nenhuma relação, por um lado, com a experiência da análise e, por outro, com os campos vizinhos à psicanálise. Com isso, a instituição psicanalítica estabelece a formação do analista a partir da relação hierárquica entre professores e alunos.

Lacan indaga as formas estabelecidas da formação, dizendo: “não terão elas levado a um formalismo enganador, que desencoraja a iniciativa ao penalizar o risco, e que faz do reino da opinião dos doutos o princípio de uma prudência dócil onde a autenticidade da pesquisa se embota antes de se esgotar?” (p. 240). Com isso, ele justifica a cisão como uma decisão em favor da formação dos alunos, tarefa à qual se entregou durante todo o seu percurso.

Em seu Discurso de Roma<sup>36</sup>, ato inaugural de seu ensino, Lacan deixa claro que se dirigia, sobretudo, aos estudantes, “para renunciar, em relação a eles, às regras que se observam entre os áugures” (p. 239). Ao contrário de tentar coagir os alunos a um esquema de formação, ele empreende uma crítica do estilo cerimonial de um ensino que se alicerçava sob o pretexto de preservar a verdade da tradição psicanalítica.

Lacan constata como o programa teórico da psicanálise havia se reduzido a uma rotina estática em relação à dinâmica da prática, chamando atenção para o fato de que o projeto de ensino que Freud havia planejado para a psicanálise nunca havia sido efetivado pela Associação Internacional<sup>37</sup>.

Neste sentido, Lacan passa a projetar um debate conceitual para a formação do analista, tentando recolocar a situação da psicanálise em relação a outros campos. Ele faz deste programa uma arma contra a extraterritorialidade conquistada pela IPA depois de Freud.

A partir da referência à estrutura, extraída de seu envolvimento com o movimento estruturalista da época, Lacan inclui a psicanálise no debate do que se qualificou como ciências conjecturais. Com isso, ele tenta condicionar a experiência analítica à estrutura, acreditando, assim, poder “superar a disjunção entre prática e teoria” (Miller, 2003, p. 27). A

---

<sup>36</sup> Nome comumente utilizado para denominar o texto “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”.

<sup>37</sup> Nos seus *Escritos*, Lacan faz menção a este fato em, pelo menos, dois momentos. Primeiramente em “Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956” (1956, p. 492), e depois em “A psicanálise e seu ensino” (1957, p. 458).

consequência disso é que Lacan pressupõe poder operar sobre o estatuto do analista a partir da baliza estrutural.

Ele define sua doutrina da formação do analista como uma reforma que “há de ser uma obra institucional” (1956b/1998, p. 436). Seguindo o movimento conceitual de sua época, Lacan estabelece a formação a partir do que ele considera que o analista deve dominar no âmbito do saber, traçando sua iniciação em métodos como linguística, matemática, história, teoria dos símbolos, teoria dos jogos, teoria dos conjuntos, história da língua e das instituições, literatura, folclore, obras de arte, dentre outras<sup>38</sup>.

Essa preocupação pedagógica de Lacan se sustenta na pretensão de que, a partir deste programa de formação, “uma nova geração de clínicos e pesquisadores resgate o sentido da experiência freudiana e seu motor” (p. 436). Nesta proposta de formação, ele não faz alusão a “uma nova geração de analistas”, mas se preocupa com a reforma do entendimento sobre a psicanálise enquanto uma prática de clínicos e uma teoria para pesquisadores.

Todavia, Lacan não se preocupa tanto com as matérias deste esquema de ensino, mas sim com o efeito de abertura que este pode exercer sobre a extraterritorialidade psicanalítica que impera em seu meio institucional. Ele afirma:

Não se trata aí de definir as matérias de um programa, mas de indicar que, para situar a análise no lugar eminente que os responsáveis pelo ensino público têm a obrigação de reconhecer-lhe, é preciso abri-la à crítica de seus fundamentos, sem o que ela se degrada em efeitos de suborno coletivo. (1955/1998, p. 364)

Neste momento, uma necessidade imperiosa de penetrar no debate público prevalece sobre os fins de formação. Lacan facilita a posição dos psicanalistas no meio intelectual, reintroduzindo a psicanálise na confrontação com disciplinas afins. Ele a retira do isolamento doutrinário que a sustenta no lugar de uma verdade inefável, escondida dentro do grupo analítico, para colocá-la à prova no movimento da cultura da época. Ao alojar a psicanálise no seio deste debate, Lacan alça seu ensino ao âmbito público, o que culmina na publicação de seus *Escritos*, em 1966.

A receptividade à psicanálise no “grande cortejo da cultura” (Miller, 2009a, p. 154) parecia garantir um futuro promissor para ela na sociedade intelectual. Miller (2009a) aponta: “todo um parentesco, uma enorme linhagem em torno da psicanálise na qual ela se inscrevia e encontrava uma recomendação, seus títulos de nobreza” (p. 153). Lacan estimula a reflexão

---

<sup>38</sup> Na primeira década de seu ensino, Lacan faz referência à proposta de um programa de formação teórica para os analistas em vários momentos. Em seus *Escritos*, essa menção é feita, por exemplo, em “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise” (1956, p. 296), “Variantes do tratamento-padrão” (1955, pp. 363-364), “A coisa freudiana ou Sentido do retorno a Freud em psicanálise” (1956, pp. 436-437) e também em “Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956” (1956, p. 476).



conceitual ornamentando seu ensino em torno das conexões com disciplinas afins, o que Miller denomina ironicamente “*Psychoanalysis and co*”<sup>39</sup> (p. 150).

Entretanto, Lacan (1992/2003) refuta o que poderia qualificar-se de “posição culturalista” (p. 174). Se a psicanálise comunga com o domínio das ciências a ponto de utilizar alguns de seus conceitos, contudo, ao introduzir tais conceitos em sua prática, ela não busca seus fundamentos no terreno de onde os extrai. Justificar a prática da psicanálise a partir de métodos de ciências conexas seria desfazê-la em incertezas.

Além disso, mesmo quando os psicanalistas “precisam mostrar que o que fazem, o que dizem, já foi descoberto em algum lugar, que já foi dito, que vemos por aí” (Lacan, 1967b/2006, pp. 18-19), mesmo quando se servem deste artifício para impor a sua doutrina, isso só faz com que a psicanálise seja “considerada na ciência ao se colocar como um problema” (Lacan, 1955/1998, p. 360).

Ou seja, mesmo que a psicanálise se introduza no movimento conceitual de sua época, ela não consegue encontrar ali o que a define. O enunciado científico no qual a psicanálise busca argumentos não comporta a enunciação da experiência psicanalítica. Se a princípio, se introduzindo no debate estruturalista, Lacan parece fazer uma exaltação aos grandes nomes da ciência, resta fora desta classe uma referência: o psicanalista.

Ele responde a esse problema indicando que, ao contrário de se formar nas vias de um saber, a formação do analista se dá no não-saber, na douda ignorância<sup>40</sup>. Para assegurar uma formação que se fundamente na prática da psicanálise, é preciso dispensar qualquer ensinamento doutrinário prévio. Lacan (1955/1998) constata:

o remédio não é que os institutos sejam menos estruturados, mas que não se ensine neles um saber pré-digerido, mesmo que resuma os dados da experiência analítica. Mas, o que é preciso compreender antes de mais nada é que, seja qual for a dose de saber assim transmitida, ela não tem para o analista nenhum valor formativo.... é apenas um recurso enganador na ação do analista, pois considera apenas o que foi depositado, e não o que lhe serve de mola. (pp. 358-359)

Seguindo este percurso, ao fundar, em 1964, a Escola Freudiana de Paris<sup>41</sup>, Lacan irá incluir em uma das três seções que a compõem, a Seção de Recenseamento do Campo Freudiano, a articulação da psicanálise com outras ciências, deixando-lhe a função de esclarecer a estrutura da experiência psicanalítica, o que difere de orientá-la.

Lacan (1965/2003) sustenta as conexões com outros campos sob a égide da ética da psicanálise, “sem a qual a ordem de afinidades desenhada pelas ciências que chamamos conjecturais ficará a mercê da deriva política que se alça da ilusão de um condicionamento

<sup>39</sup> “Psicanálise e companhia”.

<sup>40</sup> Tema abordado no capítulo anterior. Cf. p. 30.

<sup>41</sup> Tema a ser abordado no capítulo seguinte. Cf. pp. 57-62.

universal” (p. 238). Com isso, para escapar do condicionamento da psicanálise a um saber universal, ele opera uma distinção entre, de um lado, a conexão com disciplinas afins, e de outro, a formação do analista.

Desvincular esta formação de qualquer saber prévio implica, também, que o ensino da psicanálise resta fora de sua Escola, mesmo que esta não seja alheia a ele. Isso justifica que Lacan se direcione à universidade para se empenhar na criação de um Departamento de Psicanálise, por considerar que ali o ensino encontra seu lugar.

Com isso, se definem três vias distintas. Primeiro, o ensino da psicanálise, exterior à Escola. Segundo, a articulação com as ciências afins, debatida a partir da ética da psicanálise, a qual Lacan incluiu em uma Seção da Escola. E por último, a formação do analista, que, com essa reconfiguração, restou indefinida.

Com a criação da Escola, Lacan reascende a questão sobre a formação do analista, o que Miller (2008-2009) expressa da seguinte forma: “cabe saber o que o analista deve à sua análise, à sua experiência com pacientes e o que ele poderá, e sob que forma, dever a outras disciplinas” (12/11/08).

## 2.4. A PSICANÁLISE E A TERAPÊUTICA

### 2.4.1. *A psicanálise nas instituições*

Lacan faz do seu ensino uma arma contra a assunção do que ele designou como Igreja psicanalítica. Por um lado, ao recorrer aos fundamentos da psicanálise, conforme tratado anteriormente, ele empreende uma crítica da ortodoxia vigente na Associação Internacional.

Mas, por outro lado, é contrariando a extraterritorialidade psicanalítica que ele se propõe a reintroduzir a psicanálise no campo público, seja através do debate sobre a formação do analista fomentado pelo movimento intelectual da época, seja convocando os analistas a assumirem seus postos em uma prática da psicanálise em escala social.

Destinando ao passado a ideia de que os psicanalistas deveriam viver escondidos por caminharem na contracorrente da sociedade, Lacan (1956a/1998), ao inaugurar seu ensino, em 1953, se refere à prática da psicanálise, dizendo: “Que antes renuncie a isso, portanto, quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época” (p. 322).

Ele impõe aos psicanalistas o dever de não recuar frente ao movimento do mundo, não se enclausurarem em uma demarcação de fronteiras. Para isso, supõe ser preciso que os analistas convençam as instituições sociais quanto à utilidade da psicanálise, que eles tracem uma estratégia para fazer infiltrar sua doutrina em campos que, a princípio, não lhes convêm. Contudo, esse chamado de Lacan irá demonstrar que o impasse de Freud, entre a psicanálise e a sociedade, não cessará de ser reencontrado.

Quando Lacan provoca os analistas a se desacomodarem de seu círculo, eles se expõem ao risco de se confrontarem com as incertezas de um formalismo ortodoxo que não se sustenta fora de seu reino. O segredo da mistificação da ação do analista revela o desconhecimento sob o qual se sustenta. A questão “o que é um analista?”, após ter sido obturada no interior da Sociedade Psicanalítica, retorna como um enigma quando o analista se precipita ao exterior. Lacan (1956b/1998) aborda esse problema em tom épico:

os gênios das origens, os gigantes da poltrona, foram atingidos pela maldição prometida às ousadias tirânicas, ou que seus assentos deixaram de ser condutores da boa palavra de que eles se acham investidos ao se sentarem aí. Seja como for, entre o psicanalista e a psicanálise, multiplicaram-se desde então os encontros, na esperança de que o ateniense se igualasse à Atena que, coberta com suas armas, saiu do cérebro de Freud. (p. 414)

Lacan revela um movimento de junção e disjunção entre o analista e a psicanálise. Na medida em que o analista lança-se no mundo sem saber o que o conduz, Lacan introduz a questão: “Como não deslizar daí para tornarem-se administradores de almas, num contexto social que lhes requer esse ofício?” (p. 404).

Quando o analista se propõe a submeter sua função à demanda das instituições sociais, quando acredita encontrar sob essa máscara a promessa do reconhecimento público de sua prática, a máscara “termina por se incrustar e quando ela se incrusta a diferença se esfumaça” (Miller, 2008-2009, 12/11/08).

Na atualização deste impasse, o analista se confunde com um profissional das instituições públicas e a psicanálise se reduz a uma terapêutica que contribui para a adaptação social dos indivíduos. Se ultrapassar as fronteiras implica que as diferenças se anulam, isso dá a qualquer um o direito de invocar a psicanálise a sua maneira.

Seguindo essa linha, não devemos nos surpreender se, em seguida, qualquer um constatar que pratica a psicanálise e, como uma consequência lógica, considerar-se analista. Contudo, se em determinada prática social todos se permitem atribuir o predicado analista, isso exige que se verifique se alguém ali realmente o é.

Nesta mesma linha, a linguagem da psicanálise torna-se um fetiche a partir do qual qualquer um se acredita analista. Entretanto, repetir alguns termos não garante que se tenha

ideia de seus fundamentos e muito menos assegura que eles sirvam ao seu propósito, ou seja, a abordagem do que a prática nos impõe. Lacan (1967a/2006) observa:

Como é ridícula a voracidade com que alguns que escutam o que ensino há tantos anos já se precipitam sobre minhas formulações para delas fazer artiguetes, ninguém pensa em outra coisa a não ser nisso, em se enfeitar com minhas plumas, e tudo isso para se atribuir o mérito de ter feito um artigo que se sustenta de pé. (p. 123)

Ao passo que todos os trabalhadores de uma dada instituição pública utilizam indiscriminadamente o vocabulário psicanalítico para nomear o que fazem, inutilizando-o reduzido a um jargão, isso indica que já não se sabe mais do que se trata nesta prática específica. Quando se acredita que a repetição de certos termos é suficiente para garantir a base psicanalítica de uma prática, significa que a teoria da psicanálise já perdeu sua utilidade, resumindo-se apenas a indícios de uma besteira gratuita.

Assim, a teoria se estabelece por seu poder de persuasão, com o qual se tagarela buscando nele a autoridade que na prática não se encontra. Fora da referência à estrutura da experiência da psicanálise, a prática, mesmo repleta de argumentos teóricos, não deixa de ser nada mais do que uma psicoterapia qualquer.

E quando todo e qualquer princípio que fundamenta a prática e a teoria da psicanálise se reduz a um artifício, resta degradar seu princípio de ação recorrendo à pobreza de um único termo, em sua pretensão universal: a escuta. Reivindica-se para a escuta a dignidade de um princípio que agregue a psicanálise à demanda social.

Na medida em que “a psicanálise já deixa que práticas de mistificação social em larga escala se autorizem a partir de seu princípio” (Lacan, 1956b/1998, p. 434), Lacan (1956b/1998), atualizando o impasse freudiano, interroga: “Írá nossa ação, portanto, recalcar a própria verdade que traz em seu exercício?” (p. 434).

Exercer a função de um terapeuta benevolente e caridoso leva o analista a homogeneizar psicanálise e instituição. Isso implica que o grupo analítico não só abre suas fronteiras para sair do “entre si”, como também deixar ruir seu campo, já que não tem mais como distingui-lo do que deixou entrar vindo da sociedade.

O efeito terapêutico toma um lugar central na psicanálise, atendendo à demanda da sociedade pelo bem-estar de seus cidadãos. Miller (2008-2009) conclui: “O preconceito terapêutico é o cavalo de Tróia por meio do qual penetra o discurso predominante no mundo no que chamei a cidadela analítica” (12/11/08).

Todavia, mesmo que a psicanálise se proponha a esta prática de sugestão social, o analista não consegue nisso um refúgio da responsabilidade implicada em sua posição. O uso abusivo que se faz da psicanálise nas instituições conta com “uma secreta complacência” (Lacan,

1992/2003, p. 181) dos psicanalistas. Lacan (1992/2003) os interpela: “Caberá ver no consentimento de que eles gozam em metade do mundo civilizado um efeito de perdão merecido por aqueles que não sabem o que fazem?” (p. 181).

A psicanálise torna-se, nas mãos dos analistas, produto de negociação em troca do prestígio público. As questões doutrinárias são sobrepostas pelo interesse no poder. Ao invés de empreenderem sua ação, preocupam-se com as manobras institucionais, o que acarreta que, neste contexto, os analistas não consigam assegurar-se de estarem realizando uma prática em comum. Afinal, não há nenhuma prática onde a psicanálise possa ser posta em jogo e não correr o risco de se estabelecer a partir de outro princípio.

Lacan tentou responder à estrutura de disjunção da psicanálise que se apresentou a Freud, ou seja, um reconhecimento do valor de sua teoria em detrimento da expansão de sua prática. Contudo, ele se deparou com a inversão deste problema: enquanto a teoria se deteriorava em uma privatização de seu sentido entre os analistas, a prática se proliferava, sustentada por certa credibilidade social.

Lacan (1967b/2006) afirma: “A psicanálise, por meio de todas as suas líbias tem bons pés e bons olhos, chegando a gozar de uma espécie de respeito, de prestígio, de efeito de imponência” (p. 22). A convergência efetuada entre as finalidades da psicanálise e das instituições permite que o analista, muitas vezes, possa ser recebido de braços abertos por autoridades públicas. Se o analista aceita demonstrar a utilidade de sua terapêutica na reabilitação do cidadão, ele está protegido dentro da instituição.

Nenhum pudor, todo mundo está nisso sem qualquer dissimulação, ninguém tem vergonha de tocar a campainha, de seguir os programas governamentais de saúde mental e de pôr a trabalhar as pessoas com formação em psicanálise em função dos requisitos formulados pelo Ministério da Saúde. (Miller, 2008-2009, 12/11/08)

Entretanto, após vencer as resistências da sociedade à psicanálise e efetivar sua expansão nas instituições, a existência da prática analítica já não depende “senão do índice numérico em que se mede sua presença na escala social” (Lacan, 1956a/1998, p. 246). Contrapondo esse movimento, Lacan (1961/1998) enfatiza: “a reprodução dos sintomas já não constitui problema, mas somente a reprodução dos analistas; a dos pacientes está resolvida” (p. 630).

A simples quantidade de psicanalistas invadindo as instituições públicas não pode garantir, quanto à psicanálise, “que não acloda de todas as partes a discordância quanto ao sentido a atribuir à experiência que a fundamenta” (Lacan, 1956c/1998, p. 495). Na medida em que a psicanálise se prolifera por todo lugar, isso nos levaria a afirmar que, na verdade ela não está em lugar algum? Ou ela estaria em outro lugar que não onde deveria estar? Lacan (1965/2003) responde, dizendo:

em nossa época, a psicanálise está em toda parte, e os psicanalistas, em outro lugar... a psicanálise fica por demais à espera, e os psicanalistas, em posição por demais instável para que se possa desatar a suspensão em outro lugar que não no próprio ponto em que eles se desviaram: a saber, na formação do psicanalista. (pp. 243-244)

A entrada da psicanálise nas instituições tende a colocar à margem a questão “o que é um analista?”, e a discussão até então realizada sobre a formação confirma sua insuficiência. Com isso, as instituições passam a crer que podem praticar a psicanálise sem a presença do analista.

Os analistas se defrontam com um impasse: ou degradam a psicanálise em busca do reconhecimento público, ou se fecham na extraterritorialidade de suas verdades indiscutíveis, o que acaba causando o mesmo efeito de degradação. O analista, entre a psicanálise e a instituição, se depara com uma encruzilhada: ou a psicanálise é a instituição, ou a psicanálise contra a instituição, o que ao final resulta na premissa anterior, na medida em que ela se rebela contra as instituições se constituindo como tal.

Lacan (1956b/1998) nos adverte: “não se pode servir a dois senhores, isto é, conformar seu próprio ser a duas ações que se orientam em sentidos contrários” (p. 420). Se o que rege as instituições públicas é a terapêutica isso não deve ser motivo para que os analistas tomem para si essa missão. Como afirma Miller (2008-2009), “o que é verdade para o mundo – isso é, que a psicanálise vale como terapêutica – não é verdade para a psicanálise” (12/11/08).

A ação psicanalítica nas instituições deve ser formalizada a partir da estrutura que concerne ao seu próprio campo. Entre a sobrevivência da psicanálise na sociedade e o risco de sacrificar sua causa, o analista precisa resistir à complacência com a terapêutica sem deixar, entretanto, de estar afetado pelo movimento do mundo.

Afinal, alcançar o reconhecimento público não garante que se resguarde o lugar a partir do qual se opera. Prova disso é que, após Lacan ter presenciado certo entusiasmo da sociedade com a disponibilidade dos analistas para as práticas sociais, o que Miller aponta nos dias atuais é uma situação de desprestígio na qual a psicanálise desembocou na medida em que perdeu o que a diferencia de uma terapêutica.

Mas como conter isso que Miller (2008-2009) qualifica como “extraordinário fenômeno de psicologia de massa! Da massa psicanalítica!” (12/11/08)? Ele mesmo interroga: “aonde vai a psicanálise? Para onde vai ela, caso sigamos as indicações do tempo presente? E, em nossa opinião, supondo que ela o possa, para onde ela deve ir?” (12/11/08).

O impasse da entrada da psicanálise nas instituições inaugurou-se com Freud, mas não cessa de ser atual, atravessando a época de Lacan e também de Miller. Com isso, uma questão ainda persiste: como o analista pode fazer-se presente nas instituições sem se curvar à demanda social? Miller (2002-2003) observa:

Parece-me que para sermos os psicanalistas que convém à época em que vivemos é preciso, por um lado, deixarmos de ser profundamente estrangeiros na cidade, e isso vai, portanto, bem além de uma “reconciliação” entre aspas. Trata-se de alguma coisa da qual eu não tenho ainda a dimensão. (05/02/03)

#### 2.4.2. *Psicanálise aplicada e psicanálise pura*

A psicanálise de orientação lacaniana viveu, na última década, um movimento de atualização do impasse entre a psicanálise e a instituição. Com o intuito de afirmar a presença da psicanálise no mundo e sua preponderância sobre outras práticas renunciou-se uma nova era, na qual o que a psicanálise “colocava em sua periferia tornou-se lhe central, tornou-se sua preocupação central” (Miller, 2002-2003, 13/11/02).

A preocupação terapêutica foi condecorada à rubrica de psicanálise aplicada e passou a dominar as práticas e os debates entre os psicanalistas, deixando a questão sobre o que é um analista à margem da discussão. Contudo, o entusiasmo ideológico dos psicanalistas os levou a errar o alvo, a se transformarem em seu contrário.

Retornamos, então, ao problema inicial. Diante desse impasse, Miller responde propondo um retorno a Lacan<sup>42</sup>, na medida em que constata que havia se afastado dele. Miller (2002-2003) considera que o analista não deve se aventurar “em política sem segurar na mão de Lacan” (04/12/02), e toma isso como um antídoto contra o enamoramento dos psicanalistas com a terapêutica. Seguindo essa indicação, é por um retorno a Lacan que pretendemos proceder.

Em seu texto “Variantes do tratamento padrão”, Lacan (1955/1998) começa por dizer: “a psicanálise não é uma terapêutica como as outras” (p. 326). Explica que o termo “variantes”, ao contrário do que Freud<sup>43</sup> chegou a pensar, não se confunde com uma adaptação da técnica da psicanálise às condições em que ela é posta em prática, “e sim uma preocupação, inquieta até, com a pureza nos meios e nos fins” (p. 326).

---

<sup>42</sup> Miller fala de um retorno a Lacan pela primeira vez em *El banquete de los analistas* (2000), colocando tal expressão sob suspeita: “parecia signo de pouca invenção buscar repetir a Lacan substituindo seu nome pelo de Freud nesta fórmula...” [“parecia signo de poca invención buscar repetir Lacan reemplazando su nombre por el de Freud em esta fórmula...”] (2000, p. 297). Dezoito anos depois, recupera essa fórmula, em *Coisas de fineza em psicanálise* (2008-2009), afirmando ser inédita: “...pela primeira vez, me parece necessário proceder por meio de um retorno a Lacan. Nunca antes eu havia empregado essa expressão” (2008-2009, 12/11/08). Apesar de sugerir-la em 1990, Miller parece ter se apropriado desta fórmula somente em 2008, quando se mostrou certo de que ela convinha ao momento.

<sup>43</sup> Cf. p. 26 da presente pesquisa.

Para conduzir essa discussão, Lacan propõe a formalização de uma teoria dos critérios terapêuticos da psicanálise. E afirma: “Que esses critérios se desvançam na medida em que se invoca uma referência teórica é grave, quando é a teoria que se alega para conferir ao tratamento seu status” (p. 327).

Para esta teoria, ele define um princípio fundamental: “se admite a cura como um benefício adicional do tratamento psicanalítico” (p. 327). Ele estabelece que a relação do analista com a terapêutica se dá pela precaução contra o desejo de curar. Lacan marca que o analista institui sua posição a expensas da terapêutica, o que confirma a diferenciação introduzida por Freud entre terapêutica e didática.

Porém, seguindo a distinção entre a psicanálise com fins de formação e a psicanálise com fins de tratamento, Lacan introduz uma modificação. Ele formaliza o binômio freudiano, terapêutica e didática, em termos de psicanálise aplicada e psicanálise pura. Mas Lacan (1958/1998) demarca essa variação sob os auspícios de uma crítica à psicanálise aplicada que visa seu esclarecimento:

A psicanálise só se aplica em sentido próprio, como tratamento, e portanto [*sic*], a um sujeito que fala e que ouve. Fora desse caso, só pode tratar-se de método psicanalítico, aquele que procede à decifração dos significantes, sem considerar nenhuma forma de existência pressuposta do significado. (p. 758)

Lacan elucida que, quando o analista se investe na interpretação de material que não concerne à abordagem de um sujeito, isso deve ser chamado método psicanalítico, como, por exemplo, na articulação da psicanálise com outras ciências. Mas, por outro lado, se a psicanálise só se aplica à sua própria prática, então o que faz o analista quando se introduz na prática de uma instituição pública?

Quando ele se coloca ali sob a bandeira da psicanálise aplicada, se arrisca a uma prática de doutrinação. Ou seja, substituir a prática da instituição pela psicanálise e, com isso, alcançar os efeitos já descritos de degradação. Lacan (1964/1998) interroga o analista: “Írá ele cair na pregação que gera o descrédito do pregador cuja fé foi substituída pelos bons sentimentos, e como ele assumir uma “direção” abusiva?” (p. 867).

Para retirar o psicanalista deste dilema, Lacan se propõe a discutir a relação da psicanálise aplicada com a psicanálise pura. Ao fundar sua Escola, institui uma Seção dedicada à Psicanálise Aplicada e outra à Psicanálise Pura. A Seção de Psicanálise Aplicada se delimita pela contribuição da terapêutica e da clínica médica à prática da psicanálise, e Lacan admite que ali existam sujeitos analisados ou não. Dessa forma, ele deixa clara a desvinculação da psicanálise aplicada com a formação do analista.



A psicanálise aplicada é capturada no problema da cura, enquanto a psicanálise pura efetivaria a formação do analista. Porém, substituir a didática pela psicanálise pura implica em uma tentativa de se desvencilhar da referência ao aprendizado na formação.

Em “Do sujeito enfim em questão”, Lacan (1966a/1998) observa que “é o sujeito em questão na psicanálise didática que constitui o problema, e que nela permanece como sujeito intacto” (p. 231). Partindo desta constatação, ele opera uma inversão na formulação do binômio freudiano. Lacan (1966a/1998) afirma a psicanálise didática não como um acréscimo em relação às finalidades terapêuticas da psicanálise, mas “como a forma perfeita pela qual se esclareceria a natureza da psicanálise pura e simples” (p. 231), em relação à qual a terapêutica seria uma forma restringida.

Colocar a psicanálise pura como a finalidade em si mesma da psicanálise determina uma torção fundamental. Implica em constatar que a finalidade da psicanálise é produzir um analista e, em segundo plano, no decorrer do trajeto, produzir a cura de alguns sintomas. Com isso, Lacan recoloca a questão “o que é um analista?”, concedendo a ela o merecido lugar no centro do debate da psicanálise.

A primeira consequência a se extrair desta formulação no ensino de Lacan é o desaparecimento do binarismo entre didática e terapêutica. Depois de 1966, este binômio perdeu o sentido e caiu em desuso, não sendo mais uma referência utilizada por Lacan. Por recorrência, a articulação entre psicanálise pura e psicanálise aplicada também ficou legada ao passado em seu ensino. Afinal, Lacan estabeleceu para a psicanálise uma finalidade única, o que dispensa sua distinção entre fins de tratamento e fins de formação. Assim, ele responde à relação da psicanálise com a terapêutica, permitindo a Miller (2008-2009) concluir:

revirar o reviramento lacaniano, dar primazia à psicanálise aplicada à terapêutica é simplesmente regressar a um aquém de Lacan. Apenas isso já justificaria a expressão empregada por mim, pela primeira vez, de um retorno a Lacan. (12/11/08)

Contudo, se a psicanálise aplicada não constitui a referência do analista para seu trabalho nas instituições, o que seria então? Essa é uma questão que dependeria do percurso institucional de Lacan para poder ser reconduzida. Mas ele deixa claro que seu interesse pela presença do analista no mundo ainda persistia, enfatizando: “enquanto perdurar um vestígio do que instauramos, haverá *psicanalistas* para responder a certas urgências subjetivas” (1966a/1998, p. 237).

### 2.4.3. O analista e a psicanálise

O que é a psicanálise? A princípio, supõe-se que ela seja uma teoria e uma prática, ao que se acrescenta, inevitavelmente, seu movimento institucional. Trataremos, neste momento, da psicanálise como prática. Mas o que é uma prática? O campo da prática implica um enquadre no qual se introduz uma ação. É a partir deste enquadre que os profissionais podem partilhar uma orientação comum.

E como articular o analista e a prática da psicanálise, senão pelo dualismo entre psicanálise pura e psicanálise aplicada? Em “Variantes do tratamento-padrão”, Lacan (1955/1998) dá uma primeira resposta a esta questão: “uma psicanálise, padrão ou não, é o tratamento que se espera de um psicanalista” (p. 331).

Ele enfatiza que a definição da prática da psicanálise depende da resposta à indagação “o que é um analista?”. Por outro lado, o estatuto do analista se delimita, nesta formulação, a partir de sua prática, do fato de que funciona como analista para seus pacientes. Assim como Freud considerou, o analista se apresenta aqui como um profissional, definido por sua função.

Contudo, já no início de seu ensino, Lacan (1956a/1998) apresenta outra forma de abordagem do analista, indicando que sua formação se dá nas vias de seu ser. Ele submete a avaliação da didática a esta abordagem, afirmando que “aponta-se o ser do analista como elemento não desprezível nos efeitos da análise, e que deve inclusive ser exposto em sua conduta no fim da partida” (p. 244).

O ser do analista deve ser posto a prova não pela forma como funciona, mas pelos efeitos que a psicanálise surtiu sobre ele ao final. Abordar o analista a partir de seu ser e não de sua função, implica em definir seu estatuto a partir de sua análise e não de sua prática. É por isso que, um ano depois de ter apontado que a psicanálise é o tratamento esperado de alguém que funciona como analista, Lacan (1956c/1998) acrescenta, no ano seguinte, a afirmação de que, na relação entre psicanálise e analista, “é justamente a primeira, no entanto, que decide sobre a qualidade do segundo” (p. 462).

Durante o ensino de Lacan, todo o debate em torno da questão “o que é um analista?” iria girar ao redor de reformulações operadas sobre a relação entre estas duas perspectivas, o ser e a função. Mas é somente em “A direção do tratamento e os princípios de seu poder”<sup>44</sup> que Lacan (1961/1998) irá colocar no centro do debate o ser do analista. Ele formula:

---

<sup>44</sup> Doravante notado como “A direção do tratamento...”.

É realmente na relação com o ser que o analista tem de assumir seu nível operatório, e as chances que para esse fim lhe oferece a análise didática não devem ser calculadas apenas em função do problema supostamente já resolvido pelo analista que o guia nela. Há desventuras do ser que a prudência dos colégios e o falso pudor que garante as dominações não ousam suprimir deles mesmos. Cabe formular uma ética que integre as conquistas freudianas sobre o desejo: para colocar em seu vértice a questão do desejo do analista. (p. 621)

Lacan atrela a ação do analista aos efeitos da análise didática sobre seu ser. Estabelecer o analista sob as bases de seu ser não permite que ele seja um produto da identificação ao seu analista, nem que ele seja objeto de manipulações institucionais. Ao contrário, o ser é o que leva Lacan a formular o seu conceito de desejo do analista.

O desejo do analista é o avesso do desejo de ser analista, o qual, ao contrário, está sempre sob suspeita, na medida em que busca seu estatuto no reconhecimento institucional, obscurecendo sua ação. Lacan (1965/2003) ratifica: “a psicanálise constitui-se como didática pelo querer do sujeito, e que ele deve ser advertido de que a análise contestará esse querer, na medida da aproximação do desejo que ele encerra” (p. 240).

Ao mesmo tempo em que Lacan se utiliza do ser do analista para polemizar a tutela que a sociedade psicanalítica exerce sobre a análise do candidato, ele busca no ser os fundamentos para formular uma política da psicanálise que dissesse respeito aos fins últimos do tratamento. Ele estrutura uma política da psicanálise de acordo com a lógica da transferência que fundamenta a clínica da psicanálise.

Lacan (1961/1998) formula um princípio para esta política: “revisar no princípio a estrutura por onde qualquer ação intervém na realidade” (p. 596). Esta é a orientação que ele toma em direção à formalização da ação do analista. Propor uma política que vise à finalidade desta ação conduz inevitavelmente a uma discussão sobre o final de análise.

A política da psicanálise enunciada por Lacan esclarece que a ação do analista é o resultado dos efeitos da análise sobre seu ser. Entretanto, Lacan não chega a formalizar, neste texto, uma articulação entre o final de análise e o estatuto do analista.

Ele se depara com um limite de sua formulação, na medida em que constata o impasse da posição do analista “em sua política, onde ele faria melhor situando-se em sua falta a ser do que em seu ser” (p. 596). A falta a ser é o resultado da posição do analista fundamentada na douda ignorância, no não-saber como marca de uma falta que relança a psicanálise a sua via infinita. É por essa via que Lacan tenta, de início, conduzir seu conceito de desejo do analista, rumo que comprova sua insuficiência para responder à questão “o que é um analista?”.

### 3. Lacan, o analista e o trabalhador

#### 3.1. A ESCOLA DE LACAN

Após a solicitação da Sociedade Francesa de Psicanálise (SFP) para sua afiliação à IPA, esta impõe como condição para validar o reconhecimento internacional demandado que Lacan fosse proscrito da lista de didatas da referida sociedade. Considerando a relevância da participação no movimento internacional da psicanálise e o interesse por garantir a habilitação de seus analistas como didatas, a SFP, em fins de 1963, decide pela exclusão de Lacan.

No dia seguinte ao anúncio da decisão da SFP, Lacan pronuncia a primeira aula de seu Seminário sobre os Nomes-do-Pai, anunciando que não prosseguiria com ele após aquele dia. Contudo, após esta interrupção, Lacan decide dar um novo ponto de partida a seu ensino. Ele inicia seu seminário intitulado *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, agora não mais restrito a uma platéia de clínicos, mas aberto ao público em geral.

Logo na primeira aula deste seminário, Lacan (1964/1997, p. 11) qualifica sua exclusão do quadro de didatas da IPA como uma excomunhão. Porém, se recusa a proceder a um acerto de contas, esclarecendo que não visava enfatizar, com esse termo, o caráter religioso da comunidade analítica.

Se Lacan poderia assumir a postura da vítima dedicada ao sacrifício e atrair para si a expiação de seus supostos carrascos, ele refuta tal posição interpretando que a excomunhão não havia sido a de sua pessoa, mas uma excomunhão do conceito (p. 24). A persistência da IPA em repudiar seu ensino, sua prática e até sua pessoa, segundo ele, perseverava o desconhecimento sob o qual o grupo analítico havia sido fundado.

Com isso, Lacan reafirma a ideia de Freud de que a resistência à psicanálise é maior entre os analistas do que em qualquer outro lugar: “não podem, onde estão, imaginar até que grau de desprezo, ou simplesmente de desconhecimento para com seu próprio instrumento, podem chegar os praticantes” (p. 24). Ele responde a essa recusa do conceito tratando, em seu seminário, dos conceitos freudianos que ele considera serem os principais fundamentos da prática psicanalítica.

Mas Lacan não pára por aí. Faz da excomunhão um debate que concerne a Freud, ao desejo de Freud, sob a égide do qual a instituição psicanalítica havia sustentado sua recusa do

conceito. Ele não considera sua excomunhão um erro, mas fala dela como algo programado na origem do movimento psicanalítico, na medida em que a IPA seguiu o desejo do pai da psicanálise. Lacan o indica, ao afirmar:

O que eu tinha a dizer sobre os Nomes-do-Pai não visava outra coisa, com efeito, senão pôr em questão a origem, isto é, por qual privilégio o desejo de Freud tinha podido encontrar, no campo da experiência que ele designa como o inconsciente, a porta de entrada. Retornar a essa origem é absolutamente essencial se queremos colocar a análise de pé. (p. 19)

Retornar à origem traz à tona a questão “o que é um analista?” que era velada pela tradição sobre a qual o pai da psicanálise fundou sua Associação. Essa era a pretensão de Lacan que ele anuncia nos seguintes termos: “Veremos então apenas a essência da análise – especialmente o que tem, nela, de profundamente problemático, e ao mesmo tempo diretor, a função da análise didática” (p. 25). Colocar em debate os conceitos freudianos é o que leva Lacan a indagar a possibilidade de formalizar um conceito de analista.

A discussão sobre os conceitos freudianos é introduzida por Lacan sob o fundo de um questionamento a Freud, o que ele aponta quando interroga: “A manutenção quase religiosa dos termos dados por Freud para estruturar a experiência analítica, a que se remete ela?” (pp. 17-18). Ele critica a tradição a qual Freud submeteu seus conceitos, o que os legou ao esquecimento e a conseqüentes deturpações.

Entretanto, Lacan dessa vez não se comporta como um dissidente desviante que se empenha na sátira da ortodoxia reinante. Ele confessa: “penso que vocês não verão, de minha parte, nem recurso à anedota, nem qualquer tipo de polêmica” (p. 11). Ele rechaça qualquer postura crítica, já que se preocupa em recompor a lógica estrutural dos acontecimentos, tentando se desvencilhar dos ressentimentos.

Lacan anuncia a discussão dos conceitos freudianos para procurar ali algo do qual o próprio Freud não se deu conta, para entender seu percurso melhor do que ele mesmo. Isso é o que está implicado na ideia de um recalçamento no trajeto de Freud, o desconhecimento de um desejo “jamais analisado” (p. 19).

Frente à excomunhão, Lacan se preocupa em ir além do desejo de Freud, em transpor a ortodoxia. Na medida em que Lacan retira Freud do registro da tradição de uma verdade invariável, não se pode mais pensar o movimento psicanalítico em termos de ortodoxia e desvio. A excomunhão, neste sentido, se revela o marco de um novo momento na história da psicanálise, ao passo que não é mais suficiente se sustentar em um projeto de retorno a Freud.

Neste cenário, após a retirada de Lacan da SFP, um grupo de alunos seus, em junho de 1964, mobiliza um Grupo de Estudos Psicanalíticos (GEP), justificados na eleição do ensino de Lacan em detrimento das manobras institucionais. Jean Clavreul, quem presidia o grupo,

anuncia: “é incompatível, no atual estado das coisas, seguir a Lacan e fazer parte da IPA. Que é então que constitui nossa originalidade? Não há nenhuma dúvida a respeito, é que somos lacanianos”<sup>45</sup> (Miller, 1987, p. 215).

Pela primeira vez, um grupo se nomeava laciano, a expensas do reconhecimento da IPA. Elegiam Lacan não por ele constar em uma lista estabelecida pela tradição, mas pela transferência, conceito freudiano do qual Lacan tratava à época em seu seminário. A escolha transferencial em detrimento da instância pré-definida intensifica a presença da questão “o que é um analista?” no contexto político.

Clavreul enfatiza: “Não temos que pedir o direito de existir, como havia feito a SFP a princípio; existimos por pleno direito”<sup>46</sup> (Miller, 1987, p. 216). Ao passo que a inscrição na IPA deixa de ser uma condição para garantir a habilitação como analista, o movimento ipeísta não poderia mais se atribuir a representação totalitária da psicanálise. A Associação Internacional e a psicanálise não podem mais se equivaler. O movimento psicanalítico se dissolve entre dois grupos: a IPA e os lacianos.

Miller (2002-2003) aponta que a posição de Lacan em relação à excomunhão não seria a da vítima do sacrifício, mas a do santo<sup>47</sup>. Seguindo Lacan, ele afirma que a posição do santo seria “a exclusão, a posição de dejetos de uma ordem” (12/03/03). E completa: “são sujeitos que se manifestaram criando seu próprio espaço, justamente porque não se sabia onde colocá-los e porque eles próprios não sabiam onde se colocar” (12/03/03). Por não encontrar um lugar onde se colocar, Lacan, poucos dias após seus alunos se afirmarem lacianos, sai dessa querela fundando sua Escola.

Todavia, Lacan funda uma instituição, intitulando-a: Escola Freudiana de Paris. Com isso, ele reafirma que continuava na via de um retorno a Freud, mesmo que fosse sob uma nova versão. Apesar da excomunhão, ele se distingue do caminho seguido por Jung e Adler<sup>48</sup>, refutando o atributo de dissidente da psicanálise.

Tratava-se, entretanto, de uma ruptura com a política institucional que o pai da psicanálise havia fundado, mas não com sua teoria e sua prática. Isso é o que o próprio Lacan (1965/2003) afirmou quando qualificou a “*Escola como experiência inaugural*” (p. 242). Neste rumo, ele interpreta a posição de seus alunos, localizando-os na via de acesso que ele

---

<sup>45</sup> “es incompatible en el actual estado de cosas seguir a Lacan y formar parte de la IPA. ¿Qué es entonces lo que constituye nuestra originalidad? No hay ninguna duda al respecto, es que somos lacianos”.

<sup>46</sup> “No tenemos que pedir el derecho de existir, como había hecho la SFP al principio; existimos por pleno derecho”.

<sup>47</sup> Miller extrai essa referência ao santo do texto “Televisão”, no qual Lacan (1974/2003) utiliza o santo para se remeter ao analista como a posição de “banco de dejetos” (p. 518).

<sup>48</sup> Cf. p. 23 da presente pesquisa.

havia aberto: “A Escola, a partir de sua reunião inaugural, não pode omitir que esta se constituiu por uma escolha deliberada de seus membros – a de serem excluídos da Associação Psicanalítica Internacional” (1967/2003, p. 571).

Lacan se recusa a certificar a Escola pelo desejo de Freud, se recusa a dar continuidade à origem da tradição psicanalítica, o que o leva a enfrentar a questão “o que é um analista?” de forma diferente de Freud. A decisão de Lacan que transpõe o pai da psicanálise é o fato dele não ceder ao grupo em detrimento da psicanálise, uma resposta que Freud não deu diante da resistência dos psicanalistas à psicanálise.

Miller (2000) ratifica essa ideia: “Eleger a psicanálise apesar dos analistas, contra os analistas, poderia não ser mais que o reverso da seguinte fórmula: os psicanalistas contra a psicanálise”<sup>49</sup> (pp. 11-12). Com isso, Lacan pretendia sustentar sua Escola não na assistência mútua de seus discípulos, mas sob as bases de seu discurso.

Porém, Lacan não pretende fazer de sua Escola uma revolução. Ele dispensa o tom de sátira por não aspirar a um progresso, mas por apenas cumprir “um movimento necessário” (1970a/2003, p. 285). Um movimento que faça da Escola uma resposta segundo a estrutura da experiência analítica fundada por Freud e não conforme as necessidades do grupo.

Dessa forma, a Escola não se resume apenas a um capítulo na história da psicanálise, mas concerne à própria lógica do ensino de Lacan, o que faz Miller (2000) enfatizar que ela constitui “um conceito fundamental da psicanálise”<sup>50</sup> (p. 233). Com isso, Miller aponta a insuficiência de afirmar-se lacaniano sem por à prova este estatuto no interior da Escola.

Lacan (1965/2003) inicia o “Ato de fundação” indicando sua eleição pela psicanálise em detrimento do grupo analítico. Ele diz: “Fundo – tão sozinho quanto sempre estive em minha relação com a causa analítica” (p. 235). Contudo, se um ato se faz só, Lacan (1974/2003) observa que “o discurso analítico não pode ser sustentado por um só” (p. 530). Não há como sustentar uma Escola na solidão, e por isso Lacan nunca pretendeu ser o único. Ele afirma: “Não existe homossemia entre o “único” e “sozinho”. Minha solidão foi justamente aquilo a que renunciei ao fundar a Escola” (1970a/2003, p. 267).

Por isso, o que sucede a fundação da Escola é a “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola”<sup>51</sup>. Miller (2000) afirma: “o que segue é uma proposição que submete à discussão. Ele não disse: *Proponho, tão só...*, porque não é possível, posto que se

<sup>49</sup> “Elegir el psicoanálisis a pesar de los analistas, contra los analistas, podría no ser más que el reverso de la siguiente fórmula: los psicoanalistas contra el psicoanálisis”.

<sup>50</sup> “un concepto fundamental del psicoanálisis”.

<sup>51</sup> Doravante notado como “Proposição...”.

exporia à réplica: *E se está só, a quem o propõe?*”<sup>52</sup> (p. 206). Assim, após fundar, Lacan submete suas proposições ao julgo de uma Escola.

O primeiro questionamento com o qual seus alunos se insurgiram dizia respeito à habilitação dos analistas. No “Ato de fundação”, Lacan não apresenta nenhuma definição sobre o analista. Não se previa nenhuma garantia a ser dada pela Escola para a formação que ela dispensava. A Escola, de início, se determinava exclusivamente por um objetivo de trabalho.

Miller (2000) observa: “Todos iguais a respeito do trabalho, ainda que não seja possível afirmar o mesmo em relação à experiência analítica”<sup>53</sup> (pp. 218-219). Estabelecer os analistas como trabalhadores é estruturar a Escola segundo uma lógica igualitária, deixando intacta a questão sobre o analista. Porém, mesmo se baseando, de início, em um sistema igualitário, a Escola não se confunde com uma sociedade, já que a questão “o que é um analista?” permanece em aberto, para que se trabalhe em torno da desigualdade que ela produz.

Ao passo que a fundação da Escola deixa em aberto a questão sobre a habilitação do analista, é nesta lacuna que virá se alojar a “Proposição...”, para introduzir ali uma formulação sobre o psicanalista da Escola. Neste sentido, a Escola de Lacan se fundaria em dois tempos: “o tempo um é a Escola com seus trabalhadores e o tempo dois consiste em definir o psicanalista adequado para esta Escola de trabalhadores... a Escola, primeiramente; em segundo lugar, o psicanalista da Escola”<sup>54</sup> (Miller, 2000, pp. 215-216).

Para o tempo um, Lacan criou o cartel, um dispositivo que consiste na formação de pequenos grupos que visam à formalização de um trabalho. Para o tempo dois, ele instituiu o passe, um dispositivo que visa à formalização do final de uma análise. O passe é uma invenção de Lacan que vetoriza uma resposta à questão “o que é um analista?” que atravessa a história da psicanálise de uma ponta à outra.

Lacan responde ao impasse freudiano formulando um fim lógico para a análise, um marco de seu percurso que exige uma reformulação de todo o ensino lacaniano. Miller (2008-2009) constata: “na doutrina do passe de Lacan vejo a um só tempo o ápice de seu ensino e o ponto de reviramento” (04/03/08). A Escola se sedimenta assim sob as bases da determinação da estrutura da produção de um analista.

---

<sup>52</sup> “lo que sigue es una proposición que somete a discusión. Él no dice: *Propongo, tan solo...*, porque no es posible, puesto que se expondría a la réplica: Y si estás solo, ¿a quién se lo propones?”.

<sup>53</sup> “Todos iguales, pues, respecto del trabajo, aunque no es posible afirmar lo mismo en relación con la experiencia analítica”.

<sup>54</sup> “el tiempo uno es la Escuela con sus trabajadores y el tiempo dos consiste en definir al psicoanalista adecuado para esta Escuela de trabajadores... la Escuela, primeramente; en segundo lugar, el psicoanalista de la Escuela”.



Durante muito tempo, o passe foi rechaçado na Escola, o que não fez Lacan recuar de sua proposta. Foi preciso que, em maio de 1968, o mundo se mobilizasse em uma luta contra o autoritarismo no campo político, para que os titulares da Escola aceitassem rever sua posição. Sobre a “Proposição...”, Lacan (1973/1996) comenta ironicamente: “se a tivesse feito em maio de 1968, teriam dito: ‘Está induzido!’”<sup>55</sup> (p. 10).

Além disso, ele aceita moderar os termos e refazer sua “Proposição...”. E se antes a dirigiu à aprovação somente dos analistas titulares, propôs que, desta vez, fosse votada por todos os membros da Escola, inclusive os que não tinham título. Com isso, em 1969 consegue que a nova versão da “Proposição...” fosse aprovada.

Mas Lacan pagou o preço por propor essa modificação nas condições de recrutamento dos analistas. Ele decreta a falência do consentimento dos pares, pretendendo a dissolução da ortodoxia psicanalítica. Alguns dos que se consideravam notáveis na hierarquia institucional deixaram de frequentar o seminário de Lacan e, após a aprovação de sua “Proposição...” pela comunidade analítica, quatro didatas se desligaram da Escola para constituir outro grupo analítico denominado Quarto Grupo.

Lacan fez valer um novo modelo de instituição psicanalítica, na qual a questão “o que é um analista?” garante seu lugar central, e estrutura a Escola em torno de três pilares fundamentais no seu funcionamento: o não-analista, a transferência de trabalho e a proposição “autorizar-se por si mesmo”. É desses três fundamentos da Escola que iremos tratar agora, separadamente, sem, contudo, desconsiderar sua articulação.

### *3.1.1. O não-analista*

A psicanálise passa a se organizar em dois modelos institucionais distintos. O primeiro, no qual todos se dispõem como um conjunto em torno do desejo de Freud, velando a tradição de sua doutrina. O segundo, que se funda sobre a transposição do desejo de Freud, sobre a ruína da ortodoxia psicanalítica. Neste último, a Escola de Lacan, o estatuto da instituição resulta problemático, já que não há mais o desejo de Freud para permitir que possa se afirmar o todo. Lacan funda sua Escola rechaçando dela a lógica do grupo sobre a qual a IPA se sustentava.

---

<sup>55</sup> “si la hubiese hecho en mayo de 1968, habrían dicho: ‘¡Está inducido!’”.

Se a Escola, ao começo, reunia somente analistas do antigo regime institucional, a saída que Lacan encontrou foi convidar aos não-analistas para fazer parte da Escola. Todos os que inicialmente entraram na Escola se afirmaram analistas, o que mantinha do lado de fora a questão “o que é um analista?”. Se a IPA considerava que os não-analistas eram os não-titulares, ou seja, todos os que estavam fora das fronteiras da instituição, Lacan, ao contrário, os convida para entrar, tentando reverter a posição inicial de seus alunos perante a Escola.

Mas o que seria o não-analista da Escola? No “Ato de fundação”, Lacan (1965/2003) nomeia uma das seções em que se subdivide sua Escola como Seção de Psicanálise Pura, na qual propõe tratar dos problemas da psicanálise didática. Se se esperava que ele restringisse essa seção aos didatas, ele a define, entretanto, “por um confronto contínuo entre pessoas que tenham a experiência da didática e candidatos em formação” (p. 236).

Todavia, ele justifica-se pela “necessidade que resulta das exigências profissionais, toda vez que elas levam o analisante em formação a assumir uma responsabilidade, por menos analítica que seja” (p. 236). Lacan deixa claro que a habilitação do analista não se define pela prática da psicanálise, como era o entendimento da IPA, mas pela forma como ele responde às exigências profissionais em que esteja implicado, em qualquer âmbito, analítico ou não.

Ele deixa claro, inclusive, que o não-analista não se determina por exercer uma prática que não concirna ao campo da psicanálise. Mas, por outro lado, há nisto uma disjunção entre a prática psicanalítica e o estatuto do analista. Apesar disso, a definição sobre o analista permanece atrelada ao exercício de uma profissão.

Contudo, Lacan (1970a/2003) só utiliza o termo não-analista em seu “Discurso na Escola Freudiana de Paris”, no qual esclarece: “o não-analista não implica o não-analisado... Não é nem mesmo o não praticante que estaria em questão, ainda que admissível nesse lugar” (p. 276). Se o não-analista não se resume ao não praticante, isso implica uma ruptura com o entendimento freudiano de que o analista se define pelo exercício da profissão.

Lacan introduz uma disjunção entre a profissão de psicanalista e o ato do analista. O não-analista é o que permite a Lacan afirmar que o analista não se estabelece pelo exercício da profissão, mas pelo estatuto de seu ato. Ele confirma isso, ao afirmar:

se nem sequer se sabe dizer, sem afundar no lodaçal que vai do “pessoal” ao “didático”, o que é uma psicanálise que introduza em seu próprio ato, como esperar que se elimine a desvantagem feita para prolongar seu circuito, que consiste em que em parte alguma o ato psicanalítico se distinga da condição profissional que o abarca? Caberá esperar que exista o emprego de meu não-analista para sustentar essa distinção (pp. 276-277)

Para definir seu não-analista, Lacan conclui: “introduzo aí um não-analista em expectativa, aquele que se pode apanhar antes que, ao se precipitar na experiência, ele sofra,

ao que parece em regra geral, como que uma amnésia de seu ato” (p. 276). Dessa forma, o não-analista é o próprio analista, na medida em que, antes que se precipite na rotina de sua prática, ele tenha a expectativa de apreender a estrutura que determina seu ato.

A Escola seria o lugar onde se torna efetiva a pergunta “o que é um analista?”, na medida em que todos estão ali, como não-analistas, a dar provas de seu ato. Ao passo que a resposta para o estatuto do analista nunca está dada, é sempre algo a se averiguar. Ninguém pode se afirmar analista sem se colocar a prova, e muito menos compartilhar esse abrigo com os semelhantes. A preservação da questão “o que é um analista?” implica que o analista na Escola é sempre uma suposição.

Neste sentido, a Escola é uma instituição não segregativa, pois, já que não é possível demarcar fronteiras entre o dentro e o fora, pode se encontrar de tudo dentro dela. Lacan conclama: “Que ninguém aqui se esqueça, a porta não está trancada” (p. 275). A Escola se estabelece sob a impossibilidade de que se possa afirmar a vinculação entre o atributo de analista e o conjunto dos que o possuem.

Com isso, Lacan impossibilita o estabelecimento de uma lista de analistas reconhecidos, e faz da Escola, por consequência, “o conjunto dos que não pertencem a nenhum conjunto”<sup>56</sup> (Miller, 2000, p. 255). Estabelecer uma lista de didatas implica em afirmar que dentro da instituição só há analistas, e não seria preciso averiguar, já que a instituição garante aos seus membros a qualidade de sua ação.

A Escola de Lacan, ao contrário, se funda sobre o propósito de buscar saber o que pode ser um analista. É por isso que todos que se introduzem na Escola estão ali, de início, como não-analistas, e se colocam a trabalhar para verificar seu suposto estatuto de analista.

O não-analista torna-se uma condição para a Escola, como afirma Lacan (1970a/2003): “o atributo do não-psicanalista é o garante da psicanálise, e que de fato desejo não-analistas, [*sic*] que pelo menos se distingam dos psicanalistas de agora, daqueles que pagam por seu status de analista com o esquecimento do ato que o funda” (p. 277).

Lacan não estrutura sua Escola sobre esse fundamento apenas para permitir que gente nova entrasse ali, mas para impor uma nova relação entre o dentro e o fora. Ele visa subtrair, do seio da instituição psicanalítica, a prática da extraterritorialidade. Miller (2000) observa que “a intervenção de Lacan na psicanálise apontava justamente a desbaratar o *entre nós* e a impostura que o acompanha”<sup>57</sup> (p. 40).

<sup>56</sup> “*el conjunto de los que no pertenecen a ningún conjunto*”.

<sup>57</sup> “*la intervención de Lacan en el psicoanálisis apuntaba justamente a desbaratar el *entre nos* y la impostura que lo acompaña*”.

Esse desconforto que Lacan causou aos analistas do antigo modelo institucional fez com que eles propusessem a formação de um colégio de analistas no interior da Escola, na tentativa de recompor uma elite de titulares. A instituição psicanalítica mostra aí sua tendência a se constituir como um modelo de contra-sociedade, o que sempre os isola do dever que lhes cabe no mundo.

Lacan (1970a/2003) repudia essa ideia: “eles ainda não percebem que se poderia contestar o direito de prioridade que acreditam ter sobre esse discurso por haverem-no mantido oculto” (p. 274). Por sua vez, Miller (2000) ironiza ao ratificar: “assim como pôde dizer-se em outra época que a guerra era algo muito sério para ser confiada aos generais, também a psicanálise é algo muito sério para ser confiada somente aos psicanalistas”<sup>58</sup> (pp. 157-158).

Lacan não se preocupa somente em definir o que está dentro, mas também em como fazer estes se direcionarem para fora. Por isso, ele introduz o fora dentro do dentro, como intimamente exterior, ou, em seus termos, êxtimo. Para isso, ele estabelece a relação com a Escola a partir da abertura da questão “o que é um analista?”. Miller (2000, p. 42) chega a qualificar a relação de Lacan com o meio analítico pela claustrofobia, pela fobia ao interior.

Lacan estabelece a Escola pela distinção entre iniciação e transmissão. Uma prática de iniciação implica que só se compartilha a experiência entre os que a experimentaram. Miller (2000) diz: “*se tem que haver passado por aí e só pode falar-se a gente que tenha passado por aí, é uma renúncia!*”<sup>59</sup> (p. 41). Lacan introduz o não-analista na Escola para retirar os analistas do debate entre si e lançá-los a um trabalho de transmissão. Miller (2000) explica:

...entre os analistas não funciona o intercâmbio e quando conversam entre si, inclusive aqueles que deveriam produzir um saber completamente determinado sobre o final de análise, seja antes de tudo sobre manobras institucionais. Além do mais, como assinaléi, não se comunica entre gente da mesma experiência, porque todos se entendem muito bem. A comunicação, ao contrário, é o mal entendido. Quando nos entendemos muito bem juntos, não se produz saber.<sup>60</sup> (p. 94)

Lacan (1965/2003) indica que, na sua Escola, a transmissão “é da alçada tão-somente daqueles que, psicanalistas ou não, interessam-se pela psicanálise em ato” (p. 246). Por esse motivo, ele chega a considerar sugestiva a ideia de “colocar os não-analistas no controle do ato analítico” (1970a/2003, p. 275).

<sup>58</sup> “así como pudo decirse em outro tiempo que la guerra era algo demasiado serio para ser confiada a los generales, también el psicoanálisis es algo demasiado serio para ser confiado solamente a los psicoanalistas”.

<sup>59</sup> “si hay que haber pasado por ahí y solo puede hablarse a gente que ha pasado por ahí, ¡es una renuncia!”.

<sup>60</sup> “...entre los analistas no funciona el intercambio y que cuando conversan entre si, incluso aquellos que deberían producir un saber completamente determinado sobre el final de analisis, sea ante todo sobre maniobras institucionales. Además, como señalé, no se comunica entre gente de la misma experiencia, porque todo se entiende bien. La comunicación, en cambio, es el malentendido. Cuando nos entendemos demasiado bien juntos, no se produce saber”.

### 3.1.2. A transferência de trabalho

Com o não-analista, Lacan introduz uma diferença entre a habilitação do analista e o pertencimento à Escola. Ele rechaça a possibilidade de que os analistas possam fazer de seu estatuto um fator de identificação ao grupo. Mas, reintroduzir no grupo analítico a questão sobre o que é um analista implica em não privilegiar a organização hierárquica sobre a qual toda instituição se sustenta. Mas, se não se estrutura uma instituição pela hierarquia, como governá-la? Lacan (1967/1997) afirma: “qualquer sociedade organizada assim seria ingovernável. No entanto, não se trata para mim de governar” (p. 6).

Se Lacan não propõe uma Escola de analistas, então, o que determina que alguém possa fazer parte? Em seu “Ato de fundação”, ele se refere ao objetivo da Escola, designando-a como “o organismo em que deve realizar-se um trabalho” (1965/2003, p. 235). Ele convoca a todos que se introduzam na Escola não como analistas, mas por um objetivo de trabalho, oferecendo-lhes, assim, a identificação com o trabalhador.

Não se trata de se apresentar a partir dos títulos adquiridos, do trabalho já feito, mas de comprometer-se com um trabalho por fazer na relação com a psicanálise. A Escola não se define pelo status hierárquico que fortalece a posição do analista, mas pela forma como o trabalho deste pode contribuir para a delimitação de seu campo.

A Escola se fundamenta, então, na distinção entre a hierarquia e o trabalho. Por um lado, a sociedade psicanalítica implica que todos consolidem uma assistência mútua em favor da preservação da tradição do pai morto da psicanálise. A Escola, ao contrário, se estrutura em um funcionamento em que não há passado no qual sustentar sua autoridade, há apenas a aposta lançada ao futuro por um trabalho que se transfira de um a outro. Lacan (1965/2003) constata: “O ensino da psicanálise só pode transmitir-se de um sujeito para outro pelas vias de uma transferência de trabalho” (p. 242).

Apesar de Lacan ter feito menção ao termo transferência de trabalho somente nesta frase, segundo Miller (2000), ela constitui “a razão do que guiou a Lacan na fundação da Escola”<sup>61</sup> (p. 160). Demonstrando a função da transferência de trabalho, Lacan (1965/2003) diz: “os únicos impasses a serem destacados de minha posição em tal Escola, ou seja, aqueles que a própria indução a que visa meu ensino engendraria em seu trabalho” (p. 237).

---

<sup>61</sup> “la razón de lo que guió a Lacan en la fundación de la Escuela”.

Lacan equivale sua posição em seu ensino a seu lugar na Escola, dando a ambos a mesma finalidade de indução ao trabalho. Miller (2000) explica que induzir quer dizer “conduzir para dentro”<sup>62</sup> (p. 182). A transferência de trabalho, neste sentido, exerce a função de induzir a todos para dentro da Escola. Contudo, Lacan indica que o trabalho indutivo se cumpre ao produzir impasses, ou seja, para dar lugar ao trabalho de outros é preciso que reste algo por fazer no trabalho de quem se propôs a servir de exemplo.

Lacan deixa claro que o que contrapõe sua Escola às sociedades psicanalíticas é o fato de que o trabalho não se transfere entre um e todos, mas entre um e outro, e mais outro, apontando para a lógica da experiência analítica. Se em “A direção do tratamento...” Lacan orienta a política da psicanálise a partir do trabalho de transferência<sup>63</sup>, no “Ato de fundação” estabelece a Escola sobre a tese da transferência de trabalho.

Mas o que está implicado nisto? Na estrutura da experiência analítica, o analista não trabalha, mas tem por função colocar o analisante na via de sua tarefa, a partir da qual o analista realiza seu ato. Se a porta de entrada do analista na Escola é a transferência de trabalho, isso implica que ele é abordado na política da Escola não a partir de sua posição de analista, mas como analisante. Lacan (1973/2003) nos aponta:

no acesso ao lugar de onde se profere o que enuncio, a condição tida desde a origem como primordial é ser o analisado, isto é, aquilo que resulta do analisante. Mas é preciso, para que eu me mantenha no cerne daquilo que me autoriza, sempre recomeçar esse processo. (p. 495)

O analista, quer tenha um título ou não, nunca está livre do dever de testemunhar sua relação com a questão “o que é um analista?”. Lacan refuta a enfatuação do analista habilitado pela hierarquia, o que levaria este a acreditar ter concluído a tarefa que seu inconsciente lhe impõe. Por isso, concluir uma análise implica que o analista possa recomeçar seu trabalho como analisante para além do encontro com seu analista, já que o inconsciente não se esgota.

Passar do trabalho de transferência a transferência de trabalho implica em transpor o amor ao saber, sobre o qual a primeira se funda, para o desejo de saber, que sustenta a segunda. Uma instituição que se funda no amor ao saber, na adoração à tradição, se alicerça no desconhecimento sobre o qual emerge o saber suposto. Uma instituição que se sustenta no desejo de saber induz um trabalho de transmissão sob a égide de um saber exposto. O amor faz supor o que se desconhece, enquanto o desejo faz expor o que se produziu na relação com o inconsciente, em detrimento da ignorância que impera na ortodoxia.

---

<sup>62</sup> “conducir adentro”.

<sup>63</sup> Cf. p. 56 da presente pesquisa.

A Escola de Lacan é uma comunidade de transmissão, em contraponto ao que seria uma instituição hierárquica. É por isso que Lacan (1965/2003) conclui seu “Ato de fundação” convocando aos analistas: “Não preciso de uma lista numerosa, mas de trabalhadores decididos, como sou desde já” (p. 239). Para se identificar com o lugar do trabalhador, é preciso que se esteja decidido a trabalhar. A decisão remete à função do desejo.

Assim, Lacan não se pauta em uma vontade de expansão visando angariar novos adeptos, mas prioriza o desejo dos que se propõem a estar na Escola. Seguindo este rumo, ele constata os efeitos da transferência de trabalho no movimento psicanalítico:

a rede de que se trata é para mim de outra trama, por representar a expansão do ato psicanalítico. Meu discurso, por haver retido sujeitos que não são preparados para isso pela experiência da qual ele se autoriza, prova que agüenta a tarefa de induzir esses sujeitos ao se constituir por suas exigências lógicas. O que sugere que aqueles que a dita experiência, têm-na, nada perderiam em se formar nestas exigências (1970a/2003, pp. 273-274)

Enquanto o não-analista exerce a função de abrir a Escola para os que se interessarem pela questão “o que é um analista?”, a transferência de trabalho cumpre o papel de induzi-los a entrar a partir de seu desejo de transmitir o que circunscreveram para responder a essa pergunta. Não basta abrir a porta, é preciso conduzir para dentro. E, enquanto se está ali dentro, ninguém fica livre desta questão.

### *3.1.3. Autorizar-se de si mesmo*

As premissas do não-analista e da transferência de trabalho serviram a Lacan para povoar sua Escola, propondo que todos entrariam ali em patamar de igualdade, sem hierarquia. Contudo, depois de povoada a Escola, seus membros retornaram para Lacan a pergunta que ele havia reaberto: “Afinal, na Escola, o que é um analista?”. O questionamento sobre o que autoriza o analista faz Lacan apontar para o que os diferencia, o que os retira do estatuto de igualdade inicial: o ato psicanalítico.

É a isso que Lacan (1968a/2003) responde com sua “Proposição...”. A demanda de garantia para a formação do analista o força a declarar suas premissas. Por esse motivo, ele inicia anunciando: “Vamos tratar de estruturas asseguradas na psicanálise e de garantir sua efetivação no psicanalista” (p. 248). O que interessa a ele é introduzir o princípio para a habilitação do psicanalista da Escola formalizando sua lógica em consonância com a estrutura da experiência psicanalítica.

Ele, então, anuncia este princípio em uma frase: “o psicanalista só se autoriza de si mesmo” (p. 248). Lacan não prevê nenhum programa doutrinário para a formação do analista. Não há nada da ordem de um aprendizado, não há didática, nem mesmo uma instância superior para apaziguar a distância entre o analista e o ato que o habilita. Exclui-se, assim, a possibilidade de que o analista exista a partir do reconhecimento dos pares, como Lacan (1982a/2003) aponta: “o fato de as chances serem grandes para cada um deixa-as insuficientes para todos” (p. 312).

Com relação ao ato do analista, resta a ele formular: “A Escola pode ser testemunha de que o psicanalista, nessa iniciativa, traz uma garantia suficiente de formação” (1967/2003, p. 570). O ato do psicanalista implica uma transposição que não depende da validação da Escola, e se enuncia sem que nada possa se opor a ele. Ele pode gerar a invenção de um saber que não pressupõe a existência de uma resposta dada para a questão “o que é um analista?”.

Miller (1999) enfatiza: “Não se pode ser analista por haver recebido o título, porque de certa maneira não há ninguém para dá-lo”<sup>64</sup> (p. 48). Lacan passa de uma habilitação de fato do analista reconhecido pelo exercício da profissão, para uma habilitação de direito de um analista que traz em seu ato a estrutura de sua autorização. Quando se reconhece o ato de um analista, a cada vez que ele acontece, está ali implicada uma autorização de si mesmo.

Contudo, Lacan (1968a/2003) observa: “Isso não impede que a Escola garanta que um analista depende de sua formação” (p. 248). Ele não questiona o formalismo institucional da IPA para abrir a Escola a um “tudo está permitido”. E alerta:

Aquilo de que ele tem de cuidar é que, a autorizar-se por si mesmo, haja apenas o analista. Pois minha tese, inaugural ao romper com a prática mediante a qual pretensas Sociedades fazem da psicanálise uma agregação, nem por isso implica que qualquer um seja analista. Pois, no que ela enuncia que é do analista que se trata, supõe que ele exista. Autorizar-se não é auto-ri(tuali)zar-se. (1982a/2003, p. 312)

Com o “autorizar-se de si mesmo” Lacan revela o segredo guardado pela tradição psicanalítica. Por isso, esse princípio só tem sentido dentro da Escola. Lacan esclarece que ninguém é obrigado a demandar uma garantia de sua formação à Escola, e esta também pode dá-la sem que lhe seja demandada. Entretanto, quando o analista consente em demandar tal garantia à Escola, supõe-se que ele deposita ali a sua relação com a causa analítica.

Direcionar-se à Escola a partir do que se produziu em sua própria análise implica, conforme Lacan (1965/2003, p. 248) apontou, estar disposto a assumir a responsabilidade por um trabalho decidido a ser produzido neste campo, ou seja, assumir uma posição analítica em relação ao avanço da experiência da Escola.

---

<sup>64</sup> “No se puede ser analista por haber recibido el título, porque en cierta manera no hay nadie ya para dárselo”.



## 3.2. O PASSE

### 3.2.1. *Um acontecimento clínico*

Em sua “Proposição...”, Lacan apresentou o passe como um dispositivo de testemunho que visa à formalização de um fim lógico para a experiência da análise. Para efetuar essa formalização, o procedimento do passe segue os critérios e formas prescritas pela Escola. Trata-se da constituição de um cartel em que o analisante se coloca na posição de passante para formalizar o resultado de sua análise perante os que se designam como passadores, os quais têm a função de transmitir o testemunho do passante a um júri de aprovação da Escola incumbido de avaliar a validade deste término de análise.

Contudo, Lacan não introduziu o passe em sua Escola para fazer dele uma ordem cerimonial. O passe é um “acontecimento clínico”<sup>65</sup> (Miller, 1999, p. 62). Ele implica uma resposta de Lacan ao problema explicitado no texto de Freud “Análise terminável e interminável”. Se Freud respondeu ao impasse do fim da análise com a constatação do caráter interminável da experiência psicanalítica, Lacan, ao contrário, com o passe, afirma que há final de análise. O passe se sustenta na ideia de que o fim da análise não se dá com sua suspensão ou interrupção, mas com o término de um processo.

O passe estrutura a Escola sobre as bases de uma clínica do analisado. Se o fim de análise para os ipeístas é a conclusão honrosa de um aprendizado, para Lacan se baseia em uma transformação da relação com o inconsciente. O passe seria um mecanismo que julga o término da análise pelas suas consequências sobre o inconsciente do analisado.

Seguindo as repercussões da doutrina do passe, Lacan recoloca a posição do analista, desde Freud enclausurada na douda ignorância. Miller (2000) conclui que “a douda ignorância, para Lacan é também o dejetto do modelo freudiano da psicanálise”<sup>66</sup> (p. 415). Reduzir a posição do analista ao saber que nada sabe é destiná-lo ao impasse da análise interminável, uma análise que se limita à constatação da insuficiência do saber elaborado.

Para transpor esse impasse, Lacan “opõe de maneira estrita, quanto ao saber em função na formação analítica, o que é da ordem do depósito e o que é da ordem da mola” (Miller, 2003, p. 33). Não se trata de acumular saber, mas de visar um saber que circunscreve a estrutura do

---

<sup>65</sup> “acontecimiento clínico”.

<sup>66</sup> “la docta ignorancia, para Lacan es también el desecho del modelo freudiano del psicoanálisis”.

inconsciente em uma análise. Isso é o que o passe pretende: testemunhar o modo como se circunscreve a relação com o horror ao saber inerente à estrutura do inconsciente. Lacan (1970a/2003) afirma: “se oferece a quem quiser a possibilidade de dar um testemunho, ao preço de deixar a seus cuidados esclarecê-lo depois” (p. 282).

A resposta de Lacan é formulada em termos de desejo de saber. Ou seja, o que faz com que alguém possa se propor a testemunhar o fim de sua análise é o desejo de saber como mola do inconsciente, a via pela qual o analisado pode ser induzido à transferência de trabalho. Lacan não propõe que o analisado seja um desenganado para quem a transferência não se aplica mais. Ele afirma, com o passe, que se trata de alguém que se recoloca na via da transferência pelo trabalho e não pelo amor ao saber.

Ele faz da exposição de saber a consequência de sua desuposição. Deixar de supor que existe um saber escondido onde ele não existe não implica que o saber perde sua função, mas que alcança a possibilidade de sua exposição. O passe implica, então, uma passagem ao testemunho, uma formalização do que se passou na experiência da análise, do que se adquiriu.

Miller (2000, pp. 188-189) extrai da clínica do analisado três momentos distintos, que se dispõem um como consequência lógica do outro. Primeiro, a identificação ao saber que se supõe, o que resulta em uma indução para a análise. Depois, o que ele chamou exdução, a desuposição do saber que conduz alguém para fora da análise. E por fim a indução que conduz para dentro da Escola pela via do passe.

No cerne do fim de análise não está a liquidação da transferência, mas sim a transferência de trabalho. O fato de que o analisado deve dar provas de que levou uma análise a termo implica que o “para todos” da Escola possa ter sentido para cada um.

Com isso, se Freud sugeria que o analista devesse se reintroduzir na via transferencial periodicamente<sup>67</sup>, Lacan propõe que o analista reconduza a transferência em direção à Escola, na relação com a causa analítica. É aí que se coloca a problemática do passe.

### 3.2.2. *Uma aposta institucional*

Se a “Proposição...” apresenta o passe como um acontecimento clínico, ela não reverbera seu impacto institucional, que lhe é posterior. Lacan traz sua réplica aos efeitos da doutrina do

---

<sup>67</sup> Cf. p. 33 da presente pesquisa.

passa na Escola em seu texto “Discurso na Escola Freudiana de Paris”, no qual explicita o passe como uma “aposta institucional”<sup>68</sup> (Miller, 1999, p. 62).

Após apresentar o passe como uma virada decisiva para a clínica, Lacan aponta que ninguém o contesta, por não entenderem seu fundamento. O impacto do passe, na verdade, se deu no contexto institucional, devido ao deslocamento de poder que produz.

Se, por um lado, Lacan (1967/2003, p. 572) considerou seu texto “Situação da psicanálise...” como um prefácio à sua “Proposição...”, por outro lado, Miller (1999) afirma: “é preciso considerar a ‘Proposição de 1967’ e o ‘Discurso à EFP’ como o avesso e o direito, em particular porque testemunham do mal recebimento da ‘Proposição de 1967’”<sup>69</sup> (p. 62).

O debate político iniciado pela proposta do passe culmina no “Discurso na Escola Freudiana de Paris”, que Miller diz ser “uma reatualização desta sátira de 1956, desta vez no marco da instituição da qual Lacan é responsável”<sup>70</sup> (p. 63). Mesmo que, no escrito à EFP, Lacan desacredite dos efeitos de uma sátira, ele a reintroduz quando se depara com o fenômeno ortodoxo no interior da instituição que fundou.

Ele reencontra algo que já estava colocado em seu “Ato de fundação”, quando, sobre o movimento de reconquista que objetivava com sua Escola, ele afirma: “nela estão habilitados de pleno direito aqueles que eu mesmo formei” (1965/2003, p. 235). Para os primeiros analistas habilitados pela Escola, bastava seguir a Lacan para que lhes fosse outorgado o título. Aliás, até a proposição do passe, todos os analistas habilitados da Escola foram nomeados por ele, pautados no interesse de cada um em seu ensino.

Contudo, ao se confrontarem com a proposta do passe, esses mesmos analistas se insurgiram contra Lacan. É por isso que, ao imputar o passe à sua Escola, Lacan (1970a/2003) afirma: “houve quem sentisse atacado o prestígio do galão. Isso permite avaliar o poder da fantasia de onde surgiram... os primeiros saltos que lançaram a instituição internacional, antes que ela se transformasse em sua consolidação” (p. 271).

O passe se torna, para Lacan, um instrumento indispensável no combate contra a ortodoxia psicanalítica. Ele faz da insurreição de seus alunos a prova bem fundada de que ele havia modificado o estatuto do analista. Aqueles que aspiravam ter nas mãos o segredo sobre o que é um analista, quanto mais se revoltavam, mais deixavam clara a posição em questão.

---

<sup>68</sup> “apuesta institucional”.

<sup>69</sup> “hay que considerar “La Proposición de 1967” y el “Discurso a la EFP” como el reverso y el derecho, en particular porque testimonia del mal recibimiento de ‘La Proposición de 1967’”.

<sup>70</sup> “una reactualización de esta sátira de 1956, esta vez en el marco mismo de la institución de la que Lacan es responsable”.

Neste sentido, o passe exige que aqueles que tentam preservar dentro da Escola um modelo institucional ortodoxo desencantem a posição enfatuada do analista.

Entretanto, na “Proposição...”, ao introduzir o passe fundamentado no princípio “o analista só se autoriza de si mesmo”, Lacan (1968a/2003) observa: “Esse princípio está inscrito nos textos originais da Escola e decide sua posição” (p. 248). Apesar de não definir o que habilita o analista da Escola no “Ato de fundação”, Lacan aponta que o seu fundamento já estava contido na origem da Escola.

Enunciar sua fundação como um ato solitário já implica uma auto-autorização. Além disso, o princípio de “autorizar-se de si mesmo” já está supostamente implicado na eliminação da lista de didatas, o que Lacan (1965/2003) afirma nestes termos:

essencial é que o analisante seja livre para escolher seu analista.... Aqueles que empreendem uma psicanálise didática o fazem por sua iniciativa e por sua escolha.... implica, inclusive, que eles podem estar em condições de autorizar seu psicanalista como didata. (pp. 239-240)

Eliminar a lista de didatas implica que qualquer um pode se apresentar como analista. Porém, se Lacan abole a lista de didatas na fundação da Escola, ali, ele não abre mão de que a instituição esteja colocada desde o início, definindo o analista a partir de sua prática. Neste sentido, ele afirma: “uma supervisão qualificada será assegurada, nesse contexto, ao praticante em formação em nossa Escola” (p. 236).

A supervisão surge como o dispositivo da Escola para o controle do ato analítico no exercício da profissão. No momento da fundação, a supervisão era o único dispositivo da Escola que colocava em pauta o controle da Escola sobre o estatuto do analista.

Com o passe, Lacan faz prevalecer uma concepção do analista em que a interferência da Escola não visa o controle da prática, mas é introduzida só ao final da experiência analítica, a partir do momento em que o analisado insere sua análise no contexto da instituição.

Ao decretar a falência do didatismo, Lacan torna inevitável “o fim da distinção das duas classes de analistas (terapeutas e didatas), o fim da distinção de duas demandas” <sup>71</sup> (Miller, 2000, p. 210). A inoperância da didática faz com que não haja impedimento para que qualquer um possa se declarar analista no âmbito da Escola.

Desse modo, o que se esclarece é que o princípio “autorizar-se de si mesmo” é um efeito da reformulação da lógica institucional. Essa modificação, apesar de se iniciar na fundação da Escola, só foi circunscrita por Lacan em seu “Discurso na Escola Freudiana de Paris”, com o

---

<sup>71</sup> “el fin de la distinción de las dos clases de analistas (terapeutas y didactas), el fin de la distinción de dos demandas”.

nome de não-analista. O não-analista foi o princípio formalizado por Lacan para sua Escola a partir da extinção da didática.

A partir do momento em que a didática se ausenta, Lacan explicitou a formação do analista como a questão central da instituição psicanalítica. E, na medida em que essa era a resposta que se esperava dele, o mesmo interroga:

a tarefa é a psicanálise. O ato é aquilo mediante o qual o psicanalista se compromete a responder por ela. Sabemos que se admite que o trabalho de uma psicanálise o prepara para isso, razão por que ela é qualificada de didática. Como se haveria de passar de uma para a outra, se o término de uma não se ligasse ao apuramento de um desejo que leva à outra? (1968b/2003, p. 346)

Lacan se empenha em formular uma concepção do resultado de uma análise que permitisse o controle de seu fim. Por um lado, Freud afirma que para se tornar analista é preciso começar pela própria análise<sup>72</sup>, o que não leva a um conceito de seu término. Por outro lado, a afirmação de Lacan (1968a/2003) é mais contundente: “O término da psicanálise superfluamente chamada de didática é, com efeito, a passagem do psicanalisante a psicanalista” (p. 257). O passe visa um analista que não se define pelo desejo de Freud ou pela ortodoxia que ele inaugura, mas que ultrapassa o pai da psicanálise.

Mas se não há didática e nenhum critério prévio para a habilitação do analista, o que define sua formação? Lacan (1970b/2003) constata: “A teoria da formação, como escrevemos, está ausente” (p. 299). Ele responde a esta ausência com sua proposição “o analista só se autoriza de si mesmo”. Sem didática, Lacan diz o que resta: “fundamentar-se, já o disse Lacan, no espírito da psicanálise” (p. 300). Em um contexto onde ele era o único defensor da doutrina do passe, a saída era citar a si mesmo.

A aniquilação da didática no seio do grupo analítico permite, como consequência, o passe como formalização da passagem de analisante a analista. Com isso, Lacan subtrai da definição sobre o que é um analista a verificação de sua prática, sua formação teórica, sua supervisão e seu posto hierárquico na instituição.

Não se trata de negligenciar tais aspectos, mas deixar claro que eles não definem o que é um analista. A formação do analista se define não pelo acúmulo de saber na experiência, mas pelo que não se ensina. Por isso, Lacan (1973) diz: “jamais falei de formação analítica, falei de formações do inconsciente. Não há formação analítica. Da análise se extrai uma experiência, em relação a qual é inteiramente equivocado que se a qualifique de didática”.

A relação do analista com o saber se define não por um programa de formação da Escola, mas pelo que ele apreende do seu inconsciente, a mola de sua formação. Lacan (1957/1998, p.

---

<sup>72</sup> Cf. p. 32 da presente pesquisa.

460) já havia se introduzido nesta trilha há alguns anos, quando afirmava que a única via da formação do analista que pode ser transmitida é o estilo. Está implicado nisto uma convocação para que os analistas o ultrapassem e reinventem o campo psicanalítico.

Lacan ataca o cerne da ortodoxia, desvinculando a psicanálise de qualquer pretensão pedagógica e levando ao extremo a ideia de que só há psicanálise a partir de um analista. Se ele supunha que a prática leva o analista a desconhecer o que fundamenta seu ato, definir o analista estritamente pelo que se produz em sua análise faz prevalecer o ato do analista como consequência da relação com o inconsciente, em detrimento de qualquer formação prescrita.

Miller (2000) afirma que “há aqui a definição que deveria figurar nos dicionários: ‘um psicanalista é o que resulta de uma análise’”<sup>73</sup> (p. 269). Definir o psicanalista da Escola como aquele que não é produzido pela prática, mas pelo resultado de sua análise, implica que nenhuma prerrogativa institucional o impede de se autorizar a praticar a psicanálise. O estatuto do analista se põe à prova a partir de sua posição de analisante.

A Escola não se define pelo controle da prática do analista, mas se incumbe de recolocá-lo na posição de analisante para que ele possa assumir um trabalho de transmissão a partir do resultado que levou sua análise a termo. Lacan corrobora a ideia de Freud de que o lugar de analisante é interminável, mesmo com a formalização do final de análise. Se o trabalho do analisante desaparece, o ato que constitui um analista não tem como advir.

Segundo Miller (2000, pp. 211-212), o analisante é abordado sob duas perspectivas diferentes: uma voltada para o passado e outra para o futuro. Primeiro, trata-se do acontecimento clínico que marca o lugar do analisado, que se volta para o passado com a incumbência de transmitir o que se passou em sua experiência como analisante em sua análise. Segundo trata-se da aposta institucional que marca um novo lugar do analisante após o fim da análise, que se volta para o futuro, para um trabalho a ser realizado no âmbito da Escola, na relação com a causa analítica.

O passe se configura como o dispositivo que articula os três pilares da Escola: o não-analista, a transferência de trabalho e a proposição “o analista só se autoriza de si mesmo”. Uma instituição psicanalítica que se funda sobre a impossibilidade de afirmar previamente o que é um analista define-se por sua ingovernabilidade. Isso faz da Escola uma instituição daqueles que não têm instituição, uma comunidade de restos produzidos pela experiência da análise. Um grupo fundado sobre o mal-estar de sua inconsistência institucional.

---

<sup>73</sup> “he aquí la definición que debería figurar en los diccionarios: ‘un psicoanalista es lo que resulta de un análisis’”.

Mas como relacionar um analista que se autoriza de si mesmo com o funcionamento de uma comunidade de trabalho? É com esta questão que Lacan teve que se haver ao introduzir sua “Proposição...” na Escola. A formulação do “autorizar-se de si mesmo” foi posta a prova de sua aplicação no grupo analítico, o que fez com que se alegasse “moderações a este princípio: *O psicanalista só se autoriza a partir dele mesmo, e de alguns outros*”<sup>74</sup> (Miller, 1999, p. 47).

Reafirma-se o que Lacan (1965/2003) já havia previsto ao traçar o objetivo de sua Escola: “toda e qualquer iniciativa pessoal recolocará seu autor nas condições de crítica e de controle nas quais todo trabalho a ser empreendido será submetido à Escola” (p. 235). A Escola se estabelece sob um trabalho de crítica do fundamento da experiência analítica, e autorizar-se de si mesmo só tem sentido quando submetido ao controle da Escola.

O passe instala a Escola no interior da experiência analítica, já que convoca o analisante a depositar o resultado de sua análise no debate em torno do que é um analista. A experiência da análise passa não só a ter efeitos sobre a política institucional, como a estruturá-la a partir de uma concepção de fim de análise proposta por Lacan.

Miller (2000) observa: “No que pese ao *autorizar-se a si mesmo*, posso falar do *fazer-se autorizar*”<sup>75</sup> (p. 211). O analisante pede à Escola que avalie sua autorização a nomear-se analista, o que enuncia uma decisão por se comprometer com o trabalho da Escola, esperando que esta assuma o trabalho que ele dedique à causa analítica. A confiança depositada na Escola se comprova pelo fato de que se o analisante pode escolher livremente seu analista, ele não pode, entretanto, escolher os passadores a quem irá transmitir seu testemunho, decisão esta que fica a cargo da Escola. Quanto aos passadores, Lacan (1973) indica:

o importante é que aquele que o escuta [que escuta o passante] não esteja aí com o rei na barriga. É em função disto que eu tinha solicitado expressamente que os passadores não fossem escolhidos senão entre os novatos... O que esperamos deles é um testemunho, uma transmissão, a transmissão de uma experiência na medida em que justamente ela não é endereçada a um velho de guerra, a um primogênito.

Para dissolver a lógica do reconhecimento dos pares, Lacan estabelece uma disparidade, sugerindo que o testemunho do passante fosse entregue não aos analistas habilitados, mas aos que estivessem ainda em vias de concluir sua análise. Neste sentido, Miller (2000, pp. 244-245) indica uma distinção de duas modalidades temporais de acordo com as duas funções em

<sup>74</sup> “moderaciones a este principio: *El psicoanalista sólo se autoriza a partir de él mismo, y de algunos otros*”.

<sup>75</sup> “Pese al *autorizarse a si mismo*, pudo hablar del *hacerse autorizar*”.

jogo no cartel do passe: o passador, envolvido com a questão do momento de concluir<sup>76</sup> sua própria análise, e o passante, investido em testemunhar o instante de ver o final de sua experiência analítica.

Miller (2000) afirma que “os analisantes defendem justamente a quem consideram mais adiantado que eles, ao contrário dos jurados de cima, condenados a selecionar a alguém que não os merece”<sup>77</sup> (p. 275). Não se trata de ser promovido na hierarquia, mas de validar um lugar na instituição a partir de sua dessemelhança. Lacan leva à radicalidade seu princípio do não-analista, determinando uma distinção clara entre o poder do grupo e o que diz respeito ao saber formulado na experiência analítica.

### 3.2.3. A habilitação do psicanalista

A Escola de Lacan reintroduz a questão “o que é um analista?” no contexto institucional da psicanálise, cenário marcado anteriormente por uma imagem enfatuada da pessoa do analista sustentada pelo prestígio social no grupo. No funcionamento precedente, a didática se configura como objeto de manobras institucionais que validam a formação do analista a partir de um saber pré-determinado.

Ao eliminar a figura do didata, Lacan retira o analista do refúgio do poder e permite constatar que, na Escola, “O analista” não existe. Ele interroga: “Que podemos dizer de *todo* psicanalista, a não ser para evidenciar que ele, ao mesmo tempo, é nenhum?” (1969/2003, p. 374).

A definição do analista se coloca como um problema, na medida em que não há como compor a sua classe. Estabelecer um analista como produto de uma análise implica que ele não garante seu estatuto a partir de um título institucional, mas que se constitui pela lógica na qual o ato analítico articula o início ao final de uma análise.

O ato do analista não o autoriza a partir da atribuição de um predicado, mas pela disparidade que esse acontecimento introduz. Miller (2009b) acrescenta que “tudo o que é resiste também a todo empuxo a vir a ser” (p. 18). Com o ato analítico, Lacan recoloca o ser

---

<sup>76</sup> Miller faz referência às três modalidades nas quais Lacan decompõe a sua elaboração sobre o tempo lógico: instante de ver, tempo de compreender e momento de concluir. Ver Lacan, J. (1998). O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada (1945). In: *Escritos* (pp. 197-213). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

<sup>77</sup> “los analizantes defienden justamente a quien consideran más adelantados que ellos, a diferencia de los jurados de arriba, condenados a seleccionar a alguien que no los merece”.



do analista em outros termos. Não se trata de abordá-lo pela falta-a-ser, pela incompletude do saber. O analista não se define pelo seu “ser psicanalista”, mas pelo que Lacan (1970a/2003, p. 279) designa como “des-ser”, a destituição subjetiva resultante de seu ato.

A sobreposição da hierarquia institucional por Lacan introduz uma distinção entre poder e saber. O poder associativo dos analistas implica um sistema igualitário, um estabelecimento de paridades, enquanto o saber extraído da experiência de análise implica uma dessemelhança, a partir da qual Lacan propõe a diferenciação de títulos.

Segundo Miller (2000, p. 224), quando o poder sobrepõe o saber, quanto mais não se sabe o que é um analista, mais a instituição tenta defini-lo por um título ou por um cargo administrativo. Entretanto, quando a organização psicanalítica pretende o controle autoritário dos títulos, Miller aponta que a alegação de que “*queremos autorizar* sempre significa ‘queremos proibir’”<sup>78</sup> (p. 238).

Lacan (1967/1997, p. 7) define a hierarquia institucional como antinômica à psicanálise. Ao passo que o saber da experiência analítica prevalece sobre a ordem administrativa do poder, ele estabelece uma distinção entre a hierarquia e o *gradus*. Contudo, Lacan não suprime a referência à hierarquia de sua Escola. Ele observa que “não se trata de contestá-la, mas de retirá-la da ficção” (1968a/2003, p. 264). Trata-se de extrair o poder do modelo ortodoxo para recolocá-lo na via do princípio da transferência de trabalho, onde o que está em jogo é como o trabalho de cada um pode fazer avançar o trabalho da Escola.

A habilitação do analista não se dá pela reputação do trabalho já feito, mas pelo compromisso com um trabalho por fazer. Lacan (1965/2003) destitui a nobreza atrelada ao título, constatando: “É a Escola que repõe em questão os princípios de uma habilitação patente e do consentimento daqueles que notoriamente a receberam” (p. 244).

O impacto institucional do passe consistiu em deslocar o principal título outorgado pela Escola para o final de análise: o Analista da Escola (AE). A habilitação do AE se institui sem nenhuma necessidade de que a Escola reconheça seu status hierárquico. A autoridade da Escola se estabelece quando propõe um título que não visa avaliar a capacidade do analista, mas o requisita a partir da lógica da análise.

A proposição de que “o analista só se autoriza de si mesmo” sempre foi uma constatação de fato no meio analítico, o que ocasionou que muitos, a contragosto da organização ipeísta, se lançassem na prática da psicanálise apesar de não possuírem autenticação da instituição. Isso fez com que Freud respondesse à questão “o que é um analista?” com a ortodoxia.

---

<sup>78</sup> “*queremos autorizar* siempre significa ‘queremos proibir’”.

Contudo, a resposta de Lacan, com o título de AE, consiste em tornar “de direito esta constatação de fato”<sup>79</sup> (Miller, 2000, p. 50).

A Escola garante o direito de que qualquer um de seus membros possa se declarar analista sem que ela coloque nenhum impedimento, mas também não se comprometa em garanti-lo. Esse é o pressuposto a partir do qual Lacan estabelece a inscrição do analista na Escola sob o título de Analista Praticante (AP). Miller (2000) esclarece: “Ao escrever AP não se escreve que ele é analista, e sim que ele afirma ser analista”<sup>80</sup> (p. 222).

Isso marca uma distinção entre reconhecimento e garantia, na medida em que explicita que a auto-autorização do analista não pressupõe necessariamente a autorização da Escola, mas simplesmente que a segunda recebe o primeiro sob a insígnia do trabalhador decidido.

Apesar de nomear o AP sem garantia de sua habilitação, Lacan (1968a/2003) afirma: “Isso não impede que a Escola garanta que um analista depende de sua formação. Ela pode fazê-lo, por sua própria iniciativa. E o analista pode querer essa garantia” (p. 248). Com isso, ele distinguiu duas modalidades de garantia que podem ser praticadas no interior da Escola.

A primeira, o AE, é o resultado do passe e só pode ser outorgada pela Escola se lhe for demandada. Esse é o pressuposto do princípio de “autorizar-se de si mesmo”, o que implica o risco de que ninguém se disponha a ocupar esse lugar. Mas, ao contrário de definir o analista exclusivamente a partir de sua análise, Lacan (1982a/2003) se refere à habilitação do analista nos seguintes termos: “a análise é necessária para tanto, mas não é suficiente” (p. 312).

Neste sentido, ele explicita que o AE “recruta-se ali ao se submeter à chamada prova do passe, à qual, no entanto, nada o obriga, já que a Escola também delega a alguns que ao passe não se oferecem o título de analista membro da Escola, AME” (p. 311). O título de AME é dado ao analista reconhecido por sua prática, o que não depende de que seja demandado à Escola para que seja outorgado.

Com o estabelecimento dos títulos de AE e AME, Lacan ratifica o funcionamento da Escola a partir da distinção entre o ser e a função do analista, diferenciação proposta por ele antes mesmo de fundar a Escola. O título de AME é dado pelo reconhecimento do exercício da profissão de psicanalista, sancionando que, após um tempo de prática, o analista provou sua capacidade de funcionar como tal.

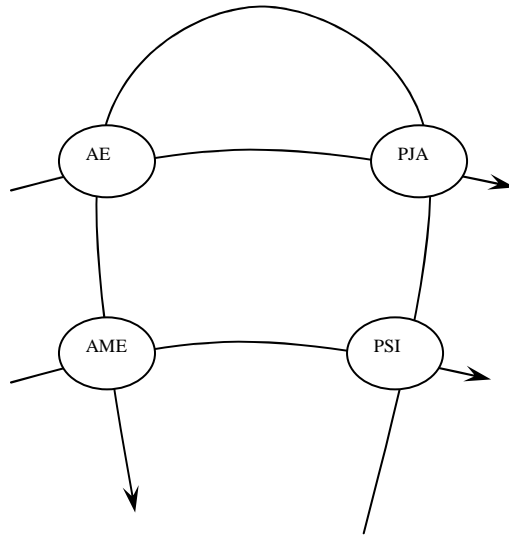
O AME remete o predicado analista ao fato de um trabalho já realizado. Contudo, Lacan observa: “essa função torna apenas provável a ex-sistência do analista” (p. 312). Enquanto o AME se sustenta no suposto analista, o AE coloca em jogo seu saber exposto. O exercício da

<sup>79</sup> “de derecho esta constatación de hecho”.

<sup>80</sup> “Al escribir AP no se escribe que él es analista, sino que él afirma ser analista”.

função do suposto analista é questionado a partir da exposição da pergunta “o que é um analista?”, na qual está implicado seu ser.

Para formalizar o fundamento da habilitação do analista na Escola, na “Proposição...”, Lacan (1967/2003, p. 585) utiliza a estrutura do seu grafo do desejo<sup>81</sup>, substituindo seus termos pelas instâncias que operam na produção dos títulos, ou seja, além do AE e o AME, os psicanalistas em geral (PSI) e os psicanalistas do júri de aprovação do passe (PJA).



Se o AE se produz a partir do testemunho avaliado pelo júri de aprovação no dispositivo do passe, Lacan propõe que o AME será nomeado pelo júri de aprovação a partir de uma prática que coloca seus psicanalistas na via de serem habilitados como AE (p. 585). Com isso, Lacan estabelece uma distinção temporal no *gradus*, entre o AE e o AME. Miller (2008) observa: “O primeiro se considera analista no *a posteriori* de sua própria análise. O segundo, no *a posteriori* de sua prática” (p. 37).

Ao definir o analista da Escola como o analisado, Lacan localiza o “ser analista” mais além do “poder analisar”. Ao contrário, a definição do analista da IPA se assenta sobre o poder do praticante, avaliando sua capacidade de ser analista pelo acúmulo da experiência.

Contudo, o passe não garante que o passante passará à prática. Isso implica uma distinção entre dois dispositivos: se ao analisado responde o passe, ao praticante responde a supervisão. Para elucidar a relação do analista com sua prática, Miller (2000, pp. 242-244) aponta outra distinção temporal: por um lado, o AME como aquele que é capturado no *a posteriori* do momento de concluir um período de seu exercício profissional e, por outro lado, o AE como

<sup>81</sup> O grafo do desejo é um esquema formalizado por Lacan em Lacan, J. (1998). *Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano* (1960). In: *Escritos* (pp. 807-842). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

um analista abordado a partir de sua antecipação em um instante de ver e, portanto, em uma relação *a priori* com uma prática que pode nem mesmo chegar a se efetivar.

Ou seja, ou se captura o analista ao fim do acúmulo de um longo período de prática ou no momento inaugural de seu ato como produto do final da análise, que o lança à possibilidade de decidir por uma prática que possa por à prova os efeitos de sua análise.

Entretanto, ao propor o passe na Escola, Lacan se confronta com a recusa de seus alunos, os quais pretendiam garantir seu status hierárquico na instituição aos moldes do modelo ortodoxo. Por isso, para tentar validar o passe e combater a entronização dos analistas no interior da Escola, Lacan radicaliza a crítica à prática como critério de recrutamento, prometendo privilégios ao AE no seio do grupo analítico.

Quando Lacan (1970a/2003) propõe o desafio de “entregar o controle da Escola a não-analistas” (p. 275), ele deixa claro que se trata de entregá-lo aos AEs: “É com essa precariedade [do não-analista] que espero que se sustente meu analista da Escola” (p. 276). Afinal, o não-analista não se define pelo exercício ou não da prática, mas pela necessidade de dar provas de seu estatuto. É a tentativa desesperada de Lacan de fazer valer o passe como mecanismo de controle, estruturando a Escola segundo a lógica da experiência analítica.

Neste contexto, Lacan (1967/1997) se refere à Escola afirmando que “sua responsabilidade essencial consiste em fazer avançar a análise e não em constituir um asilo de velhos para os veteranos” (p. 6). Para retirar a psicanálise da rotina estabelecida, ele introduz na Escola uma tensão entre as gerações, e questiona a propriedade sobre o seu discurso que os veteranos reivindicavam: “Menopausa, por que não? E por que nunca se viu a invenção de um jovem na psicanálise?” (1970a/2003, p. 276). Lacan tenta ratificar a Escola como experiência inaugural, enfatizando o convite para os AEs assumirem um trabalho de renovação, já que, no lugar da hierarquia, recolocam em debate a questão “o que é um analista?”.

Neste rumo, Miller (2000) diz: “a Lacan não interessa o momento em que sou analista por tê-lo sido, em que trarei centenas de provas, testemunhos, listas, e sim captar exatamente o momento da autorização, quando sou analista por autorizar-me a sê-lo”<sup>82</sup> (p. 244).

Ironizando os analistas que pretendiam se afirmar pelos anos de prática, Lacan (1973) afirma: “se não ocorre senão instruir a aprender a empurrar os botões que são necessários para que isto se abra no inconsciente, ora, permitam-me de lhes dizer, ele não aprendeu grande coisa”. Ele radicaliza tal afirmação, constatando: “O analista só se autoriza de si mesmo, isso

---

<sup>82</sup> “a Lacan no le interesa el momento em que soy analista por haberlo sido, en que traeré cientos de pruebas, testimonios, listas, sino captar exactamente el momento de la autorización, cuando soy analista por autorizarme a serlo”.

é óbvio. Pouco lhe importa uma garantia que minha Escola lhe dê, provavelmente sob a irônica sigla AME. Não é *com isso* que ele opera” (1982a/2003, p. 311).

A prática da psicanálise é o que pode acomodar o analista na rotina do procedimento técnico. O analista se habitua a um saber fazer ritualizado, o que o leva a esquecer do ato analítico, conforme Lacan (1970a/2003) indica: “pagam por seu status de analista com o esquecimento do ato que o funda” (p. 277).

Ao passo que o ofício analítico implica o desconhecimento da estrutura da experiência, Miller (1999) aponta a função do ato analítico: “É uma ato que aparece efetivamente como oposto à rotina da experiência”<sup>83</sup> (p. 70). Lacan responde ao acúmulo de experiência clínica com a formalização do ato analítico. Miller (2009b) afirma: “Ser clínico, deixemos isto para os psicólogos” (p. 21). Para introduzir o passe na Escola, Lacan combate a ideia de tomar o analista como o resultado de seu aprendizado na prática clínica. Ele constata:

Se ele não fez senão aprender a instruir como fazer para que outros além dele disto se dêem conta, é muito pouca coisa perto disto que lhe é desvelado em uma experiência analítica.... Esta dimensão é inteiramente outra que aquela do aprender. Seu primeiro movimento é o de não saber por qual ponta a apreender. (1973)

Estruturar a Escola em direção ao AE é definir o analista fora de sua prática, elemento primordial, entretanto, para localizar o analista na hierarquia institucional. Fora da referência à prática da psicanálise, o analista fica restrito ao resultado do seu trabalho de análise. Mas, nesta crítica de Lacan, o que diferenciaria o AME da Escola do didata da IPA?

Miller (2008) aponta o resultado que se colhe atualmente da posição que Lacan tomou frente a seus alunos: “Em muitas Escolas, o título de AME foi suspenso por não sabermos como fazê-lo entrar no panorama atual. Não sabemos avaliar a prática do analista de maneira positiva, a não ser através dos testemunhos apresentados no passe” (p. 38).

Contudo, apesar de estabelecer a Escola sob a égide do AE e confrontar a ênfase do status hierárquico, Lacan (1970a/2003) adverte que “não contestava nenhuma posição estabelecida” (p. 281). Neste rumo, ele interroga: “seria por isso preciso contestar as pessoas, isto é, as situações reconhecidas? Isso equivaleria a nos privarmos da experiência adquirida das situações, e é isso que a proposição preserva” (1970b/2003, p. 300).

Na instituição ortodoxa, após o fim da análise, o analisante ascende não ao lugar de passante, mas ao de candidato. O candidato é autorizado por seu analista a iniciar a prática analítica sob supervisão. O candidato não é alguém que se precipita no ato analítico, mas que está à espera de uma avaliação de sua prática, sob supervisão.

---

<sup>83</sup> “Es un acto que aparece efectivamente como opuesto a la rutina de la experiencia”.

Ao operar uma distinção entre ser e função, entre *gradus* e hierarquia, Lacan introduz também a diferenciação entre AE e AME. Todavia, Lacan “não promove candidatos, mas praticantes efetivos. Este título não se dá na saída da supervisão, mas a partir do saber que pode obter-se de uma prática efetiva”<sup>84</sup> (Miller, 2000, p. 398).

Eliminar da Escola a posição de candidato implica em situar o praticante a partir de outra referência que não a didática. A supervisão torna-se um dispositivo não para regular o aprendizado da rotina clínica, mas para validar a prática a partir da lógica do ato analítico.

Avaliar a prática a partir da estrutura do ato implica que o AME não está isento da lógica da experiência analítica. O título de AME não é o retorno a uma associação de profissionais, pois a posição do praticante não exclui a do analisante. O AME também está submetido ao princípio da transferência de trabalho.

O AE e o AME operam um sobre o outro para evitar a ascensão das idealizações. Por um lado, não basta funcionar como analista sem se questionar sobre o seu ser. Por outro, é insuficiente definir o estatuto do analista a partir de sua análise se isto não tiver utilidade para a prática da psicanálise. Além disso, se a Escola propõe a definição de seu analista pelo passe, é a existência do AME que possibilita que tal dispositivo não seja uma imposição. É o que Lacan (1967/1997) propõe para responder ao conflito entre as gerações:

O Analista da escola é, não o esqueçamos, aquele que contribui para o avanço da psicanálise. Por que não começar desde que se chega a ela? Há, em compensação, pessoas que, mais modestamente se contentarão de se porem à prova como analistas. Aí é a Escola que se intromete, e de maneira sempre positiva. Ela defere o título de A.M.E. (p. 7)

Lacan não descarta os antigos analistas, mas deixa claro que, com a existência do título de AME, não precisam se esforçar para se impor. Contudo, o que faz avançar a clínica é a formalização do ato analítico. Isso segue em consonância com o que Freud (1914/1996) já afirmava, apontando que a psicanálise precisava de “uma atitude jovem de liberação. Afinal de contas, não é a idade do autor que decide isso, mas o caráter da ação” (p. 67). Trata-se da condição de cada analista que, a partir do seu ato, contribui para rejuvenescer a psicanálise.

Lacan, com o dispositivo do passe, produz efeitos sobre três dimensões distintas, uma como desdobramento da outra. Primeiro, no âmbito clínico, estabelecendo que “há final de análise”. Segundo, no âmbito político, quando desfaz o controle hierárquico da instituição sobre o analista, definindo que “o resultado do final da análise é um analista”. E, finalmente, no âmbito epistêmico, quando fundamenta que a habilitação do analista se dá quando a Escola valida o ato do analista a partir do saber que ele extrai de sua experiência de análise.

---

<sup>84</sup> “no promueve candidatos sino practicantes efectivos. Este título no se da a la salida del control, sino a partir del saber que puede obtenerse de una práctica efectiva”.

### 3.3. O ANALISTA E A CAUSA ANALÍTICA

#### 3.3.1. *Psicanálise em extensão e psicanálise em intensão*

Após suprimir o binário didática e terapêutica, Lacan não fez mais nenhuma referência aos termos psicanálise pura e psicanálise aplicada. Com o fim da distinção entre tratamento e formação, como Lacan definiria a presença da psicanálise no mundo sem desviar o analista dos fins de sua formação? Como os analistas podem, ao sair da Escola, estabelecer uma nova relação com o exterior que não seja a extraterritorialidade por um lado, nem a deterioração de sua prática por outro? Lacan (1965/2003) começa por definir os objetivos da Escola:

o organismo em que deve realizar-se um trabalho – que, no campo aberto por Freud, restaure a sega cortante de sua verdade; que reconduza a práxis original que ele institui sob o nome de psicanálise ao dever que lhe compete em nosso mundo; que, por uma crítica assídua, denuncie os desvios e concessões que amortecem seu progresso, degradando seu emprego. (p. 235)

Se Lacan institui o dever da Escola em redirecionar a presença da psicanálise no mundo, em sua “Proposição...”, ele constata: “não basta a evidência de um dever para que ele seja cumprido” (1968a/2003, p. 251). Para determinar o lugar da psicanálise na sociedade, Lacan, antes de propor a crítica dos desvios de sua prática, se preocupa em recolocar no movimento psicanalítico a questão “o que é um analista?”, a via para restaurar o campo da psicanálise.

No ano de fundação da Escola Freudiana de Paris (EFP), o debate sobre os conceitos fundamentais freudianos levanta a questão se seria possível formalizar um conceito de analista, o que Lacan se dispõe a colocar em discussão no interior da Escola. Nesta problematização do conceito, Miller (2000) indica: “A propósito do conceito assim entendido se distinguem dois termos: *intensão* e *extensão*, que são duas noções – dois conceitos – relativas ao conceito de conceito”<sup>85</sup> (p. 47).

Segundo Miller, a extensão do conceito se refere aos elementos que estão dentro do seu campo, e a intensão diz respeito à definição do conceito, do que designa o critério de pertencimento ao conjunto (p. 48). Um delimita o que concerne ao conceito e o outro determina sua significação. Com isso, Lacan (1968a/2003) introduz no campo psicanalítico um novo binômio: psicanálise em extensão e psicanálise em intensão. Ele as define da seguinte forma: “psicanálise em extensão, ou seja, tudo o que resume a função de nossa

---

<sup>85</sup> “A propósito del concepto así entendido se distinguen dos términos: *intensión* y *extensión*, que son dos nociones – dos conceptos – relativas al concepto de concepto”.

Escola como presentificação da psicanálise no mundo, e psicanálise em intensão, ou seja, a didática, como não fazendo mais do que preparar operadores para ela” (p. 251).

Miller (2000, p. 48) explica que a psicanálise em extensão determina, na presença da psicanálise no mundo, uma questão de fato sobre o que pertence à Escola: seus membros, produções, seminários, etc. A psicanálise em intensão põe em discussão as condições de direito que determinam a habilitação dos analistas que pertencem a esta Escola. A intensão é o que recoloca a questão “o que é um analista?” na psicanálise, constituindo-se como uma experiência “essencial para isolá-la da terapêutica” (Lacan, 1968a/2003, p. 251). Com isso, Lacan ratifica a dissolução da articulação entre didática e terapêutica, determinando que a discussão que interessa à Escola se refere ao que se coloca em jogo na didática.

Mas como Lacan designa a articulação entre a intensão e a extensão? Se replicasse a relação entre didática e terapêutica, poderíamos dizer que a intensão seria uma distinção hierárquica em relação à extensão, ou seja, a intensão como um interior enclausurado e a extensão como uma margem exterior ao seu redor. Isso faria com que as duas dimensões se distinguíssem totalmente como um dentro e um fora absoluto, onde se definiriam, de um lado, os especialistas da extensão e, de outro, os da intensão.

Para tentar garantir esse controle da intensão e da extensão, a IPA exigiu que os candidatos se comprometessem a não praticar a psicanálise antes de serem autorizados pela instituição. Ritualizar a intensão para regular a extensão implica que os analistas teriam que se conformar a um padrão de conduta que os restringia a garantirem seu estatuto entre os pares.

Entretanto, ao contrário do modelo institucional ortodoxo, por mais que a extensão demarque a lista dos membros da Escola, ela, no entanto, não garante a intensão do conceito de analista. Ou seja, nem todos que estão ali dentro da Escola de fato estão ali de direito. Isso implica que por mais que consiga se identificar a extensão da ação da psicanálise no mundo, a sua intensão sempre se coloca como um problema.

Por isso, a tendência do analista é preencher a desobjetivação resultante de seu ato com a imponência de seu status institucional. E, para garantir a preservação desta tradição, eles se fecham no interior de suas sociedades. Contudo, Lacan consolida uma resposta à extraterritorialidade a partir da articulação entre extensão e intensão.

Para Lacan (1968a/2003), a psicanálise em extensão se define pelo que é central na intensão, conforme ele demonstra: “de conformidade com a topologia do plano projetivo, é no próprio horizonte da psicanálise em extensão que se ata o círculo interior que traçamos como hiância da psicanálise em intensão” (p. 261). A extensão da ação da Escola se determina quando se coloca à prova a intensão em jogo para os operadores de seu campo.



Na medida em que Lacan introduz no interior da extensão do conceito de analista o vazio incomensurável de sua intensão, a instituição psicanalítica já não pode prever o que é um analista. Ele ironiza: “Uma operação, uma experiência, uma técnica a propósito da qual os técnicos são obrigados a reconhecer que não sabem nada sobre o que é mais central, mais essencial, não seria mal assistir a isso, hein!” (1967b/2006, pp. 16-17).

Isso é o que pode permitir que a Escola não se interponha contra o discurso analítico, mas favoreça a existência de analistas que abrem mão da astúcia competitiva para se colocarem à altura de sua tarefa na sociedade. A intensão destaca-se como “um novo modo de acesso do psicanalista a uma garantia coletiva” (Lacan, 1967/2003, p. 582) e a extensão coloca em questão como sustentar essa garantia fora da Escola. A intensão resguarda a relação com a causa analítica a partir da qual o desejo do analista pode preservar o dever que lhe compete no mundo. Miller (2000) enfatiza: “A causa analítica está estritamente unida ao desejo do analista, impensável sem a função de dita causa”<sup>86</sup> (p. 265).

A relação com a causa analítica não se define porque se ensina, porque se publica ou pela habilidade nas relações institucionais. Ao estabelecer a habilitação do analista a partir do vazio de sua intensão, Lacan faz com que o fato de um analista ter prestado bons serviços à extensão não garanta privilégios para seu estatuto. A resposta de Lacan à vontade de expansão de Freud é a articulação entre a extensão demasiadamente cheia e o vazio da intensão.

O crescimento contemporâneo do número de psicanalistas presentes nas instituições públicas é descrito por Miller (2000) da seguinte forma: “quanto menos se sabe o que é a psicanálise, mais psicanalistas há!”<sup>87</sup> (p. 49). Na medida em que a intensão resta sempre a se definir, sempre se pode afirmar que há muitos psicanalistas, que eles se multiplicam no espaço público. Assim, a extensão nunca encontra a medida certa de seu preenchimento.

Todavia, para Lacan, trata-se de desacomodar os analistas do reconhecimento de sua prática com um questionamento sobre seu estatuto, pressupondo que eles nunca encontrarão na Escola uma garantia de trabalho concluído.

Portanto, se os analistas realmente estão presentes no mundo, Lacan os aborda com o vazio da intensão, convocando-os a responderem na Escola por sua relação com a causa analítica. Ele condiciona a existência da psicanálise à articulação entre dois fatores: que os analistas não se oponham à extensão da psicanálise, com a condição de que respondam pela sua intensão no interior da Escola.

---

<sup>86</sup> “La causa analítica está estrechamente unida al deseo del analista, impensable sin la función de dicha causa”.

<sup>87</sup> “cuanto menos se sabe qué es el psicoanálisis, ¡más psicoanalistas hay!”.

### 3.3.2. O matema do analista

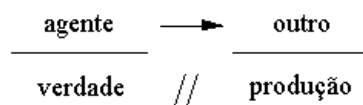
Lacan faz oposição à ortodoxia institucional e à recusa do conceito implicada em seu funcionamento com uma discussão sobre o analista. Mas, na medida em que Lacan afirma o vazio da intensão do conceito de analista, como seria possível operar a realização deste conceito?

Em 1964, Lacan (1964/1997) observa: “Se o conceito se modela, com efeito, por uma aproximação da realidade que ele foi feito para apreender, só por um salto, por uma passagem ao limite, é que ele chega a se realizar” (p. 25). Ao comentar essa afirmação, Miller (2000) aponta: “esta indicação bastante fugaz de Lacan mais tarde o conduzirá a substituir no centro da cena o conceito pelo matema”<sup>88</sup> (p. 53). O matema se configura como a realização do conceito e por isso é possível afirmar que o matema realiza uma transmissão integral.

A passagem ao matema é o desfecho de um percurso no qual, inicialmente, Lacan reafirma a primazia do dizer de Freud para, em seguida, reduzi-lo à sua estrutura mínima. O matema implica a tentativa de Lacan em formalizar uma lógica estrutural para a experiência psicanalítica, o que, segundo Miller (2000), “opera o final do retorno a Freud”<sup>89</sup> (p. 130). O matema faz calar a teoria freudiana, mas Lacan não prescinde de comentá-la. Alcançar um além de Freud, leva Lacan (1967b/2006) a constatar:

Os termos de Freud reanimam-se, ganham novo alcance. Percebemos inclusive seu alcance literário, isto é, a que ponto se prestam como letras à manipulação de que se trata. O ideal é justamente levar as coisas tão longe, meu Deus, quanto comecei a levá-las. Levei as literárias até o último termo, a saber, o que se consegue fazer da linguagem quando se quer evitar os equívocos, isto é, reduzi-la ao literal, às letrinhas da álgebra. (pp. 31-32)

É manipulando as letras algébricas de seus matemas que Lacan (1970c/2003, p. 447) apresenta sua teoria dos discursos. Trata-se de uma estrutura de quatro lugares pela qual circulam quatro termos distintos, definindo, a cada permuta, um discurso diferente. Os termos são o  $S_1$  (significante-mestre), o  $S_2$  (saber), o \$ (sujeito) e o  $a$  (mais-de-gozar). A estrutura sobre a qual se assentam os termos é a seguinte:



A partir da estrutura dada, os discursos se dispõem da seguinte forma:

<sup>88</sup> “esta indicación bastante fugaz de Lacan más tarde lo conducirá a reemplazar em el centro de la escena el concepto por el matema”.

<sup>89</sup> “opera el final del retorno a Freud”.

DISCURSO UNIVERSITÁRIO	DISCURSO DO MESTRE	DISCURSO DA HISTÉRICA	DISCURSO DO ANALISTA
$\frac{S_2}{S_1} \rightarrow \frac{a}{\xi}$	$\frac{S_1}{\xi} \rightarrow \frac{S_2}{a}$	$\frac{\xi}{a} \rightarrow \frac{S_1}{S_2}$	$\frac{a}{S_2} \rightarrow \frac{\xi}{S_1}$

Com a estruturação de seus discursos, Lacan define sua concepção de laço social. A noção de discurso se equivale à de laço social e diferencia este último da sociedade.

Lacan equivale o discurso do mestre ao funcionamento do inconsciente, mas o que se destaca aqui é o fato de que esse discurso estrutura a sociedade. Entretanto, a teoria dos discursos pluraliza a sociedade em quatro laços sociais distintos.

Por um lado, na “Proposição...”, Lacan (1968a/2003, p. 253) já havia formalizado a posição do analista como sujeito suposto saber na entrada em análise, por meio do algoritmo da transferência<sup>90</sup>. Entretanto, o discurso da histérica é o matema que define a posição do analisante na estrutura da entrada em análise.

Por outro lado, em 1967, apesar de Lacan introduzir o dispositivo do passe, restava indefinida a formalização matemática do fim de análise, o que Lacan finaliza com o discurso do analista. Elucidando a saída da análise pela via do matema, Lacan efetiva a realização do conceito de analista. O discurso do analista apresenta a estrutura concernente ao ato analítico, produto do final de uma análise. Com o objeto *a* ele circunscreve o campo psicanalítico.

Os discursos delimitam quatro campos de experiência prática. Porém, ao passo que a prática preenche a estrutura de seu campo com seus padrões de funcionamento, os matemas dos discursos propõem a redução da estrutura a seus elementos essenciais, livre de qualquer *standard*. Ou seja, ultrapassar o enquadre da prática da psicanálise em direção à estrutura de seu discurso implica que o que está no comando não é o valor de verdade desta prática, mas o movimento empreendido pelo agente do discurso.

Porém, não há como universalizar os efeitos de uma análise sobre a enunciação do inconsciente. Ao passar à realização do conceito de analista, Lacan sacrifica o querer dizer. O discurso é sem palavras, implica um enunciado sem enunciação e, portanto, não é da ordem do dizer, mas da escrita. Reduzir o enunciado à literalidade lógica elimina a significação, visando somente capturar o que há de invariável na estrutura do discurso analítico.

Em sua “Carta de dissolução”, Lacan (1982b/2003) observa o que está implicado na realização do conceito de analista: “Daí minha obstinação em meu caminho de matemas – que não impede nada, mas dá um testemunho do que seria preciso para colocar o analista no passo

<sup>90</sup> O algoritmo da transferência é escrito por Lacan da seguinte forma:  $\frac{S}{s(S^1, S^2, \dots, S^n)} \rightarrow S^q$

de sua função” (p. 320). Miller (2000) ratifica, dizendo: “O matema não sabe defender sua causa! O matema em si mesmo não garante nada, não garante uma boa orientação”<sup>91</sup> (p. 54)

A respeito do conceito de analista, o matema não pode articular intensão e extensão, já que não coloca em jogo a causa analítica. O matema é acéfalo, trabalha às cegas, e, por isso, pode se prestar a qualquer desvio. Inclusive anulando a transmissão para se fechar em um saber dogmático que condiz com a prática de iniciação que sedimenta o grupo. Lacan (1973/2003) ratifica: “a isso convoca, a esse bastião do grupo, a posição do analista, tal como é definida por seu próprio discurso” (p. 476).

O matema produz a escrita do conceito de analista ao preço de eliminar de seu campo a dimensão da causa analítica. Porém, realizar a escrita do conceito de analista à custa de seu “não querer dizer nada”, não implica que o analista deva se calar frente ao matema. Ao contrário, a escrita exige uma leitura. Neste sentido, ao ser questionado sobre a ação do analista, Lacan (1974/2003) afirma o que pretende: “extrair de minha prática a ética do Bem-dizer... a ética é relativa ao discurso” (p. 539).

Desse modo, o discurso do analista só realiza sua função ao ser reintroduzido na via da equivocidade do inconsciente, a partir da qual a psicanálise em intensão pode ser reintroduzida. Mesmo que nesse campo não possa se falar de transmissão integral, é a única via pela qual a transferência se coloca e pode se transmitir um estilo que induz ao trabalho.

Além disso, o matema concebe uma formalização literal de algo que, a princípio, foi colocado no âmbito do equívoco de um enunciado. É o que Lacan confirma, ao propor: “o que bem se enuncia é concebido claramente” (p. 539). O conceito só ultrapassa o enunciado após servir-se dele, a partir do que pode alcançar a dignidade de um matema.

### 3.3.3. *O enclave psicanalítico*

Ao passo que a teoria dos discursos pluraliza os laços sociais em quatro modalidades de prática distintas, o discurso do analista é o que coloca a psicanálise à parte de outras práticas sociais. Não há transformação interna da estrutura de um discurso, pois toda mudança implica na passagem de um discurso a outro. Não há relação entre um discurso e outro, pois eles definem práticas distintas com um funcionamento próprio.

---

<sup>91</sup> “¡El matema no sabe defender su causa! El matema en si mismo no garantiza nada, no garantiza una buena orientación”.

Com isso, Lacan opera o desfecho de uma distinção que Freud deixou inconclusa, conforme aponta Miller (2002-2003): “O que resta inconcluso é a cisão entre o inconsciente e a psicanálise. O inconsciente não é a psicanálise” (11/06/03). Ao equivaler a estrutura do inconsciente ao discurso do mestre, Lacan afirma a psicanálise como o avesso do inconsciente. E é na medida em que o desejo de Freud se atrela ao argumento de autoridade em jogo na posição de pai da psicanálise que ele estrutura a IPA pelo avesso da psicanálise.

Na ortodoxia psicanalítica, quando a pergunta “o que é um analista?”, na qual se sustenta a psicanálise em intensão, é preenchida pelo discurso do mestre, toda teoria e prática perdem seu fundamento submetidas a um fechamento institucional. Com isso, a extraterritorialidade a partir da qual a IPA pretendia preservar a tradição do legado de Freud, alcançou como resultado a abertura a um ecletismo teórico.

Miller (2003) assevera: “não apenas cada um tem a sua teoria, mas quer ter sua teoria. Se ele não tem sua teoria lhe falta alguma coisa” (p. 21). A ruína da ortodoxia psicanalítica se confirma pela privatização do campo teórico em um palco de disputas no interior das fronteiras extraterritoriais da sociedade psicanalítica.

Ao passo que a teoria já não serve de fundamento para a prática, a psicanálise se depara com a disjunção entre ambas, o que esfumaça cada vez mais a diferença entre a psicanálise e a terapêutica. Contudo, Lacan tenta superar esse problema com o matema, o qual opera um rebaixamento da teoria para sobrepô-la com o que ele chama de real, o real da experiência psicanalítica. Miller observa:

Consideramos o real como uma categoria que se auto-invalida quando a tomamos e que tem esse efeito de invalidação sobre todas as construções conceituais. Essa categoria é justamente feita para recusar e mesmo para instituir uma dimensão que recusa tudo o que se pode falar sobre ela. O que isso tem de inverossímil pode ser melhor [*sic*] aproximado atualmente, quando se experimenta a disjunção da prática e da teoria. (p. 26)

O real refuta as elaborações sobre a verdade da experiência. Qualquer verdade teórica que se formule é insuficiente para dizer do real. Com isso, Lacan não pretende resolver a disjunção entre teoria e prática pela verdade a ser dita, por meio de um programa teórico para a formação do analista. Ao contrário, ele opera um silêncio da verdade no momento em que propõe a escrita do matema. Lacan esvazia a verdade do que ele chama a paixão da ignorância e a reduz a ser apenas um dos termos a ser manipulado na lógica dos discursos.

A passagem da referência ao não-saber para o desejo de saber subtrai a psicanálise da retórica da verdade e a conduz para a formalização do saber. Não se trata do valor profético da douta ignorância, mas da estrutura lógica que permite extrair saber da experiência com o real. Muito menos se trata de definir a estrutura da experiência por meio de uma elaboração

teórica sobre o real. O matema opera uma introdução da estrutura no real da experiência. Não estrutura sobre o real, como pretendia Lacan na década de 50, mas estrutura no real.

Todavia, com o matema, ele não abre o campo psicanalítico ao ecletismo teórico. Ao contrário, Lacan empreende uma crítica da antropologia, da linguística, da filosofia e até mesmo da psicanálise tributária de Freud, colocando todas como construções duvidosas sobre o real em jogo. Lacan já não espera o reconhecimento público de títulos de nobreza para a psicanálise. Ele faz vacilar todas as construções da cultura, inclusive a própria psicanálise.

Lacan faz do matema uma língua cifrada que isola a psicanálise do movimento da cultura, demarcando seu campo. A absorção da psicanálise neste abismo extraterritorial é o que faz Miller (2009a) qualificá-la de “psicanálise absoluta”. Ele aponta: “essa psicanálise absoluta era, simultaneamente, viúva e órfã, e acrescentei estéril” (p. 153).

Não há porque tentar cativar a sociedade com a doutrina da psicanálise, justamente porque não há a quem recorrer para garantir o lugar da psicanálise no mundo. Não há legado a se preservar na via da tradição doutrinária. Não há casamento feliz entre a psicanálise e a sociedade. Esse fechamento da psicanálise “faz com que, efetivamente, ela não se preste a ser facilmente divulgada além daqueles que a praticam como analisante e como analista” (p. 153).

Com isso, longe de abrir a Escola ao ecletismo doutrinário pelo qual a psicanálise se dissolve em incertezas sobre o seu fundamento, a formalização estrutural do matema implica um fechamento do campo psicanalítico que lhe propicia sua consistência lógica. Esta delimitação conceitual da Escola implica que a psicanálise possa garantir sua existência somente dentro das fronteiras de seu campo.

O matema do analista ratifica a extraterritorialidade da prática psicanalítica. Tomar o discurso do analista como o avesso do discurso do mestre, replica a ideia da psicanálise como uma prática de contra-sociedade. O analista, exilado no interior da sociedade, se recolhe no interior da instituição psicanalítica. E a sociedade repudia qualquer dispositivo que se oponha à sua lógica. É assim que a psicanálise ganha o qualitativo de epidemia social e, por isso, a instituição psicanalítica conquista a função de refúgio contra o mal-estar da civilização.

Contudo, em um tempo em que vivemos a passagem da psicoterapia à escala de massa, a psicanálise se defronta com o dilema entre conformar-se a uma terapêutica institucional ou confirmar-se como um sintoma social. Ou se deixa regular pelo Estado ou se coloca à parte de toda manifestação da cultura. E, na medida em que a psicanálise abandona sua extraterritorialidade pretendendo se apresentar perante a subjetividade de sua época, ela se depara com o risco do esfacelamento de seu campo.

A partir de 1953, quando Lacan pretendeu abrir a doutrina psicanalítica ao debate com outros campos, o resultado foi a degradação de seus ditos em um uso no qual se acreditava garantir o atributo analítico de uma prática. Miller (2009a) nomeia dizência “a língua tal como falada pelas pessoas de um dado ofício” (p. 10). Ele se recusa a utilizar o tom pejorativo da palavra jargão, optando pelo termo operativo “dizência”.

Ele propõe que os analistas tomem distância da dizência lacaniana, dizendo: “mantendo-me à distância da dizência deixo a Lacan a responsabilidade sobre seu dizer, o traço singular de seu dizer, que é sempre amortecido na dizência” (p. 10). Para operar esse distanciamento, Miller (1997a) se refere ao desejo de Lacan:

Falar do desejo de Lacan é, para mim, a maneira de distanciá-lo um pouco. Acho que padecemos da crença de pensar o que Lacan pensava.... Todo o mundo está de acordo com Lacan! É extraordinário pensar que todos nós pensamos o que Lacan pensava... Usar todos os seus significantes talvez seja o resultado, no âmago de cada um, de uma certa [*sic*] identificação com ele. Mais ainda: talvez seja um obstáculo, um obstáculo ao trabalho. (p. 390)

Mumificar a letra do dito de Lacan implica em querer se proteger na filiação ao seu desejo. Contudo, o conceito de Escola implica que os analistas não podem se sustentar cativos do monoteísmo psicanalítico, que eles têm que se haver com uma instituição que lhes exige que respondam fora da referência ao pai fundador.

A Escola se constitui como a resposta de Lacan à extraterritorialidade dos analistas. Mas se seu funcionamento convoca a ultrapassar as fronteiras da comunidade analítica, isso não implica que a ação do analista nas instituições sociais exige uma adequação do real da experiência às categorias psicanalíticas. Conforme constatamos, o real sempre produz uma deformação do conceito, na medida em que circunscreve algo fora do enquadramento prático.

Mas como é possível ao analista operar nas instituições sociais? Ao passo que as construções teóricas da psicanálise são postas em dúvida frente ao real da experiência, como fazer valer sua prática fora do campo que lhe é próprio? E mais: como preparar operadores para uma ação que não concerne ao campo psicanalítico sem deteriorar o estatuto do analista?

Com o conceito de Escola, no qual Lacan articula a intensão e a extensão psicanalítica, ele introduz uma nova relação com o exterior, uma nova articulação entre psicanálise e sociedade. Recrutar os analistas para que eles se direcionem da Escola ao âmbito social não é o mesmo que abrir as portas da Escola a qualquer prática. Como Miller (2008-2009) afirma, “entre *sair* e *deixar entrar* a diferença é radical, mas, ao mesmo tempo, ínfima” (12/11/08).

Lacan convoca os analistas a assumirem o dever que lhes cabe na sociedade, e constitui a Escola como uma base de operação que não funciona de acordo com a lógica das instituições públicas. A Escola demarca uma posição êxtima, na medida em que se configura como um

dispositivo exterior à sociedade, mas que habita dentro dela. Isso é o que Miller qualificou como “enclave”, um mecanismo de fechamento de um campo político que se constitui como estrangeiro em relação ao território em que está situado.

Contudo, Miller aponta: “Nem por isso um enclave é extraterritorial, já que ele é feito para que se realizem saídas a seu exterior” (12/11/08). Para que o discurso analítico não se feche sobre si mesmo, para que o matema não se reduza a uma prática de iniciação, é preciso que a psicanálise coloque em jogo o horizonte de sua extensão, ou seja, que reconheça no mundo qual a ação que pertence a seu campo.

Todavia, o analista só deve sair ao exterior de seu enclave com a condição de que, ao sair, não perca o caminho de volta, não perca a intensão que impulsiona sua ação. Por isso, Miller adverte: “a condição para se poder sair é não deixar entrar o cavalo de Tróia” (12/11/08). O cavalo de Tróia da cidadela psicanalítica, para Miller, é a terapêutica, o presente envenenado que corremos o risco de fazer entrar e destruir as bases da existência da Escola.

A política da psicanálise só pode existir sob a condição de afirmar sua diferença em relação às práticas sociais. Lacan (1964/1997), já em 1964, observava:

Não vamos, como Diógenes, nos pôr a procurar não um homem, mas nossa psicanálise, em diferentes campos, muito diversificados, da praxis. Levamos, de preferência, nossa psicanálise conosco e, imediatamente, ela nos dirige para pontos bem localizados, denomináveis, da praxis. (p. 14)

A disjunção entre a teoria da psicanálise e a prática do analista não quer dizer que a presença dos analistas no mundo seja um movimento anti-conceitual. Ao contrário, Miller (2002-2003) observa: “Trata-se de manter a doutrina como orientação e distinguir dela a teoria como elucidação de uma prática *sui generis*” (29/01/03).

A Escola assume um papel doutrinário, onde o analista põe em questão seu estatuto a partir da formalização conceitual do real da experiência. Contudo, fora da Escola, o analista se introduz em práticas que não dizem respeito à psicanálise, colocando a prova os efeitos que produz sobre elas. Não importa o enquadre da prática, mas sim o real a ser abordado ali.

Todo exercício profissional de um analista, mesmo que exterior ao campo analítico, põe à prova a questão “o que é um analista?”. Sempre que um analista se insere em uma tarefa na sociedade, coloca em jogo a relação com a causa analítica. Lacan (1965/2003) constata:

É constante que a psicanálise tenha efeitos sobre toda e qualquer prática do sujeito que nela se engaja. Quando essa prática provém, por pouco que seja, de efeitos psicanalíticos, ele se descobre a gerá-los no lugar em que se espera que os reconheça.... Acha-se em jogo nisso algo de uma responsabilidade que a realidade impõe ao sujeito, quando praticante, que ele assuma por seu próprio risco. (p. 241)



Para se introduzir em um trabalho de formalização do estatuto de sua ação em determinado campo prático, Lacan oferece a Escola aos analistas. Propõe que eles elaborem ali o que os leva a assumir uma prática que, a princípio, não lhes convém. Mas para que os analistas aceitem empreender esse trabalho de transmissão, não basta que a Escola determine o que lhes diz respeito. Mesmo que o matema delimite as fronteiras do campo psicanalítico, a Escola só pode induzir os analistas ao seu interior a partir do vazio da intensão.

Ou seja, a partir do momento em que a pergunta “o que é um analista?” se coloca no centro do grupo analítico, isso justifica que os analistas se voltem para um trabalho a ser feito dentro deste campo, na relação com a causa analítica. A respeito da causa analítica, Miller (2000) aponta: “Esta causa significa em primeiro lugar que a psicanálise não esgota suas virtudes em fazer nascer certo número de pessoas, e depois retornar à sinagoga”<sup>92</sup> (p. 264).

Contudo, os analistas, muitas vezes, tendem a estar tão encantados com a posição de desenganado conquistada em sua análise que perdem o sentido da causa analítica. É para recuperar a função da dita causa que Lacan cria a Escola.

Miller indica: “todos aqueles que na história da psicanálise rejeitaram a sociedade analítica formalizada caíram no puro grupo, no puro efeito de grupo, separado inclusive de todo efeito de discurso”<sup>93</sup> (pp. 261-262). O analista que refuta a relação com a causa analítica padece da “ilusão de que o conjunto, o todo da psicanálise procede dele. É, pois, estritamente equivalente ao fantasma de estar casado com a psicanálise”<sup>94</sup> (p. 262).

Da antinomia entre a psicanálise e a sociedade, a Escola se estabelece como o lugar que permite ao analista localizar sua posição em sua prática. Neste sentido, a intensão é o hiato a partir do qual se pode traçar o panorama da extensão, na medida em que ela permite que o analista só se lance em sua tarefa nas instituições públicas a partir da relação com a causa analítica que ele coloca em jogo no interior da Escola.

Lacan (1973/2003) enfatiza: “Não serei eu a vencer, mas sim o discurso a que sirvo” (p. 476). A psicanálise em intensão é a garantia da qual o analista pode lançar mão para sustentar o campo de onde sua ação provém. Que o debate sobre o que é um analista seja cultivado no interior da Escola implica que o analista coloque à prova sua ação, sem depender, contudo, do enquadre prático ao qual ela se submete.

---

<sup>92</sup> “Esta causa significa en primer lugar que el psicoanálisis no agota sus virtudes en hacer nacer cierto número de gente, y después retornar a la sinagoga”.

<sup>93</sup> “todos aquellos que en la historia del psicoanálisis rechazaron la sociedad analítica formalizada cayeron en el puro grupo, en el puro efecto de grupo, separado incluso de todo efecto de discurso”.

<sup>94</sup> “ilusión de que el conjunto, el todo Del psicoanálisis procede de él. ¡Es, pues, estrictamente equivalente al fantasma de estar casado com el psicoanálisis”.

### 3.4. O ANALISTA NAS INSTITUIÇÕES

#### 3.4.1. *Mais-um ao trabalho*

O discurso do analista, ao se enclausurar em sua estrutura, ameaça a existência de qualquer instituição. Todo movimento coletivizante tende a seguir ao avesso da psicanálise, na medida em que esta tem como premissa abordar cada um separadamente. O analista se mostra uma função extremamente precíval no trabalho institucional. Mas, se a psicanálise é uma prática limpa de qualquer suporte identificatório, isso exoneraria os analistas de assumirem um papel em instituições públicas?

Por se acreditarem livres de uma tarefa coletiva, os analistas, muitas vezes, acreditam poder ocupar um cargo institucional para bancar o morto, tentando preservar seu estatuto de analista contra qualquer dever que pudesse lhe aviltar. Lacan (1969/2003) nos indica:

consideramos, por nosso turno, não haver faltado para com o lugar que nos é conferido neste entretenimento pelo drama dos psicanalistas de hoje, e por ter que reconhecer que sabemos um pouco mais sobre ele do que os que, ridiculamente, não perderam essa oportunidade de se mostrar como atores. (p. 378)

É comum que os analistas, ao serem convocados a suas responsabilidades institucionais, acreditem poder atuar como se praticassem a análise: apresentam-se no âmbito público para calar-se. Contudo, esta posição dogmática é algo tão inadequado que resulta no isolamento de seu protagonista como uma figura descartável na dinâmica institucional.

Neste sentido, é fundamental que os analistas concebam uma orientação nos assuntos institucionais. Para determinar o lugar do analista neste contexto, Miller (2000), ao contrário de refutar o processo identificatório implicado em todo cenário político, impõe uma condição: “só os sujeitos identificáveis podem pertencer, ser membros de um conjunto. Trata-se, pois, de uma definição operativa do conceito de identificação”<sup>95</sup> (p. 251).

Por sua vez, Lacan (1967b/2006) profetiza: “chegará um tempo em que se perceberá que ser psicanalista pode ser um lugar em uma sociedade. Ele será ocupado, espero, tenho certeza, não obstante no presente só o seja por psicanalistas entocados em suas lojinhas de truques” (pp. 59-60). Os analistas titulados, diante da prática de analistas em formação nas instituições

---

<sup>95</sup> “solo los sujetos identificables pueden pertenecer, ser miembros de un conjunto. Se trata, pues, de una definición operativa Del concepto de identificación”.

sociais, presumem que “o sujeito não exerce a psicanálise, ou ele é tido como violando por obra sua uma regra de prudência, ou até de honestidade” (Lacan, 1965/2003, p. 241).

Contudo, Lacan (1965/2003) constata que “ao observar essa regra, o sujeito acaba falhando em sua função” (p. 241). Ao contrário de considerar improvável o estatuto analítico de uma ação nas instituições públicas, Lacan (1970a/2003) considera a possibilidade de que as referências estruturais de tais experiências possam interpretar a psicanálise:

Não as torna [experiências] mais indignas de serem escutadas o fato de que elas possam servir em outros campos. É que a experiência do clínico assim como a escuta do psicanalista não tem que estar tão seguras de seu eixo que não possam socorrer-se dos referenciais estruturais que desse eixo fazem leitura. Eles não serão demais para transmitir essa leitura, quem sabe para modificá-la, ou pelo menos para interpretá-la. (p. 274)

Propor-se a transmitir os resultados de sua ação em uma prática que não concerne à psicanálise implica que o analista se disponha a ultrapassar o já fundado no campo psicanalítico, o que pode gerar efeitos de formação. Porém, sustentado na experiência com o real a que teve acesso em sua própria análise, o analista, muitas vezes, se posta seguro de que a instituição se resume a uma mera administração de artifícios. Faz do trabalho institucional uma manipulação de convenções, tolices contrárias ao que a sua análise fez surgir nele.

Contudo, a definição de discurso implica que todo laço social se funda sobre regras bem definidas que funcionam a partir do lugar de dominação do agente do discurso. Neste viés, Lacan (1967b/2006) complementa: “Se não há consciência coletiva, talvez possamos perceber que a função do desejo do Outro é absolutamente essencial de ser considerada, e, especialmente em nossa época, no que se refere à organização das sociedades” (p. 58).

As instituições se fundam pela forma como o operador da função do desejo organiza o trabalho no interior do seu campo. Portanto, o que indica que essa função parou de operar é a cessação do trabalho concernente ao seu domínio. Uma instituição se define, assim, pela relação entre o desejo e o trabalho que ele provoca. Mas como pode o analista assumir para si essa função de provocar o trabalho na instituição?

Na posição do mestre, o analista estaria incumbido de impor a todos o dever de trabalhar pelo bem comum, restringindo-se a fazer funcionar o que já está determinado nas regras institucionais e imputar restrições aos inadaptados. O mestre se imbui de estímulos ideológicos para convocar seus subordinados a um esforço incessante, vislumbrando ao final um resultado nunca alcançado.

Por outro lado, como analista, restaria tentar se manter na posição cínica de uma estátua, na esperança de preservar seu estatuto. Afinal, o que é próprio da posição do analista em sua prática é o fato de não trabalhar. Mas o analista estaria enclausurado no ato que seu discurso

discerne sem poder se lançar em uma tarefa que o extrapole? Como o analista pode ceder lugar ao seu próprio trabalho? Para elucidar isto, caberia retomar as bases sobre as quais Lacan assenta a Escola e a convocação a que os analistas assumissem sua tarefa no mundo.

Se Freud, em 1918, se serviu dos fenômenos sociais e clínicos emergidos do fim da Primeira Guerra Mundial para realizar seu projeto de expansão da psicanálise<sup>96</sup>, Lacan (1986/2003), em 1947, extrai do término da Segunda Guerra Mundial “os horizontes que nos projetam na vida pública” (p. 124).

Em uma visita à Inglaterra, em 1945, logo após a vitória do país na guerra, Lacan se encantou com uma iniciativa de dois psiquiatras ingleses<sup>97</sup> para responder aos problemas inerentes ao recrutamento do exército nacional. Para mobilizar as forças da nação em vista do conflito mundial, o país tivera que convocar um efetivo composto na maioria por civis. Como resultado da pressão desta urgência houve uma afluência para hospitais militares de casos de inadaptação, delinquência e acometimento neurótico.

Influenciados pelo método psicanalítico, Bion e Rickmann isolaram cerca de 400 soldados em um serviço de reeducação do hospital, propondo “a criação sintética de um exército” (p. 108). Não se restringindo aos benefícios terapêuticos do tratamento de pacientes, eles propõem a criação de pequenos grupos que se juntavam não ao redor de um líder, mas de uma tarefa em comum entregue à iniciativa de cada um. Os resultados dessa experiência reduziram significativamente os riscos que a iniciativa pessoal de um integrante do grupo representava para o interesse coletivo. Lacan constata:

o que o observador notava era menos o que aparecia de capacidade de liderança em cada homem do que a medida em que ele sabia subordinar a preocupação de se fazer valer ao objetivo comum, perseguido pela equipe e no qual essa medida devia encontrar sua unidade. (p. 119)

A unidade do grupo se constituía não pela definição da liderança, mas pelo modo como cada um era induzido a um objetivo comum, o que permite ultrapassar o funcionamento hierárquico do poder.

Em 1964, baseado em tal experiência, Lacan propõe que a Escola se estruture a partir da constituição de pequenos grupos chamados cartéis, que funcionam a partir de um objetivo de trabalho. Um cartel se define pela conjunção de quatro membros que se elegem e se ajuntam em torno de “mais-um”, por um período não superior a dois anos e que deve resultar em um

---

<sup>96</sup> Cf. p. 26 da presente pesquisa.

<sup>97</sup> Trata-se do trabalho realizado por Wilfred Bion e John Rickmann e relatado por eles no artigo “Intra-Group Tensions in Therapy. Their Study as the Task of the Group”, publicado no número 27 de *The Lancet*, de novembro de 1943.

produto próprio de cada participante a partir do trabalho realizado coletivamente, produto este a ser exposto em seu direcionamento à Escola.

Lacan (1983) explica que o mais-um “se é qualquer um, deve ser alguém” (p. 109), o que implica que, ao contrário do mestre, ele é mais um que trabalha junto aos outros, não fazendo exceção ao grupo. O mais-um, por sua contingência, torna o grupo inconsistente, já que nunca se pode dar a ele o peso da tradição no qual se assenta o mestre que demarca seu domínio. O mais-um se reduz a uma função permutativa, sempre deixando o dispositivo aberto à livre iniciativa de outros.

O mais-um deve ser eleito pelo grupo, o que o faz “encarregado da seleção, da discussão e do destino a ser reservado ao trabalho de cada um” (Lacan, 1965/2003, p. 235). Ele seria o responsável por provocar a elaboração de trabalho no interior do cartel, o que o qualifica como o paradigma do trabalhador decidido da Escola.

Neste viés, somente se dá lugar ao trabalho do analista na posição de analisante, aquele que realmente trabalha. Por isso, Lacan convoca os analistas para a instituição que criou não como analistas, mas como trabalhadores e, portanto, analisantes. Essa é a posição que cabe ao analista quando ele se incumbe de um trabalho, em qualquer instituição que seja. Para formalizar tal posição, Miller (1986) não sugere o discurso do analista como matriz, mas se propõe a partir da estrutura do discurso da histórica.

$$\frac{\S}{a} \quad \xrightarrow{\quad} \quad \frac{S_1}{S_2}$$

Lacan (1970c/2003) diz que “a histórica é o sujeito dividido, ou, em outras palavras, é o inconsciente em exercício, que põe o mestre contra a parede de produzir um saber” (p. 436). Essa é a estrutura da suposição de saber, na qual se tenta extrair do mestre o saber sobre uma verdade desconhecida, encarnada no objeto *a*. Para passar da suposição à exposição de saber, Miller (1986) retira o objeto *a* de seu lugar de verdade desconhecida sob a barra para colocá-lo em posição de fazer trabalhar.

$$a \xrightarrow{\quad} S \xrightarrow{\quad} S_1$$

(x)

$$\downarrow$$

$$S_2$$

Essa operação é o que permite ao mais-um ascender a sua função. Não se trata de propor que todos se coloquem a associar livremente no contexto institucional, mas que o mais-um tome a seu cargo os efeitos de sujeito para que o trabalho aconteça. Miller (1986) aponta: “O

efeito subjetivo deve ser isolado em seu lugar. O mais-um o toma sobre ele, para que outros dele se desembarquem”.

Servir-se da posição de analisante para induzir o trabalho “exige que o mais-um não se aproprie do efeito de atração, mas que o refira a outro lugar” (Miller, 1986). Desincumbir-se do efeito de atração implica que ele o localize na Escola, lugar onde se aloja a causa analítica.

O mais-um ocupa sua função a partir da relação com a causa analítica, tomando-a como uma convocação ao trabalho. Miller (2000) ratifica: “uma Escola de trabalhadores decididos é uma Escola de analisantes em relação à causa analítica, a qual sem dúvida coletiviza, mas não identifica”<sup>98</sup> (p. 266).

Com isso, Lacan opõe a hierarquia institucional implicada no discurso do mestre não ao liberalismo, mas à passagem do trabalho de transferência ao princípio da transferência de trabalho operada pelo mais-um, convocando os trabalhadores a responderem por seu fundamento. Miller (1986) formaliza essa ideia da seguinte forma:

$$a \rightarrow \text{trabalho de transferência} \rightarrow \$ \rightarrow \text{transferência de trabalho} \rightarrow S_1$$

Isso é o que reafirma a Escola como um enclave, ou seja, um lugar onde se deposita a relação com a causa analítica para, a partir daí, um poder colocar-se como trabalhador em relação ao contexto institucional. A causa analítica está circunscrita dentro dos limites da Escola, mas o trabalhador pode se apresentar nas instituições públicas a partir desta posição, desde que não perca a origem de onde esta provém.

A Escola, por sua extimidade, serve de fronteira entre o campo da psicanálise e o campo social, o que implica que só seja válido que o analista trasponha essa fronteira na medida em que mantém o desejo do analista, que se depreende de sua relação com a causa analítica, como um denominador comum de sua ação em ambos os campos.

A causa analítica, figurada pelo objeto *a*, é o que introduz o analista na via de seu desejo de saber, a mesma do desejo do analista, pela qual ele se apresenta perante a sociedade. Lacan (1982a/2003) adverte: “Só existe analista se esse desejo lhe advier, que já por isso ele seja rebotalho da dita (humanidade)” (p. 313).

Se a sociedade sobrevém do horror ao saber que impulsiona o recalque, o desejo de saber é o que atribui ao analista seu estatuto de dejetado da ordem social, na medida em que “deve ter circunscrito a causa de seu horror, o dele próprio, destacado do de todos” (p. 313). A causa do desejo de saber é o que circunscreve a causa do horror ao saber, o que permite que o trabalho

---

<sup>98</sup> “una Escuela de trabajadores decididos es una Escuela de analizantes respecto de la causa analítica, la cual sin duda colectiviza, pero no identifica”.

surja na via do desejo do analista, ultrapassando o desejo de dominação do real implicado no discurso do mestre. Quando não se quer saber do real em jogo é preciso esforço para dominá-lo, mas quando o desejo de saber circunscreve esse horror ao saber, o real faz trabalhar.

A função do mais-um de provocar o trabalho dentro de uma instituição pública só se cumpre ao preço de que ele se diferencie de todos por “um desejo inédito” (p. 313), não se eximindo por isso de assumir para si o que lhe cabe neste fazer, de colocar na instituição o traço de seu próprio trabalho.

### 3.4.2. *O ato analítico nas instituições*

Se o analista pode se introduzir nas políticas públicas como um trabalhador decidido, seu estatuto, contudo, não se decide aí. A problemática que se coloca é a da ultrapassagem desta função. Partimos da hipótese de que ele só pode se diferenciar do trabalhador da instituição pública por estabelecer um trabalho que, pelo apuramento da relação com a causa analítica, toma o ato analítico como horizonte.

Formalizar a posição do analista na instituição não implica em sacrificar o ato analítico, mas em estabelecer a dignidade do trabalho institucional frente à degradação com a qual ele poderia se deparar ao abordar o real da experiência. A questão que se coloca para o analista é de como resolver a antinomia entre a prática institucional e o real em jogo no ato analítico.

Para esclarecer esse impasse, Miller (2009a) contrapõe dois termos: prática e perspectiva. Por um lado, a prática pressupõe uma relação, uma variação de sentido sobre o real, que Miller escreve: “sentido  $\diamond$  real” (p. 159). Na medida em que sua rotina implica um desconhecimento do real, Lacan (1974/2003) aponta que “uma prática não precisa ser esclarecida para operar” (p. 512). Por outro lado, a perspectiva da psicanálise introduz uma disjunção, que Miller (2009a) escreve: “real // sentido” (p. 158).

A antinomia entre prática e perspectiva atualiza a lacuna entre, respectivamente, o trabalho do analisante e o ato do analista. Miller afirma que “a psicanálise como perspectiva julga que a psicanálise como prática é semblante” (p. 159). A perspectiva da psicanálise franqueia a disjunção entre teoria e prática ao preço de abordá-las como artifícios.

Entretanto, Lacan resolve esse dilema ao definir o ato analítico como o produto do fazer analisante. Miller (2008-2009) acrescenta que “esse ato é o feito do desejo do analista” (19/11/08). O ato é a consequência lógica de um fazer no qual está implicado a causa analítica

e, ao ultrapassá-lo, ordena o seu caminho. É uma descontinuidade que implica que a continuidade da rotina de trabalho não se faz sem modificação.

É necessário inaugurar um trabalho que coloque a prova o desejo do analista e, na medida em que isso acontece, o ato analítico tem chance de advir, como um acontecimento contingente no cenário institucional. E se não advém, que a relação com a causa analítica o garanta como perspectiva.

Neste sentido, Miller (2009a) propõe uma frase de Lacan como o axioma da política lacaniana: “Eu aguardo. Mas não espero nada” (p. 97). A perspectiva psicanalítica implica que o analista não espera pela produção de um novo sentido, pois sabe que ele não virá no lugar mesmo onde se aguarda o surgimento do real. Miller observa: “Uma desconexão que não proíbe a promessa, mas assegura que ela não será mantida” (p. 162).

A desconexão entre o real e o sentido fundamenta a falta de esperança de Lacan. Em 1953, ele já afirmava: “vivi graças a este trabalho às vezes prosseguido em um verdadeiro desespero”<sup>99</sup> (Miller, 1953/1987, p. 87). E reitera esses termos em 1972: “Minha empreitada parece desesperada (ela o é por isso mesmo, esse é o fato do desespero), porque é impossível aos psicanalistas formarem um grupo” (1973/2003, p. 475). O desespero impulsiona, no interior da instituição, um trabalho que se faz só, na relação com o real da experiência.

Lacan não se propõe a fundar um trabalho institucional sobre as bases do amor de transferência, mas, com a transferência de trabalho, sugere a provocação ao trabalho no grupo pela via do desespero, o que implica uma transmissão que aborda o grupo um a um. Para isso, o trabalho desesperado coloca em jogo o embaraço subjetivo da posição do mais-um. Todavia, não esperar nada é abrir a possibilidade para que o trabalho possa sempre recomeçar, impulsionado pelo advento do ato analítico.

Mas como o ato analítico pode tomar lugar em uma instituição destinada a outro discurso que, a princípio, exclui a possibilidade do discurso analítico? Não há instituição, nem mesmo a psicanalítica, que possa se conformar ao ato analítico, já que ele só surge a partir da descontinuidade da rotina, a qual é condição para a existência do enquadre da prática.

O ato analítico implica que o analista não faça da instituição um abrigo para o seu horror ao saber. Contudo, só há possibilidade para o ato analítico na instituição se ele operar na abordagem dos aparelhos institucionais. Lacan (1968a/2003) demarca: “Não instituímos o novo senão no funcionamento” (p. 248). É extremamente precário que o analista atue como

---

<sup>99</sup> Trata-se de uma carta de Lacan a Rudolph Loewenstein, o qual havia sido seu analista. A carta foi enviada em 14 de julho de 1953, após a cisão com a Sociedade Psicanalítica de Paris e a criação da Sociedade Francesa de Psicanálise, tema do qual a referida carta trata.



estrangeiro na instituição. Trata-se de se colocar a trabalho pela instituição, tentando, não sem desespero, conduzi-la em direção ao que ela não quer saber.

Isso não impõe que o analista deva dizer o que cabe à instituição fazer, mas que ele possa, a partir do ato analítico, elucidar o funcionamento da estrutura, fazer ver a direção para onde o trabalho institucional segue. Miller (2008-2009) diz: “quando todos rumam para o transbordamento, parece que ninguém está indo para lá, mas aquele que se detém leva a notar o arrebatamento dos outros, como um ponto fixo” (12/11/08).

Não se trata de denunciar as práticas de dominação afetas ao discurso do mestre, mas de produzir na instituição efeitos de trabalho, partindo do próprio embaraço subjetivo do analista, única possibilidade de que ele chegue ao ato analítico no cenário institucional. Cabe ao analista se debruçar sobre a instituição para aliviar sua imposição.

Se Freud (1926/1996) propôs que o analista assumisse, nas instituições, “um trabalho pastoral analítico”<sup>100</sup> (p. 246), Miller (2002-2003) recoloca: “o analista se faz ‘pastor do real’” (04/06/03). Colocar o ato analítico no horizonte implica tomar o real como perspectiva no trabalho institucional. Lacan (1970c/2003) esclarece: “É nessa articulação com o real que se encontra a incidência política em que o psicanalista teria lugar, se fosse capaz de fazê-la. Esse seria o ato que arrisca indagar com que saber fazer a lei” (p. 443).

Apesar de o ato analítico emergir como consequência do trabalho analisante, ele não acontece porque o analista o espera. Na verdade, o ato analítico é feito pelo analista porque é preciso fazê-lo, e não porque ele o pretende. Não há nobreza, somente a aridez do real. O analista se constitui em seu ato porque, na falta de outra saída, não resta a ele outro modo de agir. O analista tem horror ao seu ato, o que leva Lacan (1970a/2003) a afirmar: “meu discurso em nada aplaca o horror do ato psicanalítico” (p. 286).

Miller (2008-2009) diz que o ato analítico sobrevém “quando fizemos a ronda dos outros discursos e voltamos a esse ponto em que todos os outros discursos aparecem como falhos, e nos relançamos no discurso do analista porque não temos como agir de outra forma” (03/12/08). Por sua vez, Lacan (1967b/2006) afirma:

Ocupa-se o lugar aonde um ato o empurra assim, da direita ou da esquerda, aleatoriamente. Houve circunstâncias em que, a bem da verdade, precisei tomar as rédeas daquilo a que não me julgava absolutamente destinado. Tudo girou em torno disso, de que a função do psicanalista não é algo natural, de que ela não existe por si só no que tange a atribuir-lhe seu status, seus hábitos, suas referências e, justamente, seu lugar no mundo.... Este se adquire geralmente em virtude da precipitação.... Por mais numerosos que vocês sejam, com um pouco de sorte acabarão sempre ocupando determinado lugar. A coisa pára por aí. (p. 13)

---

<sup>100</sup> Cf. p. 27 da presente pesquisa.

O analista se constitui ao se precipitar em um lugar que, a princípio, não estava destinado ao seu ato. É por aí que cada analista pode achar seu lugar, separado de outros. Contudo, o ato analítico só conquista seu estatuto quando reintroduz em um trabalho que pode testemunhar de seus efeitos, a partir do que outros podem consentir, *a posteriori*, com sua emergência.

## 5. A DISSOLUÇÃO

A fundação da Escola Freudiana de Paris (EFP) é marcada pela ausência de uma formulação sobre a habilitação do analista, o que só será respondido com a proposição do passe. Todavia, ao fundar a Escola, resta a Lacan (1965/2003) afirmar: “nela estão habilitados de pleno direito aqueles que eu mesmo formei” (p. 235). Poderíamos considerar que esse foi o pecado original da Escola, algo de não analisado no desejo de Lacan que traçou a origem da instituição que ele fundou pela obturação da questão “o que é um analista?”.

Os membros da EFP acreditavam que frequentar os seminários de Lacan os habilitaria como analistas. Lacan (1967/2003) aponta: “os que se agruparam em minha fundação não atestam outra coisa, através disso, senão o valor que conferem a um ensino – o meu, que é de fato sem rival – para sustentar sua experiência” (p. 571).

Seguir o ensino de Lacan era da ordem da iniciação, não da formação. Alguns passaram a frequentar seus seminários em silêncio, sem retrucá-lo, supondo com isso revigorar a tradição na psicanálise e confirmar Lacan como o pai de sua Escola.

Com a formulação da doutrina do passe no segundo momento da fundação da Escola, Lacan assevera sua recusa a assumir essa posição. Ele recoloca seu desejo, tentando reconduzir a esperança ortodoxa que havia transmitido a seus alunos, o que fez com que estes se insurgissem contra o passe. Com isso, o dispositivo do passe se torna o impulsionador de conflitos no interior da Escola que apontam Lacan como um tirano.

Por isso, em seguida, ele responde com o “Discurso na Escola Freudiana de Paris”, que talvez pudesse se chamar “Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1967”, já que satiriza a tentativa de recompor uma Igreja psicanalítica no interior da Escola. A sátira foi o recurso de Lacan para polemizar o “não querer saber” implicado na origem que um desejo funda, mesmo quando se tratava do seu desejo.

Logo após o referido texto, Lacan produz outro escrito que já explicita sua constatação no próprio título: “A psicanálise. Razão de um fracasso”. Neste texto, sem nenhuma esperança de

poder contar com seus alunos, Lacan (1968b/2003) afirma: “não tenho razão de me surpreender pelo fracasso de meus esforços para desatar a estagnação do pensamento psicanalítico” (p. 349). Esse sentimento de fracasso que ele testemunha cresce cada vez mais na medida em que ele constata o ordenamento cerimonial que se instaurava, progressivamente, no seio da Escola, como resultado de sua origem.

Tratava-se de um movimento institucional dos alunos de Lacan contra o dispositivo do passe como critério de habilitação dos analistas, o que colocava em jogo um questionamento do desejo de Lacan na fundação da Escola. A dimensão política da doutrina do passe gera uma recusa de seu fundamento. Contudo, o fato de não poder contar com o apoio de seus alunos faz Lacan assumir uma posição de, por um lado, não ceder do que o levou a propor o passe, mas, por outro lado, não pretender ser o pai da doutrina do passe. Por isso, ele aponta:

se ousei introduzir esta experiência, isto não era porque eu aí intervenha. Qualquer que seja a ideia que vocês possam disto fazer, eu não opero, ao nível do júri de aprovação, senão com a mais extrema discrição. Vocês me dirão que, a discrição querendo dizer igualmente discernimento, opero talvez mais longe do que eu reconheço - por que não? Eu tenho o sentimento de que eu espero. Se não temos resultados mais luminosos a lhes oferecer acerca daquilo que resulta desta experiência, é em função desta discrição, que vai muito mais longe do que a discrição, que é da ordem da espera. Eu não estou aí, da minha parte, eu peço desculpas, senão a esperar o que justamente isto vai poder oferecer. (Lacan, 1973)

Lacan ratifica a ideia de que o passe, antes de ser um dispositivo clínico, foi uma aposta institucional. O percurso da EFP transcorre segundo as dificuldades na efetivação do passe como critério de habilitação dos analistas. Lacan (1965/2003) aponta: “a psicanálise, presentemente, nada tem de mais seguro para fazer valer em seu ativo do que a produção de psicanalistas – ainda que este balanço pareça deixar a desejar” (p. 244).

Em outro momento, ele se remete à função do passe na Escola, dizendo: “Ainda não está dando frutos, devo confessar, mas estamos cuidando disso por lá, e não faz tanto tempo que tenho minha Escola” (1974/2003, p. 530). Frente à insurreição de seus alunos, Lacan se mostrava disposto a aguardar mais tempo.

As dificuldades com o passe, entretanto, não equivalem a uma crise de funcionamento. A rotina e os procedimentos administrativos da EFP seguem sem que isso os perturbe. Trata-se de uma crise concernente à questão “o que é um analista?”. Um movimento que implicava em sobrepor a lógica da psicanálise com a lógica do grupo, interpor a transmissão com a iniciação. A transmissão e o matema tornam-se, gradativamente, antinômicos à Escola, sedimentando o fracasso do passe frente o grupo.

Essa preponderância dos efeitos de grupo faz Lacan (1970b/2003) pronunciar: “Existe a psicanálise e existe a Escola... O que é posto em questão pela proposição de 9 de outubro de

1967 é saber se a psicanálise foi feita para a Escola, ou a Escola para a psicanálise” (p. 299). Lacan coloca o passe como condição para que a Escola pudesse ser um meio para a condução das finalidades da psicanálise. Porém, distinguir ambas já indica uma degradação da função da Escola, a qual servia mais aos privilégios da profissão de psicanalista do que à formalização de seu estatuto.

Lacan considera que a instituição que havia criado sacrificava a psicanálise aos interesses do grupo. Os membros da EFP passam a se insurgir contra ele, o qualificando como um pai tirânico da Escola. Em resposta, Lacan (1982b/2003) decide sacrificar sua instituição a favor da psicanálise e surpreende a todos com o pronunciamento da “Carta de dissolução”. Inicia a carta ratificando sua posição, persistentemente desesperada, frente à postura assumida por seus alunos: “Falo sem a menor esperança – especialmente de me fazer ouvir” (p. 319).

Lacan propõe para o problema da Escola uma solução: a dissolução. E diz: “Resolvo-me a isso pelo fato de que ela funcionaria, se eu não me colocasse de través, na contramão daquilo pelo qual a fundei” (p. 319). Ele reafirma o objetivo da Escola de realizar um trabalho para a psicanálise, conforme disse no “Ato de fundação”, e conclui: “Objetivo que mantenho. É por isso que dissolvo” (p. 319).

Contudo, mesmo que a dissolução da Escola possa ser considerada um ato de Lacan, ela não deixa de ser uma proposição, na medida em que dependia da aceitação de seus membros. É o que ele explicita após a dissolução: “Ela está dissolvida a partir do fato do meu dizer. Resta que o seja a partir *do seu* também. Faltando isso, a sigla que têm de mim – E.F.P. – cai em mãos de verdadeiros falsários” (1983, p. 108).

Lacan desvincula seu nome de qualquer condução que fosse feita da EFP após a dissolução, repudiando as manobras de seus membros. Ele faz da dissolução um passo irreversível que havia sido dado como uma conclusão lógica da fundação da Escola. Se no “Ato de fundação”, Lacan acreditava reabrir a questão “o que é um analista?” no campo psicanalítico, a “Carta de dissolução” testemunha o que se colocou na origem como um desejo fundador, recolhendo seus efeitos.

A dissolução da Escola elucida a estrutura do ensino de Lacan. Ele explicitou o fato de Freud haver sustentado a agregação dos analistas sob as bases do amor de transferência, de ter preparado, enquanto estava vivo, o culto ao pai morto da psicanálise. No mesmo sentido, os alunos de Lacan foram induzidos para dentro da Escola pela transferência com seu ensino.

A transferência de trabalho só se sustentava na Escola a partir da transferência com o ensino de Lacan. Por isso, ele adverte: “fiz menos Escola... que cola” (1983, p. 108). Toda a

sátira que Lacan havia empreendido sobre o desejo de Freud e a ortodoxia ipeísta retorna sobre ele mesmo e sobre a própria instituição que ele havia fundado.

Porém, a dissolução é o repúdio de Lacan à ideia de se tornar o pai de sua Escola, rechaçando o corporativismo entre os analistas. Em seguida à dissolução, ele interrompe seu ensino, não possibilitando que ninguém buscasse ali um refúgio para a dispersão do grupo.

Lacan não toma a dissolução como um acontecimento contingente no percurso institucional psicanalítico, mas a introduz como um tema concernente à própria psicanálise. Ele refuta a possibilidade de tentar preservar a tradição psicanalítica no interior da Escola, abrindo-a ao questionamento de sua existência.

Contrapondo a decisão de Lacan por um lado e os rumos do movimento ipeísta por outro, Miller (2000) acrescenta: “quando se é uma associação internacional que representa a autenticidade da psicanálise, se pensa que fora dela não há salvação... A Igreja não tem cláusula de dissolução, e sim juízo final”<sup>101</sup> (p. 152).

Lacan (1983) não faz da dissolução um juízo final, uma dispersão da transferência, mas, ao contrário, pretende, com ela, reintroduzir seus alunos na via de uma transferência de trabalho. Por isso os interpela, interrogando: “Que outra coisa pode ser prova de minha formação do que acompanhar-me no trabalho, pois é um, da dissolução?” (p. 109).

Neste rumo, Lacan (1982b/2003) faz uma provocação a seus alunos: “a experiência feita convida a uma contra-experiência que compense” (p. 320). Ao passo que a EFP havia fracassado em ultrapassar a tradição, em constituir uma contra-experiência da IPA, Lacan não sugere que imitem sua experiência, mas relança sua proposta para que eles refundem um campo de trabalho. Ele reafirma o convite que havia feito, em 1967, para que seus alunos se desvinculassem das honras de um título de analista, ultrapassando-o:

Para os que me seguem neste caminho, mas lastimariam não ter uma qualificação tranquilizadora [*sic*], forneço, como havia prometido, a outra via que não me deixar: que me ultrapassem em meu discurso, até tornarem-no obsoleto. Saberei enfim que ele não foi inútil. (1970a/2003, pp. 277-278)

Entretanto, Lacan (1982b/2003) não propôs que a contra-experiência fosse para o engajamento de todos, mas assevera: “Não necessito de um mundo de gente. E há um mundo de gente do qual não necessito. Eu os abandono a fim de que eles me mostrem o que sabem fazer, afora me estorvarem e fazerem desandar um ensino em que tudo é sospesado” (p. 320).

Diante da proposta de uma crítica assídua à experiência da EFP, surge a Escola da Causa Freudiana (ECF). Contudo, para impulsionar uma contra-experiência, Lacan começa por

---

<sup>101</sup> “cuando se es una asociación internacional que representa la autenticidad del psicoanálisis, se piensa que fuera de Ella no hay salvación... La Iglesia no tiene cláusula de disolución, sino juicio final”.

reafirmar os princípios fundamentais do conceito de Escola: o não-analista, a transferência de trabalho e a proposição “autorizar-se de si mesmo”. Seguindo este rumo, ele diz: “uns ficam de *luto* por uma Escola e outros não. O luto é um trabalho, isso é o que se lê em Freud. É este que eu peço àqueles que, da Escola, queiram ficar comigo para a Causa Freudiana” (1983, p. 107). Uma contra-experiência implica um trabalho de elaboração do que fez impasse para a experiência anterior, para extrair daí um direcionamento para a ascensão de um novo modelo.

Para que isso se realize, Lacan não recusa o campo transferencial que havia fundado, o que o leva a qualificar a recém-criada Escola do seguinte modo: “Esta é a Escola de meus alunos, daqueles que me querem todavia. Abro em seguida as portas da mesma. Digo: aos mil. Vale a pena arriscar-se. É a única saída possível, e decente”<sup>102</sup> (Miller, 1987, p. 242).

Com a Causa Freudiana, Lacan provoca um trabalho propulsor de uma comunidade que o ultrapasse no que ele havia fundado. Isso o leva a ironizar: “não admitirei que ninguém se divirta na Causa Freudiana, salvo que esteja seriamente des-escolarizado”<sup>103</sup> (1983, p. 107).

Lacan reafirma a Escola como “*o conjunto dos que não pertencem a nenhum conjunto*”<sup>104</sup> (Miller, 2000, p. 255), subentendendo sua prenúnciação de que, dentro da Escola, “o atributo do não-psicanalista é o garante da psicanálise” (1970a/2003, p. 277). O não-analista visa dissolver o “entre nós” da extraterritorialidade dos analistas na Escola, impulsionando-os para fora desta e direcionando-os para o dever que lhes cabe na sociedade.

Para romper as fronteiras do amor de transferência, Lacan (1983) aponta: “A Causa Freudiana não é Escola, e sim campo – onde cada um terá liberdade para demonstrar o que faz com o saber que a experiência deixa” (p. 110). Não se trata de delimitar uma instituição fundada sobre o trabalho que o ensino de Lacan engendra, mas promover a extensão de um campo de trabalho para onde quer que os analistas se autorizem a colocar à prova sua ação. É o passo de Lacan para que o movimento lacaniano ganhe extensão internacional.

Isto é o que faz com que, em agosto de 1980, ele se direcione para os que se nomeavam lacanianos só por tê-lo lido, realizando sua primeira conferência fora do continente europeu, mais precisamente em Caracas. Nestas circunstâncias, Lacan afirma: “Venho aqui lançar minha Causa Freudiana. Como vêm não me desprendo deste adjetivo. Sejam vocês lacanianos, se quiserem. Eu sou freudiano” (Miller, 1987, p. 264).

<sup>102</sup> Trata-se de uma carta de Lacan de 26 de janeiro de 1981.

<sup>103</sup> Lacan utiliza a palavra “*d’écoulé*”, que tem homofonia com descolado [*décolle*] e decolado [*décolle*]. Ele se remete à ideia, presente nesta aula, de que des-escolarizar significa descolar dos efeitos de grupo sedimentados na EFP, sendo isto condição para que a Escola da Causa Freudiana pudesse decolar para novos rumos.

<sup>104</sup> “*el conjunto de los que no pertencen a ningún conjunto*”.

Ao final de sua vida, ele se recusa a ficar para a história como o pai de um ensino, atribuindo a Freud seu fundamento e deixando a cargo de cada um dos analistas a responsabilidade por se autorizarem lacanianos. Com a morte de Lacan no ano seguinte, os que se diziam lacanianos não tinham mais como recorrer a ele para tentar garantir seu estatuto, e não seria condizente tentar invocar Lacan como o pai morto.

Contudo, tentado garantir a condução de seu legado, Lacan não se exime de pressupor a existência de “ao menos um” laciano. Por isso, se refere a Jacques-Alain Miller dizendo: “Aquele que me interroga, também sabe me ler”<sup>105</sup> (1974/2003, p. 508). Lacan deixa a Miller a tarefa de induzir o campo da transferência de trabalho em torno da orientação laciana, cabendo a Miller, para cumprir este papel, saber se servir do lugar de “ao menos um” que Lacan fez pesar sobre seus ombros.

Para fundar um novo campo para a psicanálise, tornou-se necessário retornar à contundência do que Lacan propõe com a doutrina do passe, sem, contudo, fazer do debate sobre a efetivação deste dispositivo um campo de batalhas. Efetivar o passe sem precisar recorrer à sátira, sem fazer da denúncia dos desvios dos praticantes um ofício, o que nos levaria a mais um retorno à ortodoxia psicanalítica.

Ao contrário, trata-se de um retorno ao desejo de Lacan, conforme apontou Miller (1997c): “Que significa o desejo de Lacan? Um convite a que cada um pense se esse é o seu acento, a sua pontuação. Muitos dão Lacan como referência, mas na prática têm outra pontuação” (p. 431). Falar do desejo de Lacan é propor que nos distanciemos dele em direção a um trabalho de elaboração. Miller (1997a) observa:

Introduzir a expressão “o desejo de Lacan” e propô-la como tema é para mim, procurar produzir um certo [*sic*] efeito de des-identificação.... Certamente falar do desejo de Lacan produz um certo [*sic*] efeito de depreciação. Por causa disso, Lacan inventou a expressão “o desejo de Freud” (pp. 390-391)

O que Lacan deixa a cargo dos que o sucederam é o compromisso de fazer uma Escola sem Lacan. Não se trata de repudiar o caminho que ele trilhou, nem mesmo de lançá-lo ao altar. Trata-se de que cada um estabeleça sua relação com a causa analítica, a partir da qual é necessário à Escola debater “o que é um analista?”, condição para discernir o que a psicanálise necessita para continuar existindo.

É preciso nos perguntarmos, como indica Miller (2000), “que psicanalistas necessita a psicanálise para assumir o dever que lhe corresponde em nosso mundo... com os psicanalistas

---

<sup>105</sup> Lacan joga com a homofonia, em francês, entre “me ler” [*me lire*] e Miller.

existentes poderia ocorrer que a psicanálise se extinga”<sup>106</sup> (p. 300). Para esse debate, é preciso que se antecipem os pressupostos de uma Escola, lugar onde a questão sobre o que é o analista pode ser devidamente alojada. Miller (2002-2003) faz uma provocação:

por que não ir até falar de... – talvez cheguemos a isto – da igreja da Causa Freudiana? Não temos nada. Coloquemo-nos a pergunta antes de acharmo-nos talvez reduzidos a subsistir sob essa cobertura. É uma imaginação, mas tudo que se pode dizer disto, de modo simples, é que não é impossível. Já se mobiliza à vontade, o vocabulário de seita para se falar da psicanálise. Se acontecesse aos analistas de se assumir como sectários, bastaria um passo a fazer para termos a pretensão a uma Igreja. (21/05/02)

As experiências da IPA e da EFP mostram que a psicanálise não estabiliza seu fundamento na via da tradição. Não há como sustentar a garantia do estatuto do analista nas insígnias do poder. Miller (2003) aponta: “Não se tem mais confiança nos medalhões do que nos outros, porque se sabe que eles têm coisas a ocultar” (p. 25). A penetração dos analistas na esfera pública os submete a uma exigência de transparência quanto ao princípio de sua ação, o que esfacela as bases da tradição psicanalítica.

Ao ultrapassar qualquer tipo de idolatria ortodoxa, não nos deparamos com o ecletismo teórico, mas com a consequência do discurso de Freud e Lacan, ou seja, o fato de que é preciso privilegiar o analista solitário em detrimento do confronto entre as classes de analistas. Miller faz alusão ao dito de um teórico e ex-governante chinês, Teng Hsiao-Ping: “Tanto faz que um gato seja branco ou preto desde que ele pegue os ratos” (p. 22).

Ao invés de fomentar a polêmica entre ipeístas e lacanianos, Miller sugere uma reunificação do movimento psicanalítico. Para além do conflito doutrinário, os psicanalistas devem se debruçar sobre a tarefa de apresentar uma definição aceitável de sua ação perante as condições que a sociedade os impõe. Por isso, ele prevê:

Ou a libido dos psicanalistas vai se deslocar do confronto entre os movimentos psicanalíticos para assumir a contradição em que a psicanálise está com relação à civilização sobre um certo [*sic*] número de pontos, ou a psicanálise desaparecerá no movimento geral da civilização. (p. 25)

Talvez possamos preannunciar que, o que persistiria em isolar os lacanianos dos ipeístas, seguindo o destino do movimento psicanalítico, é o fato de estarem fadados à incumbência de retornar ao desejo de Miller para reconduzir seu campo de trabalho. Contudo, na medida em que isso se impõe o próprio Miller, tal como Lacan, já se precipita em tal tarefa.

---

<sup>106</sup> “qué psicoanalistas necesita el psicoanálisis para asumir el deber que le corresponde en nuestro mundo... com los psicoanalistas existentes podría ocurrir que el psicoanálisis se extinga”.



## Conclusão

Para extrair consequências do percurso da presente pesquisa, partimos da seguinte premissa: *existe um pensamento político de perspectiva psicanalítica a ser depreendido de nossa elaboração*. Dizer que existe um pensamento político implica que há proposições a serem extraídas. No entanto, visaremos, aqui, as proposições que tenham propriedades consistentes o suficiente para sustentarem os princípios de uma perspectiva psicanalítica em qualquer contexto, para suportarem a lógica da experiência psicanalítica em um espaço discursivo que, a priori, não convém à psicanálise. Portanto, partamos para esta formalização.

*Proposição 1: o desejo é o que funda uma instituição.*

Percorrer um trajeto institucional não é algo que se faça de forma linear, mas, ao contrário, coloca em jogo uma estrutura de retorno. Deparar-se com o retorno ao ponto original como consequência do percurso explicita o desejo posto em questão. Neste sentido, uma instituição só pode esclarecer seus rumos na medida em que retorna a seu desejo fundador e circunscreve o “não querer saber” que lhe concerne.

O analista põe à prova sua ação nas instituições na medida em que interroga o desejo que orienta tal ação. Assumir funções gerenciais nas instituições públicas exige que se opere com o desejo do analista como um elemento que reconduz este desejo fundador, como um fator que induz o trabalho no interior da instituição sob uma nova perspectiva.

O desejo do analista elucida sua função no campo político quando faz valer um objetivo de trabalho em comum. Isso delimita a unidade de uma instituição não reduzida à hierarquia do poder, mas visando a consolidação da transferência de trabalho.

Esse movimento impõe que o analista se incumba do direcionamento do trabalho de cada um, sem o prejuízo do trabalho de todos. Para provocar o trabalho, é preciso que ele seja “mais-um” a trabalhar, tomando para si o efeito de embaraço subjetivo, para que outros se desembaracem em direção a um produto.

A função do trabalhador decidido aponta para um trabalho induzido pelo desejo de saber do analista, na posição de analisante. Ou seja, o trabalho do analista intervém sobre o “não querer saber” que impulsiona o funcionamento de toda instituição conduzindo-a para o que ela tem que saber. Com isso, o analista interpõe o amor de transferência que unifica o grupo na instituição, conduzindo um trabalho pela via do desespero, o que está implicado na posição

do mais-um. É nesta perspectiva que o ato analítico se precipita, como o que explicita a estrutura de retorno que o desejo engendra.

*Proposição 2: ao se enclausurar na extraterritorialidade, uma instituição reproduz em seu meio o funcionamento que contrapõe.*

Uma instituição, para garantir a preservação de seu legado, precisa se lançar às críticas de seu fundamento em âmbito social. Contudo, ao se abrir a uma prática que visa obter reconhecimento no cenário público, uma instituição corre o risco de perder o fundamento que a orienta dentro de seus limites discursivos.

Neste sentido, uma instituição se depara com o impasse entre duas posições: ou degradar sua prática em busca do reconhecimento público, ou se fechar na extraterritorialidade do que considera verdades indiscutíveis, o que acarreta o mesmo efeito de degradação.

Militar por uma instituição que não existe faz com que se assumam uma postura de contraposição a outras práticas sociais, de denúncia dos artifícios institucionais. Contudo, a denúncia não produz a mudança de discurso, mas o fortalecimento da prática vigente. A polêmica não institui um campo discursivo, mas tende a replicar o que contrapõe.

Rebelar-se contra o funcionamento da sociedade implica que a instituição se configure pela contra-identificação, ou seja, a instituição afirma ser o avesso de uma prática que, por consequência, ela reproduz em seu próprio funcionamento. Miller (2002-2003) ratifica: “a própria rebelião só consegue se formular dizendo: ‘Somos todos outra coisa diferente daquilo que somos’” (19/03/03). Ao ignorar o movimento do mundo, a instituição repete o que o fundamenta no interior de seu próprio campo.

*Proposição 3: não há prática da psicanálise nas instituições.*

Não se trata de aplicar a psicanálise nas instituições, pois a “psicanálise só se aplica em sentido próprio, como tratamento” (Lacan, 1958/1998, p. 758). Trata-se de que o analista se insira no enquadre prático de uma instituição pública para introduzir uma nova perspectiva no trabalho a ser realizado ali.

Quanto mais se afirma a presença da psicanálise nas instituições públicas, mais indicativos se tem de que já não se sabe mais o que fundamenta tal prática. Quando o vocabulário psicanalítico se propaga em uma prática social isso não garante que ele sirva ao seu propósito, mas, ao contrário, pode pressupor que a psicanálise já perdeu ali sua utilidade prática.

E, na medida em que não se sabe mais o que é a psicanálise, se pode afirmar com segurança a proliferação de analistas no espaço público. A extensão da psicanálise nunca encontra seu limite quando sua intensão fica fora de questão.

Entretanto, poderíamos supor que a presente pesquisa desdobra uma resposta ao seu subtítulo: “a perspectiva, entre a teoria e a prática”. Diante do enquadre prático da instituição, não cabe ao analista se inserir ali para trazer a todos a “palavra salvadora” de Freud e Lacan, como um evangelho a ser difundido.

A simples reprodução da técnica ou da terminologia não garante o estatuto analítico de uma prática. A prática da psicanálise só pode ser pressuposta onde há um analista, o que não quer dizer que para onde um analista se desloca ele deva expandir sua prática. Ultrapassemos um anseio à expansão da prática da psicanálise nas instituições para colocarmos à prova a extensão de sua intensão como fator de delimitação do expansionismo psicanalítico.

Ou seja, verificar, nos efeitos da ação psicanalítica na instituição, o que transmite a consequência lógica do alcance do ato analítico sobre a rotina da prática institucional. Afinal, o analista não se define pelo modo como faz funcionar a rotina de uma prática.

*Proposição 4: um analista verifica o estatuto analítico de sua ação em uma instituição quando coloca à prova sua relação com a causa analítica.*

Caso um analista faça do dever que a instituição pública o imputa o fator que orienta sua ação, não há mais como se afirmar o estatuto analítico desta última. Por isso, para alojar o trabalho de transmissão da relação com a causa analítica, Lacan criou a Escola.

Para evitar o risco de buscar o fundamento de sua ação em uma instituição regida pelo discurso do mestre, Miller (2000) sugere que um analista tome a Escola como “um conceito fundamental da psicanálise” (p. 233). A Escola é o lugar onde o analista verifica o estatuto da ação que empreende nas políticas públicas em relação à causa analítica.

Isso é o que permite qualificar a Escola como um enclave, um dispositivo que delimita as fronteiras do campo político da psicanálise, impulsionando o analista a se lançar ao dever que lhe cabe no mundo, preservando sua posição de extimidade.

Uma instituição psicanalítica só pode operar conforme a lógica da experiência psicanalítica se orienta seu campo a partir da questão “o que é um analista?”. Por isso, a Escola pressupõe que todos que se propõem a estar na comunidade analítica têm o seu estatuto de analista como algo a ser averiguado.

Para tal tarefa, Lacan cria o dispositivo do passe. O passe se configura como o mecanismo que articula os princípios sob os quais a Escola consolida seu fundamento. O passe se torna o mecanismo de controle da garantia do ato do analista no interior da Escola, refutando a ideia de que ele devesse ser regulado por órgãos públicos de controle externo.

Neste sentido, o trabalho de uma Escola deve colocar à prova sua validade a partir dos efeitos colhidos da efetivação do dispositivo do passe na comunidade analítica. Contudo, o

passse não é algo que Lacan impõe a todos os membros da Escola, mas, ao contrário, é um instrumento que exige que seu uso seja demandado, mesmo correndo-se o risco de que não haja ninguém para fazê-lo.

É por isso que, se Lacan pressupõe o título de analista da Escola (AE) para aqueles que se colocam à prova no passe, ele propõe que a Escola possa outorgar ao analista um título que ele não demandou, mas que mereceu a partir do resultado de sua prática: o analista membro da Escola (AME). Afinal, de que valeria confirmar a validade do ato analítico se este não se colocasse em jogo em uma prática efetiva?

As garantias e outros mecanismos de controle da Escola não implicam que ela seja definida pela extensão de seu contingente de analistas, mas sim pela averiguação da intensão transmitida no trabalho de cada um, separadamente.

*Proposição 5: o ato analítico produz uma dissolução que tem como efeito refundar o campo da transferência de trabalho na instituição.*

A Escola reconhece o analista, paradoxalmente, a partir de um desejo inédito, que não lhe permite pertencer a nenhuma instituição. Neste sentido, a causa analítica se introduz como um operador da Escola que equivale o desejo do analista ao que impulsiona a transferência de trabalho no meio institucional: o desejo de saber.

Esse desejo de saber é o que o analista introduz no trabalho institucional, ao passo que destaca o analista do horror ao saber inerente ao funcionamento da instituição, permitindo que o ato analítico advenha como operador de uma elucidação do direcionamento da instituição.

Desse modo, a articulação entre extensão e intensão formaliza uma concepção lógica a partir da qual a questão “o que é um analista?” impõe ao analista ultrapassar o impasse de sua posição entre a psicanálise e a instituição. O “entre dois” sempre exige um franqueamento. Para que este se produza, o analista, de início, assume para si essa posição embaraçada entre duas instâncias, inaugurando ali um campo que não é regido pelo amor de transferência, mas que provoca o trabalho pela via do desespero.

É a partir da indução à transferência de trabalho que o analista se precipita ao ato analítico como uma perspectiva inevitável de ultrapassamento do embaraço subjetivo do trabalhador, para reinaugurá-lo em um campo de trabalho que exige incessantemente um ato de refundação. O trabalho interminável, quando coloca o ato analítico como única via de saída para quem o conduz, se dissolve e se refunde no constante movimento que o desejo de saber engendra. Retornemos, então, ao início para reconduzir a questão.

## Referências<sup>107</sup>

- Freud, S. (1996). Sobre a psicoterapia (1904). In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 7, pp. 241-254). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1905)
- \_\_\_\_\_. (1996). As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica (1910a). In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 11, pp. 143-156). Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. (1996). Psicanálise ‘silvestre’ (1910b). In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 11, pp. 229-240). Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. (1996). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise (1912). In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 12, pp. 121-134). Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. (1996). A história do movimento psicanalítico (1914). In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 14, pp. 13-74). Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. (1996). Linhas de progresso na terapia psicanalítica (1918). In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 17, pp. 169-182). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1919a)
- \_\_\_\_\_. (1996) Introdução a *A psicanálise e as neuroses de guerra* (1919b). In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 17, pp. 219-232). Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. (1996). As resistências à psicanálise (1924). In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 19, pp. 235-250). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1925a)
- \_\_\_\_\_. (1996). Prefácio a *Juventude desorientada*, de Aichhorn (1925b). In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 19, pp. 303-310). Rio de Janeiro: Imago.

---

<sup>107</sup> De acordo com o estilo APA – American Psychological Association.

- \_\_\_\_\_. (1996). Um estudo autobiográfico (1924). In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 20, pp. 10-78). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1925c)
- \_\_\_\_\_. (1996). A questão da análise leiga (1926). In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 20, pp. 173-240). Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_. (1996). Conferência XXXIV: Explicações, aplicações e orientações (1932). In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 22, pp. 135-154). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1933)
- \_\_\_\_\_. (1996). Análise terminável e interminável (1937). In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 23, pp. 223-270). Rio de Janeiro: Imago.
- Lacan, J. (2003). A psiquiatria inglesa e a guerra (1947). In *Outros Escritos* (pp. 106-126). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1986)
- \_\_\_\_\_. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (1953). In *Escritos* (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1956a)
- \_\_\_\_\_. (1998). Variantes do tratamento-padrão (1955). In *Escritos* (pp. 325-364). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1998). A coisa freudiana ou Sentido do retorno a Freud em psicanálise (1955). In *Escritos* (pp. 402-437). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1956b)
- \_\_\_\_\_. (1998). Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956 (1956c). In *Escritos* (pp. 461-495). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1998). A psicanálise e seu ensino (1957). In *Escritos* (pp. 438-460). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1998). Juventude de Gide ou a letra e o desejo (1958). In *Escritos* (pp. 749-775). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- \_\_\_\_\_. (1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder (1958). In *Escritos* (pp. 591-652). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1961)
- \_\_\_\_\_. (2003). A psicanálise verdadeira, e a falsa (1958). In *Outros Escritos* (pp. 173-182). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1992)
- \_\_\_\_\_. (1998). Do “Trieb” de Freud e do desejo do psicanalista (1964). In *Escritos* (pp. 865-868). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1997) *O seminário, Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964, 2a ed.), Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2003). Ato de fundação (1964). In *Outros Escritos* (pp. 235-247). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1965)
- \_\_\_\_\_. (1998). Do sujeito enfim em questão (1966a). In *Escritos* (pp. 229-237). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1998). Abertura desta coletânea (1966b). In *Escritos* (pp. 9-11). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2003). Pequeno discurso no ORTF (1966). In *Outros Escritos* (pp. 226-231). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2007, dezembro) Entrevista sobre a psicanálise (1966). *Opção lacaniana*, 50, 11-16.
- \_\_\_\_\_. (2006). Então, vocês terão escutado Lacan (1967a). In *Meu ensino* (pp. 101-124). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2003). Anexos: Primeira versão da “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola” (1967). In *Outros Escritos* (pp. 575-586). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (1997, abril) Um procedimento para o passe (1967). *Opção lacaniana*, 18, 5-8.

- \_\_\_\_\_. (2003). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola (1967). In *Outros Escritos* (pp. 248-264). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1968a)
- \_\_\_\_\_. (2006). Lugar, origem e fim do meu ensino (1967b). In *Meu ensino* (pp. 9-66). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2003). Discurso na Escola Freudiana de Paris (1967). In *Outros Escritos* (pp. 265-287). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1970a)
- \_\_\_\_\_. (2003). A psicanálise. Razão de um fracasso (1967). In *Outros Escritos* (pp. 341-349). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1968b)
- \_\_\_\_\_. (2003). Pronunciamento na Escola (1969). In *Outros Escritos* (pp. 299-301). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1970b)
- \_\_\_\_\_. (2003). O ato psicanalítico (1969). In *Outros Escritos* (pp. 371-379). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2003). Radiofonia (1970c). In *Outros Escritos* (pp. 400-447). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2003). Litoraterra (1971). In *Outros Escritos* (pp. 15-25). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2003). O aturdido (1972). In *Outros Escritos* (pp. 448-497). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1973)
- \_\_\_\_\_. (1996, inverno) Autocomentário (1973). *Uno por Uno*, 43, 7-20.
- \_\_\_\_\_. *Sobre a experiência do passe* (1973). Recuperado em 13 de novembro de 2010, de <http://www.campopsicanalitico.com.br/biblioteca/sobre%20a%20experi%C3%Aancia%20do%20passe.doc>.
- \_\_\_\_\_. (2003). Nota italiana (1973). In *Outros Escritos* (pp. 311-315). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1982a)



\_\_\_\_\_. (2003). *Televisão (1973)*. In *Outros Escritos* (pp. 508-543). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1974)

\_\_\_\_\_. (2003). Prefácio à edição inglesa do Seminário 11 (1976). In *Outros Escritos* (pp. 567-569). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1977)

\_\_\_\_\_. (2003). Carta de dissolução (1980). In *Outros Escritos* (pp. 319-320). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1982b)

\_\_\_\_\_. (1983). D'Écolage (1980). *Letra Freudiana*, 0, 107-111.

Miller, J-A. (1987). *Escision, excomunion, disolucion: tres momentos em la vida de Jacques Lacan*. Buenos Aires: Manantial.

\_\_\_\_\_. *Cinco variações sobre o tema da elaboração provocada* (1986). Recuperado em 13 de novembro de 2010, de [http://www.ebp.org.br/.../01\\_JAM\\_Cinco\\_variações\\_sobre\\_o\\_tema\\_da\\_elaboração\\_provocada.pdf](http://www.ebp.org.br/.../01_JAM_Cinco_variações_sobre_o_tema_da_elaboração_provocada.pdf).

\_\_\_\_\_. (2000). *El banquete de los analistas* (1989-1990). Buenos Aires: Paidós.

\_\_\_\_\_. (1997a). O avesso de Freud (1991). In *Lacan Elucidado* (pp. 389-407). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

\_\_\_\_\_. (1997b). A derrisão da epopéia (1991). In *Lacan Elucidado* (pp. 408-418). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

\_\_\_\_\_. (1997c). O segredo do Nome-do-Pai (1991). In *Lacan Elucidado* (pp. 419-436). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

\_\_\_\_\_. (1997d). Contexto e conceitos. In Feldstein, R.; Fink, B.; Jaanus, M. *Para ler o Seminário 11 de Lacan: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (pp. 15-28). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

\_\_\_\_\_. (1999). *Política lacaniana* (1997-1998). Buenos Aires: Colección Diva.

\_\_\_\_\_. (2001). Psicanálise pura, psicanálise aplicada & psicoterapia. *Phoenix*, 3, 10-42.

\_\_\_\_\_. (2008, setembro) O desbaste da formação analítica (2001). *Opção lacaniana*, 52, 33-41.

\_\_\_\_\_. (2003, setembro) A “formação” do analista (2001). *Opção lacaniana*, 37, 5-34.

\_\_\_\_\_. (2002-2003). *Um esforço de poesia*. Curso de Orientação Lacaniana III, 5. (Inédito)

\_\_\_\_\_. (2004). *Carta a Bernard Accoyer e à opinião esclarecida precedida da “Emenda 336”*. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Psicanálise. (Textos originais publicados em 2003)

\_\_\_\_\_. (2009a). *Perspectivas do Seminário 23 de Lacan: O sinthoma* (2006-2007). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

\_\_\_\_\_. (2008-2009). *Coisas de fineza em psicanálise*. Curso de Orientação Lacaniana III, 11. (Inédito)

\_\_\_\_\_. (2009b, novembro) Como alguém se torna psicanalista na orla do século XXI (2008). *Opção lacaniana*, 55, 15-22.

Milner, J-C. (1996). Considerações sobre uma obra. In *A obra clara: Lacan, a ciência, a filosofia* (pp. 11-27). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.